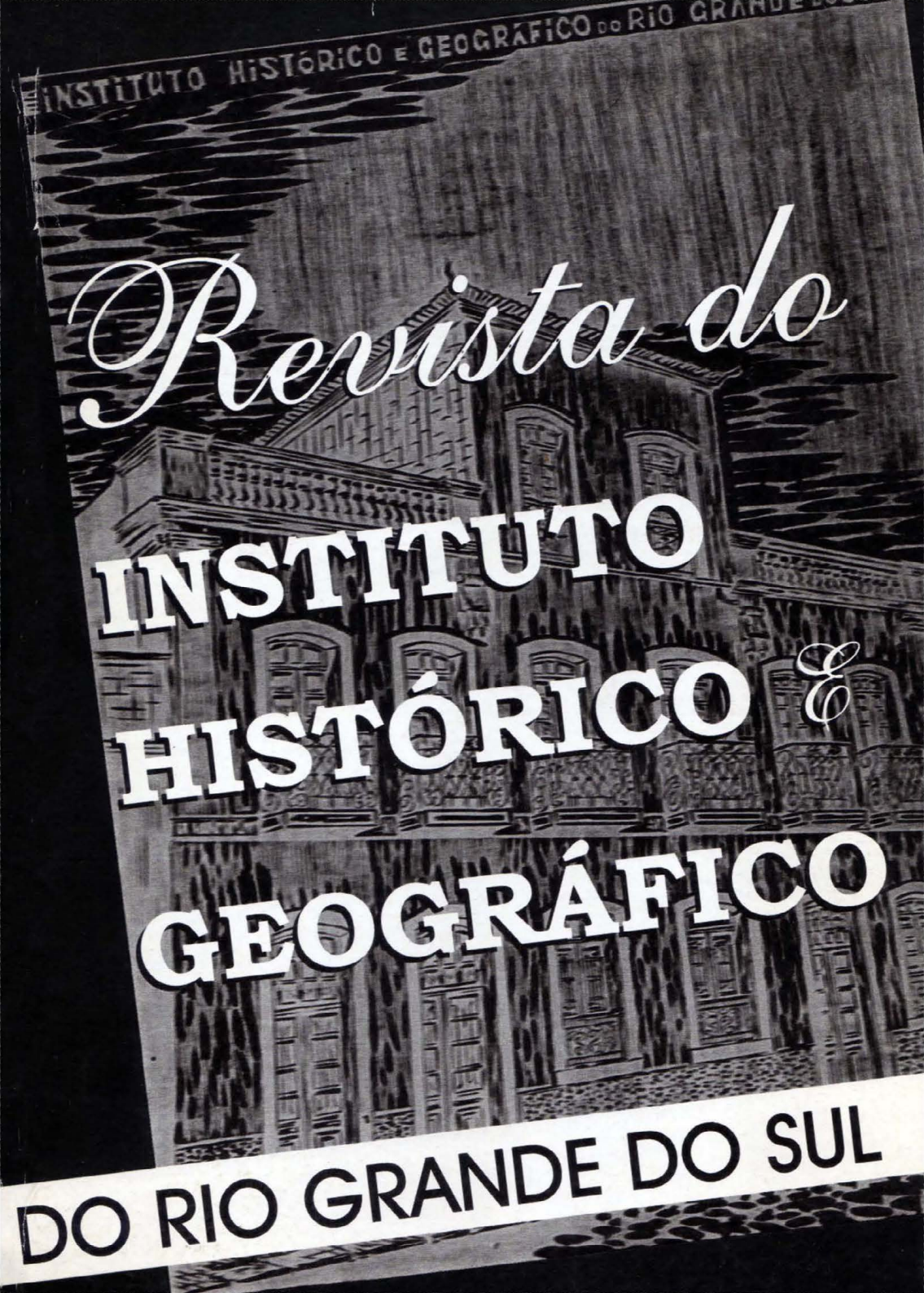

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE
Revista do
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

ISSN 1678-3484

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

142

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,
Porto Alegre, ano 87, nº 142, 2007/2008.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul / Instituto Histórico e Geográfico RS – v.1, (jan./mar. 1921) – Porto Alegre: IHGRGS, 1921 –

ISSN 1678-3484
Periodicidade anual
194 p.

1. História do Rio Grande do Sul. 2. Geografia do Rio Grande do Sul. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Bibliotecária: Márcia Piva Radtke CRB 10/1577

Fundado em 05.08.1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962

Capa:
Ilustração de Francisco Riopardense de Macedo. Primeira sede do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1981.

Número organizado por:
Márcia Piva Radtke (Secretária da Comissão da Revista) e Thaís Feijó (Noticiário)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Riachuelo, 1317.
90010-271. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil

Horário: 13h às 19h
Telefone/ Fax (0xx51) 3224-3760
e-mail: ihgrgs@terra.com.br
ihgrgs.biblioteca@gmail.com
Site: www.ihgrgs.org.br

DIRETORIA DO IHGRGS

Presidente
Gervásio Rodrigo Neves

1º Vice-Presidente
Earle Macarthy Moreira

2º Vice-Presidente
Braz Augusto Aquimo Brancato

Tesoureiro-Geral
Miguel Frederico do Espírito Santo

Tesoureiro
Eurípides Falcão Vieira

Secretário-Geral
Sérgio Alves Teixeira

Secretário
Elvo Clemente (†)

Coordenador do Patrimônio Cultural
Marcia Eckert Miranda

Coordenador de Comunicação
Celso Jaloto Ávila Junior

Conselho Fiscal
Paulo J.P. Xavier (†)
Sérgio da Costa Franco
Telmo Lauro Müller

Comissão da Revista
Elvo Clemente (†)
Marcia Eckert Miranda
Sérgio Alves Teixeira

MEMBROS EFETIVOS DO IHGRGS

Arno Alvarez Kern – Arthur Rabuske – Blau Fabricio de Souza – Braz Augusto Aquino Brancato – Celso Jaloto Ávila Junior – Coralio Bragança Pardo Cabeda – Earle Diniz Macarthy Moreira – Eurípedes Falcão Vieira – Fábio Kühn – Fernando O'Donnell – Flávio Loureiro Chaves – Francisco Riopardense de Macedo – Gervásio Rodrigo Neves – Heinrich Haesnack – Luis Alberto Cibils – Marcia Eckert Miranda – Margaret Marchiori Bakos – Miguel Frederico do Espírito Santo – Moacyr Flores – Mozart Pereira Soares – Raphael Copstein – René Ernaini Gertz - Sérgio da Costa Franco – Sérgio Alves Teixeira – Telmo Lauro Müller – Vera Lucia Maciel Barroso

MEMBROS CORRESPONDENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL QUADRO GERAL

ADILSON CEZAR
ALFREDO MANUEL SÀNCHEZ MUÑOZ
ANA LUIZA SETTI RECKZIEGEL
ANGIONE COSTA
ANTÔNIO GONÇALVES MEIRA
ANTÔNIO TAVARES PINÃO
CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORREA
CARLOS TASSO DE SAXE C. E BRAGANÇA
CLÁUDIO MOREIRA BENTO
CONSUELO PONDE DE SENA
DANIEL ORTEGA RICAURTE
DAVIS RIBEIRO DE SENA
ELISEO POPOLIZIO
ENÉLIO LIMA PETROVICH
FRANCISCO DAS NEVES ALVES
GENUINO ANTÔNIO FERRI
HÉLIO LEÔNCIO MARTINS
HILGARD O'REILLY STERNBERG
JALI MEIRINHO
JONAS DE MORAES CORREIA NETO
JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
JOSÉ ADIRSON DE VASCONCELOS
JOSÉ ALFREDO SCHIERHOLT
JOSÉ ANTÔNIO FALCÃO
JOSÉ BUENO DE OLIVEIRA DE AZEVEDO FILHO
LUIZ FELIPE DA SILVA WIEDEMANN
LUIZ FERRAND DE ALMEIDA
LUIZ LAVANÈRE
MÁRIO GARDELIN
OLÍMPIO COSTA JÚNIOR
PEDRO GASTÃO DE ORLEANS E BRAGANÇA
PEDRO JACINTO DE MALLET JOUBIN
RAMON DE CASTRO ESTEVES
RAYMOND PEBAYLE
ROSELYS VELLOSO RODERJAN
SALVATORE CANDIDO
SETEMBRINO A. PEREDA
TITO LIVIO FERREIRA
TÚLIO VARGAS
VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA
WALTER FERNANDO PIAZZA

MEMBROS BENEMÉRITOS E HONORÁRIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

GETÚLIO DORNELLES VARGAS	GRANDE BENEMÉRITO
EDGAR LUIZ SCHNEIDER	BENEMÉRITO
GUILHERMINO CESAR DA SILVA	BENEMÉRITO
ILDO MENEGHETTI	BENEMÉRITO
JOÃO MARIA BENTO BALEM	BENEMÉRITO post mortem
MEM DE SÁ	BENEMÉRITO
THOMAZ CARLOS DUARTE	BENEMÉRITO
WALTER PERACHI BARCELOS	BENEMÉRITO
WALTER SÓ JOBIM	BENEMÉRITO
ALTINO BERTHIER BRASIL	HONORÁRIO
ANTONIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS	HONORÁRIO
FLORÊNCIO CARLOS DE ABREU E SILVA	HONORÁRIO
FRANCISCO PEREIRA RODRIGUES	HONORÁRIO
JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL	HONORÁRIO
LEONARDO MACEDÔNIA FRANCO E SOUZA	HONORÁRIO
MANOEL THEÓPHILO BARRETO VIANNA	HONORÁRIO
PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO	HONORÁRIO
PROTÁSIO ANTÔNIO ALVES	HONORÁRIO

SUMÁRIO

7 ARTIGOS

9 **A doença de Borges de Medeiros**
Blau Souza

17 **Canguçu – RS sesquicentenário 1857: sua contribuição à história militar**
Cel. Cláudio Moreira Bento

29 **Corrigindo uma injustiça**
Corálio Bragança Pardo Cabeda

37 **O tempo-espaço: ficção, teoria e sociedade**
Eurípedes Falcão Vieira

49 **República-mulher: a nova forma de governo sob o olhar da imprensa caricata da zona sul gaúcha**
Francisco das Neves Alves

63 **Intelectuais sob vigilância: a prisão de Caio Prado Júnior em Porto Alegre**
Gervásio Rodrigo Neves

77 **Notas sobre os primórdios do abastecimento de água em Porto Alegre**
Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins

83 **Atuais municípios na antiga região do Camaquã**
Luis Alberto Cibils

91 **A fiscalidade na historiografia sobre o Brasil e o Rio Grande do Sul: da América Portuguesa ao Primeiro Reinado**
Márcia Eckert Miranda

111 **Brasil, África e escravidão**
Raphael Copstein

143 DOCUMENTAÇÃO

145 **Arquivos privados: fundos documentais**

149 **Carta de D. Ermelinda Felizardo, avó de Luiz Carlos Prestes ao General Francisco Ramos de Andrade Neves, presidente do supremo tribunal militar**
Equipe de pesquisa do IHGRGS

151 **Reservas de ferro no Rio Grande do Sul**
Gervásio Rodrigo Neves

161 **Dois manifestos: Rio Grande de São Pedro (1823 e 1824)**
Marcia Eckert Miranda

176 NOTICIÁRIO

- **Irmão Elvo vai fazer muita falta** – Antônio Hohlfeldt
- **Paulo Jauré Pedroso Xavier** – Ir. Elvo Clemente
- **Lothar Francisco Hessel** – Sérgio da Costa Franco
- **Patrimônio documental**
- **Eventos culturais promovidos pelo Instituto e realizados em sua sede Novembro 2006 / Outubro de 2007**
- **Eventos culturais promovidos pelo Instituto e realizados em outros locais, no período de Novembro 2006 / Outubro de 2007**
- **Assinatura de convênios**
- **Projetos em andamento**
- **Novos projetos em fase de apreciação**
- **Serviços oferecidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**

ARTIGOS

A DOENÇA DE BORGES DE MEDEIROS

Blau Souza[1]

Resumo: Borges de Medeiros esteve no governo do Estado por 25 anos. Adoeceu com gravidade e teve um afastamento de aproximadamente um ano e meio que é pouco conhecido. Neste período, governou o vice-presidente general Salvador Pinheiro Machado. O afastamento de Borges como chefe político foi bem menor do que como presidente do Estado e acabou com sua volta triunfal a Porto Alegre. É discutida a doença que levou a tratamento e recuperação em fazenda na Barra do Ribeiro.

Palavras chaves: Borges de Medeiros. Rio Grande do Sul. Doença. Amebíase.

É comum afirmar que Borges de Medeiros dominou o governo e chefiou o Partido Republicano Rio-Grandense desde que assumiu a presidência do Estado em 1898, ou desde a morte de Castilhos em 1903; até a posse de Getúlio Vargas em 1928 no governo estadual, ou até a Revolução de 1930. Assim fica em segundo plano o bom governo do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, médico jaguarense, de 1908 a 1913. Menos conhecido ainda é o afastamento de Borges de Medeiros por doença de três de julho de 1915 até três de janeiro de 1917, período em que foi substituído pelo vice-presidente general Salvador Pinheiro Machado, irmão do senador de ferro.

Busquemos fatos da época e sua repercussão. O jornal A Federação de 03.07.1915 estampava na sua primeira página fotografia do general Salvador Pinheiro Machado e texto que assim iniciava: "Tornando-se delicado, nestes últimos dias, o estado de saúde do nosso benemérito chefe Dr. Borges de Medeiros, preclaro presidente do Estado, ficou impossibilitado de atender, atualmente, aos negócios públicos... " [(2)]. Na seqüência noticiava a posse do vice-presidente marcada para as 18 horas. Realmente, o general honorário do Exército Salvador Pinheiro Machado assumiu o governo em três de julho de 1915 perante o Conselho Municipal de Porto Alegre, pois não estava reunida a Assembléia de Representantes. A posse se deu às 18 horas no salão de honra da prefeitura municipal. O general Salvador chegou ao local no *landau* presidencial acompanhado pelo secretário do interior, Dr. Protásio Alves. "O ato não foi solene tendo em vista o estado de saúde do Dr. Borges de Medeiros". Além do secretário do interior e interino da fazenda, estiveram presentes o Dr. Firmino Paim, secretário da presidência;

---

[1] Membro efetivo do IHGRGS.

[2] Jornal A Federação, Nº. 152, de 03.07.1915, p. 1.

Dr. Pereira Parobé, secretário de obras públicas; Dr. Thompson Flores, chefe de polícia; Dr. José Montaury de Aguiar Leitão, intendente de Porto Alegre; Gen. Manoel Theophilo Barreto Vianna, presidente da Assembléia de Representantes. Compareceram à sessão extraordinária os conselheiros municipais: Joaquim Antonio Ribeiro, presidente; João Moreira da Silva, secretário; Germano Petersen Júnior, Oswaldo Linck, Eduardo Arnt, Francisco Xavier da Costa, Eugênio du Pasquier e Antonio Chaves Barcellos. Eram 21 horas, quando o Gen. Salvador Pinheiro Machado, após despachar, saiu do palácio e compareceu à residência do Dr. Borges de Medeiros, onde "esteve até adiantada hora da noite" [3].

Ia a pleno a campanha para preenchimento de vaga no Senado. O candidato republicano, o ex-presidente da República Mal. Hermes da Fonseca, enfrentava ferrenha oposição, liderada pelo jornal oposicionista e pelo Dr. Ramiro Barcellos, ex-senador e que aceitara concorrer pelo Partido Federalista. Com o pseudônimo de Amaro Juvenal, Ramiro Barcellos invectivava Borges de Medeiros através da imprensa e, sobretudo, ao criar o *poemeto campestre Antônio Chimango*, obra imortal da poética gauchesca. O alvo dos ataques era Borges de Medeiros, que vetara a candidatura de Ramiro pelo PRR. Também o candidato oposicionista recebia ferozes ataques através do jornal A Federação, dirigida pelo Dr. Carlos Penafiel. Uma série de artigos lamentava o fato de Ramiro Barcellos ter renunciado ao Senado para desempenhar atividades relacionadas ao porto de Rio Grande e às vias férreas no Estado, mas ligadas, sobretudo, a capitalistas como Persival Farqhuar [4]. Ramiro conseguira, no âmbito federal, o apoio de Maurício de Lacerda e, no âmbito estadual, o do ex-governador Carlos Barbosa. No dia quatorze de julho, data de aniversário da constituição castilhista, realizou-se comício contra a candidatura do Mal. Hermes, na Rua da Praia, que resultou em nove mortos e muitos feridos. A Brigada Militar, sob o pretexto de manter a ordem pública dissolveu o comício a tiros e a pata de cavalo. Entre os mortos estava Josino de Vasconcellos Chaves, doutorando de medicina e figura muito querida na sociedade porto-alegrense. O clima era de luto e revolta, com muitos ataques ao comandante da escolta presidencial, capitão Lourenço Galant; ao chefe de polícia, Dr. Francisco Thompson Flores e, ao presidente interino general Salvador Pinheiro Machado [5]. No dia dois de agosto houve a eleição, vencida com facilidade pelo candidato republicano, mas as cicatrizes foram tantas que o Mal. Hermes desistiu de assumir sua cadeira no Senado.

No dia oito de setembro de 1915 foi assassinado no Rio de Janeiro o senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, um dos homens mais poderosos do Brasil. O fato aconteceu num dos salões do Hotel dos Estrangeiros, quando um gaúcho de Cacimbinhas apunhalou o senador pelas costas. A repercussão foi muito grande em todo o país. A correspondência de Borges comprova o interesse

[3] Jornal A Federação, N° 153, de 05.07.1915, p. 1.
[4] Jornal A Federação, N° 156, de 08.07.1915, p. 2.
[5] Um ciclo de cultura social, p. 31-34.

dos seus partidários em mantê-lo informado no seu retiro na Barra do Ribeiro e há telegramas como um, dramático, de Carlos Cavaco condenando o ato covarde e querendo participar a Borges, sua solidariedade e indignação de adversário [6]. O corpo do senador foi transladado e chegou a Porto Alegre no vapor Javari no dia dezoito, seguindo para o salão nobre da intendência municipal. O féretro teve grande acompanhamento popular e de autoridades até o cemitério da Santa Casa. Recebeu homenagens militares de contingentes do Exército, da Brigada Militar e do Tiro de Guerra. Oito mil pessoas e vários oradores participaram dos atos fúnebres [7].

Enquanto Borges de Medeiros apresentava melhora na sua saúde; ele que fora considerado frágil e doentio na figura de *Antonio Chimango*, o autor da obra, o sadio Ramiro Barcellos faleceu de forma inesperada, chocando a todos. O versátil e brilhante professor de medicina, político, jornalista, morreu de forma aguda por ser médico e por ser fumante. Feriu-se numa das mãos ao usar pequena faca para cortar fumo em rama no preparo de mais um *palheiro* e, sem dar importância ao fato, rumou para o Irapuá, município de Cachoeira, a fim de atender um doente. Infelizmente, o caso era de infecção grave, houve contaminação através do ferimento e o forte Dr. Ramiro Barcellos desenvolveu uma septissemia, ou seja, a infecção atingiu a circulação sanguínea e se generalizou. Ele mesmo fez o diagnóstico e se considerou perdido. Voltou para Porto Alegre e logo faleceu em 29 de janeiro de 1916, enlutando o Rio Grande e o Brasil. *Amaro Juvenal* desaparecia antes de conhecer a repercussão da sua obra. Pois Antônio Chimango surgira em 1915 e sua divulgação pouco passara do andar de mão em mão e sendo copiada por estudantes nas pensões de Porto Alegre [8].

Em março de 1916 chegaram a Porto Alegre pelo vapor Ibiapaba, os despojos de João Barros Cassal, falecido em outubro de 1903, mesmo ano da morte de Júlio de Castilhos. Depois de dirigir A Federação, ser chefe de polícia do Estado e notabilizar-se como orador e político, ele tivera divergência com o patriarca e migrara para o Mato Grosso, onde faleceu. Foram prestadas muitas homenagens, com a presença do governo através do Dr. Protásio Alves. De certa maneira, buscava-se uma correção tardia e isolada para a diáspora gaúcha produzida pela Revolução de Noventa e Três.

Borges de Medeiros já estava em Porto Alegre quando da visita de Olavo Bilac ao Rio Grande do Sul na campanha civilista. Em telegrama de 13.10.1916, o poeta agradecia a ele, que ainda não retornara ao governo, o tratamento recebido no Estado [9]. A correspondência de Borges de Medeiros sempre foi ativa e demonstra que a chefia política e o controle do PRR, nunca escaparam totalmente de suas mãos. Afinal, quando ele se refazia da doença na fazenda do Gen. Sal-

[6] Arquivo Borges de Medeiros (IHGRGS) Correspondência de 1915 (10.09.1915).
[7] Jornal A Federação, Nº. 217 e 218, dos dias 20 e 21 de setembro, respectivamente.
[8] Revista do IHGRGS de Nº. 140 (2005), p. 9.
[9] Arquivo Borges de Medeiros (IHGRGS) correspondência de 1916 (13.10.1916).

vador, seu substituto e amigo, era visitado amiúde pelo Dr. Protásio Alves e por outros líderes do partido. Quando passava algum tempo sem notícias na imprensa do presidente afastado, A Federação e o Partido Republicano se encarregavam de corrigir a falha com juros e dividendos. Assim, toda a primeira página de uma edição regular foi ocupada por fotografia do Dr. Borges de Medeiros e texto sobre missa encomendada por estudante da Escola Médico-Cirúrgica em ação de graça pela recuperação da saúde do presidente e que fora assistida por autoridades numa Igreja Matriz repleta. Meia página do jornal registrava os nomes das autoridades e pessoas gradas presentes ao ato, iniciando pelo presidente interino, prefeito da capital, secretários de estado e comandantes militares. Em que pese o ato ter sido da iniciativa da Escola Médico-Cirúrgica, a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, do professor Sarmento Leite, fez-se presente através dos doutores Marques Pereira, Aurélio Py e Mário Totta [10].

A expectativa da volta era grande e os preparativos tornavam-se públicos. A Federação no dia seis de maio de 1916, em sua primeira página, publicou: "A comissão encarregada da grande manifestação de apreço pessoal e político ao preclaro presidente do Estado Dr. A. A. Borges de Medeiros, esperado em breves dias nesta capital, de regresso da Barra do Ribeiro, convida os intendentes de todos os municípios do Estado e respectivos presidentes dos conselhos municipais e diretores da política republicana, a comparecerem ou fazerem-se representar nessa justa homenagem ao benemérito chefe republicano. Porto Alegre, 6 de maio de 1916. (a)A Comissão". Esse convite, sem precisar a data do retorno, foi repetido nas edições dos dias 8, 9, 10 e 11. No dia 11, o comando superior da Guarda Nacional convidava e anunciava o regresso para o dia dezoito. Salvador Pinheiro Machado e Protásio Alves expediam convites e tornavam públicas as manifestações de intendentes e chefes políticos confirmando presença ou solicitando que os representasse. Notícia do dia dezesseis n'A Federação fornecia detalhes da volta: "Seguiu hoje para Barra do Ribeiro, o nosso amigo Dr. Protásio Alves, ilustre secretário do Interior e interino das Obras Públicas, que dali deve voltar em companhia do benemérito presidente do Estado e chefe supremo do Partido Republicano, Dr. Borges de Medeiros, depois de amanhã". Nesta mesma edição, há matéria extensa com material fornecido pela comissão. Ei-la, em parte: "Programa da recepção que será feita ao Dr. Borges de Medeiros – Os nossos amigos coronel Marcos de Andrade, Dr. José Montaury de Aguiar Leitão, general Theophilo Barreto Vianna, coronel Antenor Barcellos de Amorim, coronel Frederico Linck, tenente-coronel Luiz da Rocha Faria, tenente-coronel Benjamim Flores, tenente-coronel Antonio Chavez de Barcellos Filho, tenente-coronel Carlos Julio Becker, capitão Francisco Xavier da Costa, capitão Luiz Guaragna e capitão Generoso Vieira, encarregados de organizar a recepção ao nosso benemérito chefe e ilustre presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros, no dia 18 do corrente organizaram o seguinte programa...". A programação muito detalhada não foi

[10] Jornal A Federação, N° 185, de 12.08.1915, p.1.

seguida à risca, pois o rebocador Júlio de Castilhos, devido ao mau tempo, não conseguiu atracar nos fundos da fazenda em que estava o Dr. Borges e o retorno ficou para o dia dezenove. Os transtornos causados pelo adiamento incluíram a não edição do jornal A Federação no dia dezenove de maio. No mais, as festividades foram grandes e procuraram seguir o programado. Um navio capitânea, com autoridades, e muitas outras embarcações partiram do trapiche municipal e do cais da Praça Senador Florêncio para encontro com o vapor que trazia o Dr. Borges de Medeiros e acompanhantes. À altura da Ponta Grossa, o homenageado passou para a nave capitânea e a frota, anunciada por girândolas, foi festivamente acolhida por remadores em seus barcos, antes de aportar no cais da Praça da Alfândega, local em que se aglomerava multidão, colégios e representações de entidades de toda ordem. Do cais, o séqüito seguiu para a residência do Dr. Borges na Rua Duque de Caxias, cumprindo o programado pela comissão e que distribuía os participantes em dez segmentos para o deslocamento: 1- O mundo oficial; 2- Representantes da imprensa; 3- Banda de música; 4- Associações esportivas; 5- Banda de música; 6- Diversas associações; 7- Banda de música; 8- Mocidade acadêmica; 9- Tiro brasileiro; 10- Ginásio Júlio de Castilhos. Após percorrer a Praça da Alfândega e trechos das ruas dos Andradas, Marechal Floriano e Duque de Caxias, a multidão se deteve diante da casa do homenageado e ouviu a saudação do Dr. Antônio Vieira Pires, intérprete do PRR. Logo o Dr. Borges de Medeiros agradeceu as homenagens. Seu discurso, na parte inicial, dizia: "Há um ano que, acometido por uma súbita e pertinaz moléstia, fui compelido a largar o exercício das eminentes e árduas funções de que fora investido. Debelado o mal maior, foi necessário logo após tonificar o combalido organismo pelo repouso prolongado e completo em sítio agreste e retirado..." [11].

Só no dia três de janeiro de 1917, depois de meses exercendo a chefia política, foi que o Dr. Borges de Medeiros reassumiu o governo e o fez sem festividades, agradecendo através da Federação às muitas felicitações recebidas. As mensagens dos presidentes do Estado à Assembléia de Representantes são importante fonte para melhor entender a época. As mensagens de 1915 e de 1916 foram encaminhadas pelo general Salvador Pinheiro Machado, presidente interino; na primeira lamentava a doença de Borges e, na segunda, referia a alegria pela recuperação de sua saúde. Sua maior pretensão era ser fiel à orientação e aos planos do amigo doente. Finalmente, em 20 de setembro de 1917, Borges de Medeiros, reintegrado no cargo, enviou mensagem aos representantes que iniciava assim: "Senhores representantes. A três de janeiro deste ano, depois de um licenciamento prolongado e motivado por exigências de minha saúde gravemente alterada, reassumi o exercício das funções presidenciais. Durante o meu impedimento, que durou de três de julho de 1915 até aquela data, substituiu-me o ilustre vice-presidente do Estado, general Salvador Ayres Pinheiro Machado, que no desempenho do cargo agiu sempre com zelo administrativo e impecável civismo, enaltecendo seu nome e honrando um passado de memoráveis serviços...".

[11] Jornal A Federação, N° 116, de 20.05.1916, p.1-3.

Examinemos agora a doença, o doente e o tratamento, causas do afastamento. A maneira discreta como era tratada a doença do presidente do Estado em 1915 não evitou boataria, apreensão e vaticínios que extravasavam os limites de Porto Alegre e do Estado. Sobretudo a oposição se ocupava com as reações irascíveis de Borges no trato com seus correligionários, que por vezes transferiam audiências na esperança de encontrá-lo mais bem disposto em outra ocasião [12]. A magreza do presidente preocupava e foi penosa a viagem que empreendeu pela Zona Sul, visitando Pelotas, Rio Grande e Bagé no mês de abril de 1915. O hábito de pouco se afastar de Porto Alegre e do palácio, ao que tudo indica, tinha mais a ver com o sofrimento causado pela doença do que com mero exercício da vontade.

Mas afinal, o que teria afastado Borges de Medeiros por aproximadamente um ano e meio do governo do Estado? Esta pergunta tem ocupado vários estudiosos, sem que se chegue a uma certeza. Oferecimentos como o das irmãs de caridade de cidade interiorana que mantinham casa de saúde para atendimento de esgotamentos nervosos e coisas afins complicam o quadro. Borges de Medeiros sempre viveu cercado de médicos que o auxiliavam no governo e no seu dia-a-dia. Protásio Alves foi inexcedível nessa posição e de certa forma permaneceu mais tempo em funções de governo do que o próprio Borges, pois foi secretário de Estado também no qüinqüênio intermediário de Carlos Barbosa. É certo que era muito ouvido pelo presidente do Estado, também na qualidade de médico conhecedor de seus problemas. Jacintho Godoy cuidou de Borges, ainda antes de se formar em medicina, quando passou a ser secretário particular do presidente em 1910. Na rotina do palácio é certo que nada lhes passava despercebido, menos ainda coisas prováveis como o desconforto, a sensação de dor abdominal, a irritabilidade e as freqüentes visitas do presidente à sala em que eram usados os cubos, substituídos a cada dia na sua função de recolher dejetos. Claro que não partiram dos doutores Protásio e Jacintho, nem inconfidências nem desabafos que representassem quebra do sigilo profissional. É natural que tenha partido de um médico que nunca tratou do presidente e que sempre lhe fez oposição a chave para a solução do enigma. Assim ocorreu com o Dr. Antero Marques, que guardou os informes por algum tempo, até a edição do seu livro *Mensagem a Poucos* em 1964, já quando não mais vivia Borges de Medeiros, falecido em 1961. Mesmo o Dr. Antero colocou o diagnóstico e fez comentários através de um personagem, sem assumir na primeira pessoa a quebra de um comportamento ético, ao tornar público o diagnóstico e circunstâncias do caso. O Dr. Antero sabia que os males do presidente eram atribuídos a uma velha *tuberculose mesentérica*, no que seguia a tendência da época, quando a tuberculose fazia grandes estragos. O certo é que havia agravamento e o curso crônico da doença apresentava exacerbações agudas em que a vida era ameaçada. Antero valoriza, sobremaneira, a atuação do Dr. Jacintho Godoy que ousou discordar do diagnóstico e instituiu tratamento

[12] Mensagem a poucos, p.35.

para *amebíase*, usando as *emetinas*, novidade na época. As lesões produzidas pelos microorganismos e a ação de suas toxinas explicariam os muitos sofrimentos, o curso da doença e o comportamento de deprimido crônico, com manifestações de *aluado* de Borges de Medeiros [13]. Cabe ressaltar que as *emetinas*, tão efetivas no tratamento do presidente, são remédios de grande toxicidade e cheios de efeitos colaterais que levaram ao seu abandono, quando do surgimento de produtos mais seguros e menos perigosos. Mas, na época, era o que existia de mais moderno e efetivo e sua ação foi decisiva, ainda que implicando no afastamento e retiro do paciente durante a cura e a convalescença. Apenas o Dr. Antero se equivocou ao relacionar a atuação do Dr. Jacintho Godoy com viagem à Europa que só ocorreu em 1919, portanto quando Borges de Medeiros já estava curado e reassumira o governo e a chefia política do Partido Republicano Rio-Grandense. Atualizado, Jacintho agiu de acordo com as experiências de Vedder, em 1912, que comprovaram a efetividade em laboratório do uso do alcalóide derivado da Ipeca no extermínio de *trofozoitos da Entamoeba histolytica*. Confirmava-se, em última análise, a ação efetiva da *"raiz do Brasil"* que indígenas brasileiros usavam no tratamento das diarréias [14].

Antero Marques conta diálogo, ocorrido entre médicos em 1923 e que de certa maneira ajuda a confirmar o diagnóstico bem como o tratamento instituído e o seu autor. Médicos conversavam e Jacintho Godoy lamentava as ocorrências da revolução. Então, Annes Dias, com humor, teria dito: "Que queres?... isto é obra tua, pois curaste a amebíase do homem". A Jacintho Godoy, teria restado apenas "sorrir tristemente" [15]. Antero Marques não perdia oportunidade de hostilizar Borges de Medeiros e com sua verve criou até um neologismo relacionado à doença que tanto afligiu ao chefe republicano. Ao criticar a reação do governo à tese contrária à liberdade profissional durante o IX Congresso Médico Nacional realizado em Porto Alegre em 1926, ele chamou Borges de Medeiros de déspota *amebiásico* [16].

Embora conhecida a parcialidade do Dr. Antero Marques e seu antagonismo a Borges de Medeiros, não parece crível que o diagnóstico, o tratamento e a evolução da doença, apresentados de forma tão coerente, não correspondam à realidade. No seu livro *Mensagem a poucos*, em boa hora reeditado [17], o Dr. Antero Marques desnuda muito do mistério que cerca o longo afastamento de Borges de Medeiros das suas atividades de governo e de chefia política.

[13] Mensagem a poucos, p.31.
[14] Goodman e Gilman, p.1041-1044.
[15] Mensagem a poucos, p.31.
[16] Mensagem a poucos, p.313.
[17] Reedição de Mensagem a poucos em 2005, coordenada por Valdir Amaral Pinto, Miguel Frederico do Espírito Santo e Paulo Estivalet Flores Pinto. Edigal- Renascença.

Referências

MARQUES, Antero. **Mensagem a poucos**. Porto Alegre: Gráfica Editora A Nação, 1964.

GOODMAN; GILMAN. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1973.

SANMARTIN, Olyntho. **Um ciclo de cultura social**. Porto Alegre: Sulina, 1969.

SOUZA, Blau Fabrício de. "Antônio Chimango" através do tempo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v.140, p.7-12, 2005.

A FEDRAÇÃO, várias edições do jornal.

ARQUIVOS DE BORGES DE MEDEIROS (IHGRGS)

CANGUÇU – RS SESQUICENTENÁRIO 1857 SUA CONTRIBUIÇÃO À HISTÒRIA MILITAR

Cel. Cláudio Moreira Bento [1]

Resumo: O artigo resgata a história da região onde se instalou atual município de Canguçu, partindo do início do processo de ocupação do Rio Grande do Sul à atualidade, ressaltando a importância da região, a sua ocupação, a instalação da municipalidade e a formação das principais famílias.

Palavras-chave: Canguçu. Rio Grande do Sul. Tratados.

1 - Canguçu antes de 1857 – uma retrospectiva

As terras de Canguçu pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, pertenciam à Espanha. E Portugal, ao fundar Colônia do Sacramento em 1680, infringiu o Tratado de Tordesilhas, com base na infração do referido Tratado pelos espanhóis ao conquistarem as Filipinas.

Em 19 de agosto de 1737, o Rio Grande do Sul português foi fundado, com o desembarque em Rio Grande da Expedição ao comando do Brigadeiro José da Silva Pais. Este, a seguir, estendeu a conquista pelo litoral, até o Chuí e São Miguel e contrário ao estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Canguçu ainda era território espanhol e povoado pelos índios Tapes originários de tapuias guaranizados.

Pelo Tratado de Madrid de 1750, Canguçu passou a ser português. Pelo referido Tratado, os Sete Povos das Missões passariam para Portugal, em troca da Colônia do Sacramento que passaria ao domínio de Espanha.

E de 1752 a 1754, tem lugar a Guerra Guaranítica, no Rio Grande do Sul marcada pela revolta dos índios missioneiros liderados por jesuítas que se recusaram deixar suas terras e transferir-se para a margem direita do rio Uruguai, forçados pelos exércitos demarcadores de Espanha e Portugal.

Na 2ª tentativa de penetrar nas Missões, remontando o Jacuí, foi criado em 1752 o Forte Jesus-Maria-José, origem de Rio Pardo, a primeira localidade portuguesa na Campanha. Ela foi a 2ª base militar portuguesa no Rio Grande. A 1ª foi Rio Grande. A partir daí atravessando o território ocupado hoje por Canguçu, foi estabelecido um caminho de ligação destas duas bases. Caminho considerado o mais antigo do Rio Grande do Sul segundo o General Paula Cidade.

---

[1] Membro correspondente do IHGRGS

Em Canguçu este caminho primitivo atravessava o Vao dos Prestes no Camaquã, dali atingia a Coxilha do Fogo, a seguir Canguçu atual e Morro Redondo atual. Daí descia até o rio Piratini, atravessava o São Gonçalo e depois atingia Povo Novo atual, e finalmente Rio Grande.

Na última expedição rumo às Missões, foi criado o Forte São Gonçalo na margem esquerda do rio Piratini, para proteção do Exército Demarcador de Portugal e em especial de sua linha de suprimentos e de comunicações, dos índios Tapes que habitavam a Serra dos Tapes em Canguçu atual.

A demarcação do Tratado de Madrid fracassou! Os casais de açorianos que deviam ocupar as Missões se espalharam a partir do porto dos Casais (Porto Alegre atual) ao longo do rio Jacuí. Muitos descendentes desses casais povoariam Canguçu e Piratini, etc.

Em 1763 o governador de Buenos Aires, D. Pedro Ceballos invadiu o Rio Grande do Sul. Antes dessa invasão, provenientes de Rio Pardo, a tropa de Dragões do Rio Grande lá sediada atravessou as terras de Canguçu para se dirigir além do Chuí e fundar a Fortaleza de Santa Tereza em território então de Portugal. Fortaleza construída precariamente sobre a areia e de faxina.(cercas de pau a pique).

Mas não puderam apresentar defesa compatível, face à desproporção das forças e se rendeu Santa Tereza ao comando do Cel. Thomas Luiz Osório um grande injustiçado de nossa História. Ceballos prosseguiu sem reação até Rio Grande que fora abandonado por seu governador Eloy Madureira que não ofereceu resistência ao invasor. E atravessou o Sangradouro da Lagoa dos Patos e conquistou São José do Norte.

Casais de açorianos, que haviam se estabelecido entre Povo Novo atual e o canal São Gonçalo, buscaram proteção nas terras de Canguçu e outros procuraram por ali atingir Rio Pardo.

Canguçu atual já havia iniciado a ser povoado de 1752 a 1762 no vale do Piratini, onde se estabelecera a Estância de Luiz Francisco Marques de Souza, próxima a Vila Freire.

Como resistência as serras dos Tapes e do Erval foram transformadas em base de guerrilhas portuguesas.

Em Canguçu elas foram lideradas por Rafael Pinto Bandeira, e cuja finalidade era atacar estâncias espanholas e trazer para nosso lado o gado vacum e cavalos apreendidos que eram colocados nos campos de Canguçu na bacia do rio Camaquã, conforme consta em mapa da época. Elas atuavam com esta diretriz estratégica, vinda do Rio.

"A guerra contra o invasor será feita em pequenas patrulhas localizadas em matas e nos passos dos rios e arroios. Destes locais elas sairão ao encontro dos invasores para surpreende-los, causar-lhes baixas, arruínar-hes cavalhadas, gado vacum e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante e contínua inquietação."

Era o despertar da Guerra à Gaúcha na qual as terras de Canguçu tiveram papel importante, como base nas que atuavam na Serra do Tapes e em especial na atual Coxilha do Fogo então conhecida como a Encruzilhada do Duro e de onde eram lançadas patrulhas para a cobertura dos passos do rio Camaquã, o das Carretas, do Marinheiro, do Vao dos Prestes, então Camaquam de Baixo e o da Armada.

Em 1773/74 o governador de Buenos Aires, D. Vertiz y Salcedo com forte Exército que os espanhóis denominavam de Armada, invadiu o Rio Grande do Sul pela Campanha.

Estabeleceu próximo a Bagé atual, o forte de Santa Tecla. Sua intenção era destruir as bases de guerrilhas nas serras dos Tapes e Erval e depois dominar todo o Rio Grande do Sul.

Mas foi derrotado por estas guerrilhas e Dragões do Rio Grande em Santa Bárbara. E aí capturaram recursos logísticos essenciais para Vertiz y Salcedo prosseguir provenientes das Missões. E a seguir uma de suas duas colunas que marchavam separadas foi derrotada em Tabatingai (próximo de Pântano Grande) por Rafael Pinto Bandeira.

Chegando defronte ao Forte do Rio Pardo, Vertiz y Salcedo sentiu que seria derrotado se prosseguisse. Então decidiu retirar-se com sua Armada para Rio Grande tendo atravessado as terras de Canguçu à partir do passo desde então da Armada no rio Camaquã.

Passo que levou este nome por nele Vertiz y Salcedo ter sido induzido a o cruzar por Rafael Pinto Bandeira, ao invés do passo Camaquã de Baixo, atual Vao dos Prestes. Travessia que Vertiz teve imensas dificuldades de cruzar tendo que inclusive que construir uma passagem para passar seus canhões e sempre hostilizado pela guerrilha de Pinto Bandeira que o seguia e o hostilizava em sua retirada.

E por Canguçu atual a Armada do mexicano Governador Vertiz y Salcedo, Governador de Buenos Aires passou com destino a Rio Grande que a Espanha dominava há 10 anos.

Houve um plano do nosso Governador Coronel Marcelino de Figueiredo, com querrilheiros de Rafael Pinto Bandeira e Dragões do Rio Pardo do Cel Roncally de baseados em Canguçu, na antiga citada estância de Luiz Francisco Marques de Souza, de atraírem parte dos espanhóis para corte do canal São Gonçalo para permitir um ataque a Rio Grande, que fracassou, mas que expulsou os espanhóis de São José do Norte.

Em 1775 teve início a expulsão dos espanhóis de Rio Grande do Sul atual que eles chegaram a dominar 2/3. Em 31 de outubro de 1775 foram expulsos por Rafael Pinto Bandeira do Forte São Martinho, acima de Santa Maria atual e que bloqueava o acesso português às Missões Em março de 1776 Rafael Pinto Bandeira e Dragões vindos de Rio Pardo os expulsaram de Santa Tecla.

E em 1° de abril de 1776, o poderoso Exército do Sul, concentrado em São José do Norte, reconquistou Rio Grande há 13 anos dominada pelos espanhóis.

Foi em 1° de abril, dia de São Francisco de Paula, nome inicial que seria dado a Pelotas fundada por volta de 1780 a qual tem como padroeiro este santo.

Expulsos os espanhóis de Rio Grande, as terras de Pelotas Canguçu foram liberadas ao povoamento. E por elas passaram Dragões de Rio Pardo que lutaram em Santa Tecla e com destino ao Taim para ali resistir a uma pretendida invasão do General Ceballos.

Passagem por Canguçu atual da qual o Major Patrício Correia da Câmara deixou circunstanciado relatório que publico na **História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada** de Bagé, 2002.

Ceballos agora Vice Rei do Rio da Prata, com forte Esquadra e Armada (Exército) conquistou a ilha de Santa Catarina.Não conseguiu desembarcar em Rio Grande por ter sua Esquadra dispersada por ventos e conquistou em definitivo dos portugueses Colônia Sacramento.

Os mais bem colocados vieram para São José do Norte , Rio Grande e para Pelotas atual. E entre estes o menino Hipólito José da Costa que se consagraria como o Patrono da Imprensa Brasileira. Os mais pobres denominados Deslocados de Colônia foram recolocados na Serra dos Tapes em pequenas propriedades.

Em seguida a guerra terminou com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777, imposto por Espanha a Portugal. Por ele as terras de Canguçu foram consagradas como de Portugal.

Em 1783 decorridos 6 anos da expulsão dos espanhóis, Portugal criou a Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu, com sede em Canguçu Velho e cujas ruínas localizamos em 1972.

Em 1789, nova guerra se aproximava. Por medida de segurança acredito, a Real Feitoria foi transferida para São Leopoldo. E na fronteira com a Espanha, no vale do rio Piratini, foi fundada a Vila dos Casais atual Piratini. Em Canguçu a Real Feitoria produziu mais que São Leopoldo.

Antes, por volta de 1784 começou a ser demarcada a fronteira. O território entre o rio Piratini e Jaguarão estava indeciso a quem pertenceria.

Em mapa da época da Demarcação, de 1784, nas terras de Canguçu aparece só a referência a Cerro Partido, acidente geográfico importante que integra o nó orográfico onde nascem arroios que deságuam nos rios Piratini e Camaquã e na Lagoa dos Patos.

Em 1800, em face de guerra de 1801 que ameaçava eclodir, foi fundado Canguçu como Capela Curada e desestimulado o crescimento da área em torno da antiga sede da Real Feitoria, que passou a ser tratada de Canguçu-Velho, por ter sido criado Canguçu atual.

Canguçu foi criado junto com Caçapava, Encruzilhada e destinados a cobrir os caminhos de invasão espanhola ao Rio Grande do Sul.

Temia-se que Canguçu fosse atingida por invasão espanhola partida de Cerro Largo. E de Canguçu poderia partir para reconquistar Rio Grande ou Rio Pardo. Fora o caminho usado por Rafael Pinto Bandeira, para invadir o Uruguai atual com suas guerrilhas, contornando as fortificações espanholas em Santa Tereza e Santa Tecla.

Em Canguçu, como fiscal de Capela foi colocado o segundo em Comando da Legião de Cavalaria, o Ten Cel Jerônimo Xavier Azambuja, antigo guerrilheiro de Rafael Pinto Bandeira e comandada pelo Coronel Manoel Marques de Souza. Este como tenente fora o guia do assalto a Vila de Rio Grande e era grande sesmeiro na região de Cerrito e hoje é patrono da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas por nossa proposta vitoriosa.

Em 1801 estourou a Guerra de 1801. Moradores de Canguçu, Capela Curada, participam da conquista do território entre os rios Piratini e Jaguarão e da conquista do território de Santa Vitória, então Campos Neutrais pelo Tratado de Santo Ildefonso e com destaque para o Ajudante de Cavalaria Ligeira Francisco Soares Louzada, estancieiro em Canguçu próximo ao Passo do Marinheiro e com descentes em Canguçu e natural de Resende-RJ ,então fundada.

Por esta época, portugueses de diversas origens no Brasil se estabeleceram na Capela Curada de Canguçu, o que foi levantado em estudos dos genealogistas Carlos Grandmasson Rheigantz, Ilka Neves e Alda Maria Morais Jacottet. Estudos de onde podemos saber o nome e origens dos ancestrais canguçuenses de muitas famílias, muitos vindos de terras ao norte de São José do Norte. Estas pesquisas e mais a do genealogista Cairo Moreira Pinheiro nos ajudaram a levantar minha genealogia em **Dos Lemes da ilha da Madeira aos Mattos, Moreira e Bentos de Canguçu** publicada em 2006, sob a égide da ACANDHIS e que espero sirva de modelo a deseje levantar seus ancestrais.

Em 1812, Canguçu junto com São Francisco de Paula (Pelotas atual) passou a condição de Freguesia.

Canguçuenses participam das Guerras contra Artigas de 1816 e 1820, cujos nomes não conseguimos apurar. A seguir participam da Guerra Cisplatina 1825/28. E entre eles Joaquim Teixeira Nunes.

Ao final desta guerra o Exército Brasileiro foi desmobilizado em Piratini onde se fixaram os alferes Antonio Joaquim Bento (pai) e Vicente Ferrer de Almeida com descendência em Canguçu. Antonio Joaquim era meu trisavô e pai de Antonio Joaquim Bento, o 1° professor régio para meninos do criado município de Canguçu.

A seguir veio a Revolução Farroupilha onde Canguçu teve grande destaque omitido pela historiografia do Rio Grande do Sul o que temos resgatado como ato de justiça na voz da História.

Canguçu resistiu de 1835 a 1842, durante 7 anos as investidas imperiais que o reconheciam como "o distrito mais farrapo e de mais perigo de Piratini". E em Canguçu foi a base de 1842 ate 1845 da Ala Esquerda do Exército Imperial ao comando do Ten. Cel. Francisco Pedro de Abreu, Chico Pedro ou Moringue que mandou construir uma cadeia que existiu ate 1942 no local onde hoje se encontra o Teatro Municipal. E ele anunciava ironicamente que a havia construído "como uma casa de hospedes para os farrapos". E nela estiveram presos os coronéis farrapos José Mariano de Mattos e Joaquim Pedro Soares e mais Domingos José de Almeida. Jose Mariano presidira interinamente a Republica Rio Grandense

e em 1864 seria o Ministro da Guerra do Império e Joaquim Pedro veterano em Portugal. Da lutas contra Napoleão. E Domingos José de Almeida foi o Ministro da Fazenda da República Rio Grandense.

E ao ser ocupado Canguçu pela Ala Esquerda do Exército Imperial teve fim a segurança que ele proporcionava a Piratini.

Em 1851-52 canguçuenses participam da Guerra Contra Oribe e Rosas e entre eles o Alferes Hipólito Pinto Ribeiro que foi elogiado pelo tenente coronel Manoel Luiz Osório por seu destaque como integrante de seu 2° Regimento de Cavalaria na batalha de Monte Caseros.

E em janeiro de 1857 foi criado o município de Canguçu tendo como distrito Cerrito que a Canguçu permaneceu vinculado por um século (1857-1957).

E ambos com destaque no combate de Seival em 10 de junho de 1836, que criou condições no dia seguinte para a Proclamação da República Riograndense, que durou quase 10 anos e que em 15 de novembro de 1889 inspiraria a Proclamação da República.

Canguçu foi criado como o 22° município do Rio Grande do Sul e 120 anos depois da fundação do Rio Grande do Sul.

Assim procuramos num grande esforço de síntese e de interpretação histórica contribuir para a comemoração dos 150 anos do município de Canguçu, a qual não pude comparecer, como planejava, mas que nele sou representado por meu livro **Canguçu reencontro com a História**, lançado dia 22 jul , como nossa contribuição prestada em 50 anos de pesquisas aos 150 anos de Canguçu.e mais pelos integrantes de nossa ACANDHIS que desde 1988 me ajudaram nesta tarefa a qual dediquei minha vida e realização maior como historiador militar brasileiro, por haver retirado a grossa camada de patina dos tempos que cobria a bela história de meu torrão natal.

2 - Canguçu há 150 anos quando de sua criação como município

A Lei Provincial n° 340 de 28 de janeiro de 1857 criou o Município de Canguçu junto com o de Passo Fundo e acrescido do Distrito de Cerrito que pertencia a Piratini.

Canguçu foi o 22° município criado na então Província de São Pedro do Sul, em 27 de junho de 1857, pelo filho de Canguçu e então Presidente da Câmara de Piratini, o Comendador Manoel José Gomes de Freitas, aqui nascido em 1811 e que foi o 1° historiador de Canguçu, cuja pesquisa serviu de base a João Simões Lopes para escrever o seu Bosquejo Histórico de Canguçu, em 1812, no centenário de Freguesia.

Sabe-se hoje que o município de Canguçu foi criado por gestões do herói e veterano de várias guerras e simbolista farrapo Bernardo Pires, com ilustre descendência em Canguçu, originários de Ciro Matos Moreira e Leão dos Santos Terres, os quais casaram com netas do herói farrapo citado que biografamos a pedido de seu bisneto Major Ângelo Pires Moreira em 1971 pela Universidade

Federal Rural de Pernambuco, bem como nas edições do **Diário Popular** de Pelotas de sua coluna Querência em 3,10,17, e 24 de janeiro de 1971.

Gestões de Bernardo Pires junto ao Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho que presidiu a Província de 28 de abril de 1856 a 8 de março de 1857 por cerca de 11 meses. Fora o Ministro da Guerra ao final da Revolução Farroupilha. Filho de Santa Catarina, considerado o fundador da sua imprensa em 1831 e o considero o Pai da Engenharia Civil no Brasil.

Para administrar o município foram enviados para Canguçu os seguintes funcionários com tradição farroupilha: Vicente Ferrer Almeida, natural de Lavras que lutou na Guerra Cisplatina no Exército Brasileiro, como alferes, ao lado de seu mais tarde cunhado Antônio Joaquim Bento (pai). Desmobilizados em Piratini em 1828 com a pacificação da Guerra Cisplatina com a Independência do Uruguai, eles ali casaram com duas irmãs Mattos de Guimarães, filhas de José de Mattos de Guimarães, português nascido em Guimarães e que construiu o primeiro moinho em Piratini e sua primeira igreja em 1812, a qual seria a que ali existiu durante a Revolução Farroupilha e no local da atual.

Vicente Ferrer de Almeida deixou descendência em Canguçu . Eram seus netos, os irmãos Francisco Almeida (Chico Almeida), Samuel Almeida (Pinho) e Alteçor Almeida, avô de nosso ilustre ex-prefeito Odilon Almeida Mesko e presidente de Honra da ACANDHIS por duas vezes.

Como professor régio para meninos do criado município de Canguçu foi nomeado pelo presidente da Província Dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinumbu, mais tarde Visconde de Sinimbu, natural de Alagoas,o jovem professor Antônio Joaquim Bento (filho) por volta de 1855 e que seria o primeiro professor de Canguçu criado em 1857, quando chegou a Canguçu como Secretário da Câmara de Vereadores Vicente Ferrer de Almeida casado com sua tia e madrinha, irmã de sua mãe Cecília de Mattos Guimarães Bento.

Antônio Joaquim (filho) nascera em Pelotas em 1835 e seu pai seria o primeiro professor de Alegrete nomeado pelos farrapos, segundo o jornal **O Povo.**

Estudamos José de Mattos Guimarães, nosso tetravô paterno e Serafim José da Silveira nosso trisavô materno em plaqueta sob a égide da ACANDHIS e IHTR-GS em 2000, com o título: **Piratini um sagrado símbolo gaúcho farrapo.**

Como primeiro funcionário da Justiça chegou José Ignácio Moreira, genro do citado Serafim José Silveira Juiz de Paz que presidira a Câmara de Piratini durante a Revolução Farroupilha, a qual, em realidade foi o Poder Legislativo da República Rio Grandendense. José Ignácio e Pedro Moreira eram filhos de José Ignácio Moreira (pai), natural do Sul de Minas e que exerceu o cargo de Escrivão de Órfãos e Ausentes de todo o Rio Grande do Sul, menos da Jurisdição de Porto Alegre.

José Ignácio (filho) chegou a Canguçu com os filhos menores, entre eles Franklin Máximo, Carlos Norberto e Enéas Gonzaga Moreira que tiveram em Canguçu atuação comunitária relevante. Jose Ignácio trazia experiência administrativa como secretário que fora do Ministro do Interior e Justiça Cel. Jose

Pinheiro de Ulhoa Cintra natural de São João Del Rei–MG e também secretário de Bento Gonçalves da Silva e redator de seus manifestos e discursos. È possível que seu secretário Jose Ignácio participasse de alguma forma deste encargo.

Em Canguçu José Ignácio deixou enorme descendência, resultado do casamento de 5 filhos e filhas com 5 filhos e filhas do Ten. Cel. Theóphilo de Souza Matos, vereador que comandou os canguçuenses na Guerra do Paraguai e cujos interesses em Canguçu deixou a cargo de seu amigo Professor Antônio Joaquim Bento o seu vice provedor das irmandades existentes na Igreja N. S. da Conceição.

Cairo Moreira Pinheiro levantou a genealogia dos Mattos e Moreiras de Canguçu e nós completamos esta genealogia com os Bentos sob o título **Dos Lemes da ilha da Madeira aos Moreiras, Mattos e Bentos de Canguçu**.

Em matéria de genealogia de famílias canguçuenses nossa terra tem sido privilegiada através de trabalhos notáveis de Carlos Grandmasson Rheigantz, Ilka Guittes Neves e da acadêmica Alda Maria Morais Jaccottet e também de nosso acadêmico Cairo Moreira Pinheiro.

Da 1ª Câmara de Canguçu pouco restou da memória de seus integrantes e somente pouco de Manoel de Jesus Vasques, uruguaio e comerciante, ligado a família Terres, cujo nome primitivo era Terra como Maria Terra, mãe do mais tarde Cel. Leão Silveira Terres, patrono de cadeira na ACANDHIS e que foi o primeiro intendente eleito de Canguçu.

Desde 5 anos antes da criação de Canguçu seus filhos já eram batizados na pia batismal construída em 1851 pelo francês Marcelino Tolosan, 6 anos depois da pacificação farroupilha.

Ao ser instalado o município de Canguçu a vila possuía 458 habitantes e 42 casas térreas e 2 sobrados.

O primeiro era na rua da Igreja ao lado da casa onde funcionou a Câmara de Canguçu e com a Proclamação da República a Intendência até 1901, por cerca de 10 anos.

O outro sobrado era no local onde funciona hoje a Câmara de Vereadores. Sobrado que foi consumido por um incêndio na noite de 13 de fevereiro de 1952 quando eu cursava o 3º ano da Escola Preparatória de Cadetes em Porto Alegre. E participei ativamente das medidas de prevenção para que não se alastrasse aos prédios vizinhos. E no outro dia percorremos Canguçu recolhendo recursos para comprar novas ferramentas para um marceneiro da família Coutinho que havia perdido as suas, devoradas pelo incêndio. Recordo que entregamos a coleta ao Dr. Walter de Oliveira Prestes pai dos acadêmicos Newton e Ione Prestes que havia sugerido a min e a outros jovens aquela iniciativa

A Câmara de Canguçu recebeu da Assembléia da Província a seguinte verba num total de 3 contos e 40 mil réis assim distribuídos:

- 400 mil réis para pagar o Secretário Vicente Ferrer de Almeida.
- 200 mil réis para pagar o fiscal da vila.
- 150 mil réis para pagar o fiscal da vila de Cerrito.
- 200 mil réis para pagar o porteiro da Câmara.

- 200 mil réis para pagar o Guarda Municipal.
- 300 mil réis para pagar o aluguel da Câmara.
- 150 mil réis para pagar a limpeza da vila.
- 300 mil réis para mobiliar a Câmara e material de expediente.
- 300 mil réis para consertos das ruas e estradas.

1 conto de reis equivalia a mil mil réis, palavra difícil de pronunciar.

Canguçu distrito subordinado a Rio Grande passara junto com Cerrito a integrar o enorme município de Piratini criado em 15 de novembro de 1830 e instalado em 7 de junho de 1832.

O município de Piratini era enorme e assim permaneceu durante toda a Revolução Farroupilha até 1846 com a criação do município de Bagé pelo presidente da Província Barão de Caxias , hoje patrono do Exército Brasileiro e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil que fundei em 1986 e a presido e editora do livro sobre Canguçu a ser aqui lançado.

A Piratini e passaram a pertencer às terras limitadas ao Sul pelos atuais arroios Candiota, Taquara e Santa Maria. Ao norte pelo rio Camaquã. A Oeste pelos arroios Piraí e Camaquan Chico e a leste pelo município de Pelotas.

Piratini ao ser criado, dele faziam parte os distritos de Canguçu e Cerrito e Bagé até o Piraí.

Bagé foi distrito de Piratini por cerca de 16 anos até 1846 e Canguçu por cerca de 27 anos até 1857.

No enorme território de Piratini durante Revolução Farroupilha hoje nele existem os municípios de Canguçu, Cerrito, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Candiota, Hulha Negra e Bagé.

Canguçu era considerado o distrito mais farrapo e de mais perigo para os imperiais.

E sua contribuição a República Rio Grandense foi expressiva, mas que aos poucos mergulhou no esquecimento o que temos procurado resgatar.

Bagé durante a Revolução Farroupilha foi abandonada por insegurança, só restando duas senhoras que lá moravam.

Piratini teve sua segurança mantida graças a Canguçu que resistiu ao domínio imperial durante 7 anos de 1835 a 1842, quando na vila de Canguçu se estabeleceu a Ala Esquerda do Exército Imperial ao comando do Tenente Coronel Francisco Pedro Brusque de Abreu, Chico Pedro ou Moringue que usou Canguçu como sua base de operações. E isto foi esquecido pela memória histórica de Canguçu.

Em 10 de junho de 1836 ocorreu no município de Piratini a maior vitória farrapa em Seival, seguida no outro dia da Proclamação da República Rio Grandense em Campo do Menezes ainda em Piratini. E qual a tropa deste grande feito? Foi a Divisão Liberal de Antonio Netto, resultado da transformação do Corpo de Guarda Nacional de Piratini, integrada por piratinienses de seus distritos de Canguçu, Cerrito e Bagé e mais o distrito sede de Piratini com ¼ de Guardas Nacionais de cada distrito e mais os Lanceiros Negros farrapos que se celebrizaram ao comando do canguçuense Cel. Joaquim Teixeira Nunes considerado a maior lança farrapa. Esta glória foi esquecida!

Em Seival e Campo de Menezes surgiu a idéia de República conquistada só em 15 de novembro de 1889 com a Proclamação da Republica, na qual Canguçu se insere com destaque em seus primórdios. Esta é a verdade histórica esquecida!

Esta é pois a verdade histórica relacionada com Canguçu, como outras tantas que mergulharam no esquecimento comunitário e que levei 50 anos para resgata-las por estarem sob uma grossa camada de pátina dos tempos onde jaziam sepultadas como se nunca tivessem acontecido.

E o resultado deste esforço, reforçado em 1988 por sócios da ACANDHIS é o nosso livro Canguçu reencontro com a História – um exemplo de reconstituição de memória comunitária. Livro cheio de fatos relevantes das histórias regional, estadual, nacional e internacional que tiveram as terras de Canguçu como cenário, mas que haviam mergulhado no esquecimento.

Este livro me liberou daquela desagradável sensação de menino, mas com a alma e vocação de historiador, de haver nascido num lugar sem História, onde não havia acontecido nada de expressivo em Canguçu que se projetasse na historiografia regional, estadual, nacional e internacional o que provei sem procedência.

E creio que o momento histórico de Canguçu é oportuno para que seus filhos interessados e que amam a sua terra natal , como seus filhos aqui nascidos ou adotivos, que absorvam as lições contidas em meu livro e passem a proclamar em contato com não canguçuenses de outras comunidades as glórias de nossa comunidade na construção do Rio Grande do Sul e do Brasil, na paz e na guerra.

Votos se sucesso da ACANDHIS nesta seção histórica a que não me foi possível comparecer e esforço para que esta obra seja enviada ao endereços que indico para que o nosso querido Canguçu ocupe o lugar que por direito lhe cabe na historiografia, na regional, na estadual, na nacional e na internacional no cone Sul e em Portugal. E que a ACANDHIS não poupe esforços com apoio de recursos doados pele Prefeitura com apoio na sua Lei de Incentivo a Cultura e aos Esportes para que sua História chegue aos destinos previstos.

Desenvolver a memória histórica é um dever do Estado e no caso do Governo do Município, do qual a ACANDHIS apela para uma solução e amparo legal para destinar a ela uma instalação compatível definitiva, para que todo o trabalho por ela realizado não venha a se perder como o seu passado glorioso hoje recuperado.

Nos países mais desenvolvidos a preservação e divulgação da Memória Histórica e considerada atividade cultural estratégica baseada nos princípios de que a História é a "Mestra das mestras", "A Mestra da vida" e fundamental para estudar-se o Passado, para se entender o Presente e assim obter-se subsídios para se planejar o Futuro em condições realistas, com os pés no chão e não com bases em sonhos utópicos.

E o desenvolvimento expressivo de Canguçu comparado com municípios vizinhos parece impor esta medida.

CORRIGINDO UMA INJUSTIÇA

Coralio Bragança Pardo Cabeda[1]

Resumo: O artigo trata de controvertido episódio ocorrido em São Sepé (RS), durante a Revolução de 1926, quando foi assassinado o delegado de polícia, Capitão Manoel Cristóvão Gomes. Com base em documentação oficial e testemunhos idôneos, procurou-se identificar a responsabilidade pelo crime, até então atribuída a revolucionário muito conhecido na região.

Palavras-Chave: Manoel Cristóvão Gomes. Revolução de 1926. Rio Grande do Sul. São Sepé. Tenentismo.

1. Introdução

A rebelião militar de novembro de 1926, capítulo dos movimentos Tenentistas da década de 20, irrompida prematuramente por iniciativa de sargentos nas guarnições de São Gabriel e Bagé, apesar de sua curta duração (um mês e meio), foi de assinalada violência.

Além do combate ocorrido em pleno centro da cidade de Santa Maria (16 de novembro), cuja guarnição secundou aquele levante, e dois grandes enfrentamentos campais, Seival (25 de novembro) e Santa Bárbara / Salsinho (25 de dezembro), com centenas de vítimas, choques armados de variada importância marcaram a passagem das forças oponentes, até a emigração dos revolucionários para o território uruguaio na noite de 31 de dezembro.

Entretanto, o que chama a atenção do pesquisador foi a persistência do bárbaro costume da degola, que tanto marcou e deslustrou as revoluções riograndenses.

Decorridas quase três décadas do século XX, ainda se recorria a tal processo para o exercício de vinditas e acertos de contas, no mais das vezes sem qualquer ligação com os objetivos que levaram a campo os dois adversários.

---

[1] Membro efetivo do IHGRGS. E-mail: cbpcabeda@uol.com.br.

Referência imagem: BRILHANTE, Ismael O. **No ápice da glória.** Porto Alegre, [s.n.], 1979, p.169, v.1. (Capitão Manoel Cristóvão Gomes).

Curiosamente, esse suplício, geralmente atribuído a combatentes civis sem noções de respeito à vida de prisioneiros ou de rudimentos de disciplina militar, ocorreu em presença de oficiais e tropas regulares.

As memórias e relatos disponíveis são omissos, reticentes ou simplesmente negam ou atribuem a terceiros a responsabilidade por tais crimes. Ora, sabe-se que os comandantes são sempre responsáveis pelos atos de seus subordinados, cabendo-lhes coibir e punir quaisquer desvios de conduta. O que se constata, entretanto, é que as duas parcialidades recorreram ao degradante exercício, embora a forte censura à imprensa, vigente a partir do Combate do Seival, enfatizasse os crimes atribuídos aos revolucionários.

Seja como for, por onde passaram as colunas rebeldes e governistas, Caçapava, São Sepé, Bagé, Cacimbinhas (Pinheiro Machado), entre outros, ficaram marcas desse barbarismo.

2. Um caso emblemático

Na véspera do Natal de 1926, depois de percorrer vários municípios da Campanha, da Serra do Sudeste e da Depressão Central, aguardando adesões de elementos civis e de guarnições militares comprometidas, que se retraíram na última hora, e procurando dar tempo à organização de colunas que deveriam invadir o Rio Grande do Sul a partir do Uruguai, entrava na então vila de São Sepé a força revolucionária comandada pelo General José Antônio Netto (Zeca Netto).

Formavam-na oficiais e praças do 9° Regimento de Cavalaria Independente (9° RCI), da 1ª Bateria do 6° Grupo de Artilharia a Cavalo (I / 6° GACav), ambos de São Gabriel, do 5° Regimento de Artilharia Montado (5° RAM), do 7° Regimento de Infantaria (7° RI), de elementos do Grupo de Esquadrilhas de Aviação (GEA), todos de Santa Maria, de revolucionários civis de Caçapava e Lavras e de quatro dezenas de combatentes trazidos por Zeca Netto quando invadira o Rio Grande do Sul, entre eles alguns uruguaios e marinheiros do encouraçado "São Paulo", que viviam exilados no país vizinho desde a revolta de 1924.

São Sepé, município de conhecidas tradições oposicionistas ao castilhismo e ao borgismo, elegera, em 1924, para a Intendência Municipal, Percival Brenner, pertencente à grei maragata. Era de esperar, pois, que a localidade fosse respeitada na pessoa de seus habitantes e interesses econômicos. Tal, entretanto, não sucedeu.

Algumas casas de comércio foram alvo de saques e vandalismos, com ameaças à vida de seus proprietários e cobrança das conhecidas *contribuições de guerra*, além da destruição da estação telegráfica local.

Como seria de esperar, muitos adeptos do governo estadual, temendo represálias, procuraram refúgio na zona rural e em municípios vizinhos. Outros, acolheram-se à proteção de amigos e parentes ligados à facção libertadora ou assisista. Este foi o caso do vigário católico, Pe. Mário Deluy, antigo vereador pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

A razão dos temores seria uma lista negra com os nomes de partidários do Dr. Borges de Medeiros, em poder de um conhecido revolucionário de alcunha *João Castelhano* (MOTTA, 1988, p. 63). Esses temores, infundados ou com razão, aumentaram ao chegar a notícia de que, no interior do município, fora encontrado o cadáver degolado do escrivão do 5° distrito, Silécio Marçal Martins (MOTTA, cit.).

Em face do ambiente criado com a prisão dos cidadãos Delfino Souza, Firmino Silva e do delegado de polícia, Capitão Manoel Cristóvão Gomes, há pouco chegado à localidade, mobilizaram-se as lideranças comunitárias na intenção de intercederem em seu favor.

As razões expostas ao comando revolucionário, além de humanitárias, assentavam na sólida argumentação da previsão de represálias por parte do governo estadual, após a desocupação da vila pelos invasores (MOTTA, cit.).

Atendidos quanto aos dois primeiros nomes, baldados foram os esforços despendidos junto ao Coronel Favorino Dias e ao General Zeca Netto, chefes civis da coluna revolucionária, para que fosse poupada a vida do delegado. Favorino Dias teria dito que "não estava em sua alçada interferir". Ficou implícito que a sorte do prisioneiro já estava selada (MOTTA, cit., p. 66). Horas depois, aparecia degolado em uma sanga no lugar denominado Pinheiro.

Recolhido por mãos piedosas, seu féretro repousou na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês e, após, inumado no cemitério municipal (MOTTA, cit.).

No dia de Natal, a coluna revolucionária era alcançada pelo Destacamento Lúcio Esteves, que vinha em sua perseguição, travando-se o Combate de Santa Bárbara ou Salsinho, desfavorável à primeira, que dali rumaria para a fronteira uruguaia, por onde emigraria.

Findo o movimento revolucionário, o governo estadual e os jornais que lhe eram simpáticos procuraram explorar os episódios capazes de comprometer a imagem dos adversários.

A morte brutal do Capitão Manoel Cristóvão Gomes talvez tenha sido dos assuntos mais destacados nesse afã, atribuindo-se a sua autoria ao mencionado João Castelhano, morto no combate de 25 de dezembro de 1926.

Mas, quem era o indigitado personagem?

3. João Castelhano

João Castelhano, Rengo Torres, Juan Díaz, Fermín Torres ou sabe-se lá qual a sua verdadeira identidade, era um uruguaio de discutíveis antecedentes que apareceu por São Sepé, presumivelmente no início da década de 20. Durante algum tempo, foi pessoa de confiança do Partido Republicano local, tendo acompanhado o sepeense Virgílio Antônio da Silva, nomeado Intendente de Encantado, a fim de comandar a polícia desse município da região colonial italiana.

Sabia-se que fora processado na comarca de Santana do Livramento e que se transferira para o Brasil por problemas com a justiça uruguaia. Nesse sentido,

teria havido solicitação de intermediação do Dr. Sinval Saldanha, pessoa ligada por laços familiares com o Dr. Borges de Medeiros, Presidente do Estado, no sentido de livrá-lo dos processos em curso naquela comarca. Isso, pelo menos, era o que se comentava em São Sepé, ainda conservado pela tradição oral, conforme pudemos constatar em pesquisa ali realizada em 1987 junto a pessoas idôneas.

Desavindo-se com seus amigos republicanos, ao que se diz por motivos de ordem passional, bandeou-se *João Castelhano* para o lado dos *maragatos*, com quem combateu na Revolução de 1923. Por esse motivo gozava da proteção de estancieiros libertadores do município, homiziando-se nas costas do Vacacaí e do Cambaí, com *quartel-general* nas matas do Serro da Cadeia, região hoje pertencente ao município de Vila Nova do Sul. No intervalo das revoluções, era conhecido como *compositor* (preparador) de cavalos de corrida.

O "Diário Popular", de Pelotas, em sua edição de 7 de janeiro de 1927, transcrevendo artigo de "A Fronteira", de Uruguaiana, dizia a respeito de *João Castelhano* : "O bandido João Castelhano, morto no combate de São Sepé, outro não é senão o conhecido assassino e ladrão Fermín Torres, também chamado Rengo Torres, sargento reformado do exército uruguaio, autor de inúmeros crimes aleivosos, cometidos em Livramento, Dom Pedrito, Lavras, São Gabriel, Caçapava e São Sepé. Nestes três últimos municípios, desde 1923 que ele vivia protegido por fazendeiros assisistas, escondido nas matarias do Cambaí. Foi ele o autor das mortes do coronel Pimenta do Carmo, de Brunel Brum Martins, de José de Barros e de Alfeu Farias, crimes cometidos em diferentes épocas, nas cidades de Livramento e Rivera. No decurso do ano de 1910, sendo peão de um caixeiro-viajante de nome Teles, matou, quando dormia, ao seu patrão, durante uma sesteada no Ibicuí da Faxina. Em 1922, fora pronunciado como autor da morte de Alfeu Farias, na comarca de Livramento. O seu sócio nas falcatruas, Aristides Cordeiro, condenado a 30 anos de prisão como co-autor, morreu há mais de um ano na Casa de Correção, em Porto Alegre."

Mencionando-se sua condição de "sargento reformado do exército uruguaio", endereçamos consulta ao historiador Uruguay R. Vega Castillos, que pesquisava a documentação do Arquivo do Estado-Maior do Exército da República Oriental do Uruguai.

Em correspondência datada de 6 de agosto de 1990, o historiador Vega Castillos informava nada haver encontrado nos "Legajos de Personal de Tropa", nas "Listas de Revista" e na documentação das unidades de guarnição na fronteira com o Brasil.

Não se confirmando a sua passagem pelas fileiras regulares, restava a hipótese de eventual condição de membro da Guarda Nacional, corporação da reserva, mobilizada em caso de guerra externa ou revolução. Decorridas quase duas décadas, não obtivemos qualquer outro indício da condição de ex-militar de *João Castelhano*.

Seja como for, a fama de um passado trevoso perseguiria Juan Díaz, como ele assinava, atribuindo-lhe a condição de homem violento e vingativo, como se

viu no início deste artigo. Entretanto, como em outros casos semelhantes, possuía um código rústico de honra e lealdade, capaz de gestos de nobreza e solidariedade, à época pouco considerados.

Sua morte em combate, conforme relatado, serviu de certa forma para que o assassinato do malogrado delegado de polícia lhe fosse convenientemente atribuído, equívoco que ganhou foros de veracidade através de publicações e juízos injustamente perpetrados.

4. Fatos e versões

Em 1953, o Coronel Aldo Ladeira Ribeiro, então Juiz da Corte de Apelação da Justiça Militar do Estado, em seu "Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul" (RIBEIRO, 1953, p. 473-478), depois de historiar a invasão da vila de São Sepé e a morte do Capitão Manoel Cristóvão Gomes, assim concluía a sua narrativa : "a Justiça Divina, porém, não se fez esperar muito para os autores de tão miserável ato : no dia imediato, 25 de dezembro, o destacamento sob o comando inteligente do Ten Cel Emílio Lúcio Esteves e constituído de tropa da Brigada Militar, batia ruidosamente os rebeldes nas cercanias da serra de Santa Bárbara e na região do passo do Salsinho, e JOÃO DIAS, o famigerado João Castelhano, o mandante e, quiçá, o executor do covarde assassínio, atingido pelos projetis das armas legais, ia prestar contas ao Altíssimo de sua monstruosa ação."

Considerando-se a idoneidade do autor da obra, consulta obrigatória para quem quiser debruçar-se sobre a história de nossas revoluções, já que utiliza largamente a documentação oficial da Brigada Militar, não é de admirar que mais se arraigasse a convicção sobre a autoria do crime.

Assim, outro autor de origem miliciana, Ismael O. Brilhante, em "No Ápice da Glória – Heróis da Brigada Militar" (BRILHANTE, 1979, p. 171-172), que contou com longo e elogioso prefácio do Prof. Dante de Laytano e o prestígio da presença do ex-Governador Walter Peracchi de Barcellos, que "presidiu o lançamento do livro", como deixou consignado o autor, escreveu sobre o mesmo assunto : "Conhecida por todos a sanha sanguinária e os sentimentos desumanos do caudilho-assassino, autoridades, familiares e até o próprio intendente eleito pela oposição e outros próceres de São Sepé, empenharam-se para que fosse poupada a vida do Capitão Gomes, obtendo formal promessa nesse sentido. Logo que se afastou légua e meia da cidade, faltando aos mais comezinhos princípios da dignidade humana e faltando à palavra que dera, João Castelhano praticou o ato canibalesco, bárbaro e degradante de degolar friamente, após vexames inenarráveis a que o fez submeter. Cometido o crime, João Castelhano e seus bandidos sanguinários reuniram-se a outros grupos para continuarem seus crimes." E, depois de repetir Aldo Ladeira Ribeiro, concluía: "...ia (João Castelhano), assim, prestar contas ao Céu de sua monstruosa ação. Prestar contas ao Céu é força de expressão, sim, porque João Castelhano ou João Dias não teria o direito de subir ao Céu nunca. A sua caminhada seria, como certamente foi, para o Inferno, a fim

de com o Diabo acertar as contas. Esse monstro do tal João Castelhano, talvez nem o Diabo o quisesse receber."

Assim, à força de repetição, abusando-se dos adjetivos e dando asas à imaginação, fixou-se em nossa historiografia essa versão da morte do Capitão Manoel Cristóvão Gomes.

Entretanto, uma voz solitária levantou-se, clamando em defesa da memória do revolucionário que não se podia defender. Era o Capitão (Reformado) do Exército Brasileiro, Walter Corrêa da Silva.

Walter, como 2° Sargento, liderara o levante no 9° RCI, em São Gabriel, na noite de 13 para 14 de novembro de 1926. Não podendo sustentar-se na cidade, os revoltosos rumaram para a região do Seival, município de Caçapava, um dos pontos de reunião previstos durante a fase conspiratória.

No caminho, a tropa do 9° RCI encontrara *João Castelhano*, que se prontificara a guiá-la até a estância "Cerro Colorado", no Seival, propriedade do Coronel Favorino Dias, liderança maragata na região e veterano revolucionário de 1923. O Coronel Favorino estava comprometido com o movimento e costumava abrigar em seu estabelecimento os emissários vindos do Uruguai e da Argentina em missão de ligação com as guarnições do Exército no interior do Estado.

Desde então, *João Castelhano* tornara-se companheiro constante do Sargento Walter, com ele enfrentando os azares da campanha, desde o vitorioso Combate do Seival , travado poucos dias depois (25 de novembro), até a sua morte no Salsinho, um mês mais tarde. Walter aprendera a admirar o uruguaio, suas qualidades de guerrilheiro, seu conhecimento da região e seus rústicos princípios de conduta. Tudo isso cimentaria a amizade entre os dois. Daí, a inconformidade do veterano soldado, com as acusações disseminadas contra o companheiro.

Na véspera de Natal, por volta das 6h30min, a vanguarda da coluna revolucionária de Zeca Netto atacara o pequeno contingente auxiliar que defendia a vila de São Sepé, comandado pelo 2° Tenente Aristides Canabarro Falceta, às ordens do delegado de polícia, Capitão Manoel Cristóvão Gomes. Dada a inferioridade numérica, o contingente retirou combatendo sobre o Passo dos Alemães, no rio São Sepé, dali procurando dirigir-se para Restinga Seca.

O Capitão Gomes, errando o caminho, ficou apertado contra um aramado, sendo aprisionado junto com o civil Firmino Silva (RIBEIRO, 1953, p. 473-475).

A vanguarda revolucionária estava sob o comando de João Castelhano, junto a quem se encontrava o então 2° Sargento Walter Corrêa da Silva, portanto em situação de prestar importante depoimento, de resto corroborado pelo do soldado João Batista Alves, do contingente auxiliar e extraviado durante o embate.

Eis o que disse Walter : "...alguns companheiros nossos, ali residentes [São Sepé], informaram ter o capitão [Gomes] se revelado uma boa autoridade, ordeira e respeitosa, mas que teria recebido armas e munições para aumentar o destacamento, material esse de que tanto necessitávamos. Isso deu margem a que o comando resolvesse submetê-lo a interrogatório. Essa determinação nos foi transmitida, acompanhada da ordem de entregá-lo logo que fosse solicitado.

Um dia ou dois depois [aqui, há evidente confusão de datas], quando o Coronel João [*João Castelhano*] e eu estávamos cumprindo uma missão, compareceu à presença do oficial encarregado da custódia dos presos um representante do comando, solicitando a entrega do capitão para tal fim. Sem nada suspeitar, o tenente entregou-o sob compromisso de nos ser devolvido tão logo fosse liberado. Ao voltarmos, e tomando conhecimento, não nos causou surpresa e preocupação. Entretanto, como ele não tivesse sido devolvido e chegassem ao nosso conhecimento boatos alarmantes, fui à presença do general [Zeca Netto] relatar o fato. Disse-me que apenas havia dado ordens para que o interrogassem a respeito de armas e munições; que eu o procurasse, pois devia estar na coluna, isso se não houvesse sido posto em liberdade. Voltei uma ou duas vezes e, agora, para dizer-lhe que não tinha encontrado o prisioneiro e que os boatos haviam-se confirmado, sendo voz corrente que o capitão fora executado. Surpreso, incrédulo e indignado, prometeu-me mandar investigar. Os acontecimentos que se seguiram foram graves e rápidos [refere-se ao Combate de Santa Bárbara / Salsinho], não nos dando tempo para tratar mais do caso. Foram totais a indignação e o repúdio por parte de todos nós, militares e muitos civis. Diante disso, afrouxamos a vigilância do coletor [aqui, há outro equívoco, pois Walter pensava que Firmino Silva, o outro prisioneiro, fosse o coletor de São Sepé], para que se evadisse quando achasse oportuno. Conto esse triste episódio, constrangido e a contragosto, por considerá-lo necessário e a bem da verdade, dado que, desde aquele tempo e até a bem pouco, tinha lido e ouvido comentários, por maldade ou ignorância dos fatos, atribuindo ao Coronel João Castelhano e ao próprio General Zeca Netto responsabilidade nesse acontecimento. Pelos motivos que expus, nem sequer me foi possível descobrir o autor ou autores dessa barbaridade" (Arquivo do autor).

Sendo Zeca Netto o comandante da coluna e, portanto, responsável em última instância pelo procedimento de seus subordinados, vejamos como se referiu ao fato. Em suas "Memórias" (NETTO, 1983, p. 152), o chefe revolucionário revela-se bastante lacônico : "...daí marchando ao rumo de São Gabriel, para logo adiante tomar o rumo de São Sepé, onde estivemos, tendo sido batido aí o Capitão Cristóvão, que organizava um corpo provisório. Prisioneiro Cristóvão pela força comandada pelo Coronel João Dias (apelidado João Castelhano), o Coronel Favorino [Favorino Dias dos Santos] me pede o prisioneiro para interrogar sobre o material bélico que possuía e onde estava. Diz não ter em sua guarda material bélico. Higino [Higino Pereira] estava presente e o homem foi morto."

É de salientar a pouca simpatia que Zeca Netto demonstra por *João Castelhano* em suas memórias, o que levou Walter Corrêa da Silva a escrever ao apresentador e anotador da obra, Sérgio da Costa Franco. Este, acolheu-o no caderno "ZH Cultura", em 8 de setembro de 1984, página 3, em artigo intitulado "Levante de 1926 – Episódio da morte de João Castelhano".

A responsabilidade pela morte do Capitão Manoel Cristóvão Gomes recairia, então, em três nomes : Zeca Netto, Favorino Dias e Higino Pereira. O primeiro, por omissão e os outros, como mandantes.

E que motivos haveria para tão desumano suplício, quando se sabe dos apelos feitos pelas lideranças sepeenses em favor do delegado de polícia?

Em pesquisa realizada no município de Caçapava do Sul, em 1992, soubemos que se atribuía ao Capitão Gomes o assassinato de um *maragato* de Encruzilhada do Sul e o levantamento de 400 reses do plantel do Coronel Favorino Dias, durante a Revolução de 1923. Estaríamos, então, perante um dos muitos casos de "acerto de contas" propiciados pelo período revolucionário. A autoria da execução era atribuída a um indivíduo de nome Climério ou Calimério.

Manoel Cristóvão Gomes ingressara em 1892 na Guarda Cívica, extinta e substituída naquele ano pela recém criada Brigada Militar, em cujo 1º Regimento de Cavalaria combateu a Revolução Federalista de 1893/95. Reformado em 1923 por motivo de saúde, fora nomeado delegado de polícia de São Sepé poucos dias antes da invasão da localidade (RIBEIRO, 1953, p.477).

5. Depoimentos

Corroborando as informações reunidas, fomos encontrar nos autos do processo instaurado pela Justiça Federal peças bastante esclarecedoras.

Foi o caso do depoimento de Firmino Silva, aprisionado junto com o delegado pelo piquete de *João Castelhano*.

Declarou ele ao delegado-auxiliar de Cachoeira, Amílcar da Cunha Albuquerque, em 6 de março de 1927 : "...que uma vez presos e desarmados, foram barbaramente espancados pelos revolucionários, os quais não conhece; que, depois de espancados, foram conduzidos à presença do chefete João Castelhano, que, comandando 150 homens, fazia a vanguarda da coluna de Zeca Netto; que, no outro dia, a uma légua mais ou menos da mesma vila de São Sepé, quando acampados no local denominado Pinheiro, recebeu João Castelhano um capitão revoltoso do Exército, do qual não sabe o nome, que, em nome de Zeca Netto, requisitou o Capitão Gomes para ser interrogado; que, passados 10 minutos, voltou o mesmo capitão a João Castelhano e declarou que o Capitão Gomes, por ordem de Zeca Netto, tinha sido degolado pelo indivíduo Higino Pereira, notícia esta que muito contrariou a João Castelhano; que, passados dois dias, Zeca Netto mandou um homem buscar o declarante para ser interrogado, tendo João Castelhano respondido que deixava de remeter o prisioneiro porque sua palavra não fora respeitada em relação ao Capitão Gomes e que só entregaria o prisioneiro à bala; que, pouco depois, voltou o emissário de Zeca Netto com a resposta deste, dizendo que no outro dia se entenderiam; que, afinal, depois de vários dias de marcha, teve lugar, próximo a São Sepé, o combate no qual perdeu a vida o referido João Castelhano; que, na hora da retirada, aproximaram-se do depoente dois oficiais do Exército, um ferido no braço e outro numa perna, ambos por arma de fogo, e lhe disseram que seu protetor [*João Castelhano*] estava morto e que um grupo de revoltosos ia ultimá-lo antes de retirarem do local da luta; que o declarante, muito contundido pelos maus tratos sofridos no momento da sua prisão, não se animou

a tentar a fuga, dizendo que preferia morrer a tentar uma fuga sem esperança de salvação; que, então, o Tenente Alcides Etchegoyen, que era o ferido no braço, tirou dos arreios o próprio cantil e o entregou ao declarante, dizendo-lhe que, se fosse alcançado, informasse a seus perseguidores que ia procurar água para os oficiais feridos e mostrasse o cantil " (cópia no Arquivo do autor).

Abstraindo-se as confusões relativas ao intervalo de tempo entre a prisão e a morte do Capitão Gomes e o Combate de Santa Bárbara / Salsinho, fica evidente a inocência de João Castelhano quanto à responsabilidade naquele trágico episódio.

Enquanto prisioneiro do guerrilheiro, o Capitão Gomes teve a vida preservada. No caso de Firmino Silva, era a segunda vez que o seu adversário o protegia, sendo a primeira no decurso da Revolução de 1923.

Júlio Vicente da Silveira, também adversário político de *João Castelhano*, foi outro a receber demonstrações de consideração do guerrilheiro, que livrou seus bens das chamadas requisições, tão comuns em período revolucionário (informação de seu filho Romeu Saldanha Silveira).

Outro depoimento importante foi prestado ao Dr. Dario de Azevedo Barbosa, Sub-Chefe de Polícia da 5ª Região, por Antenor Soares de Oliveira, em 15 de fevereiro de 1927.

À certa altura, declarou : "... que resolvera incorporar-se à força de Zeca Netto, a fim de salvar da morte seu amigo Firmino Silva; que, chegado àquelas forças, procurara João Castelhano, a quem fez o pedido para não consentir que matassem Firmino; que, nessa ocasião, Castelhano lhe garantiu que Firmino não seria assassinado, contando-lhe que, na ocasião em que estavam iniciando a marcha de retirada de São Sepé, foi a ele Castelhano um tal Negrinho e pediu que lhe entregasse o Capitão Cristóvão, a fim de ser interrogado por Zeca Netto, pelo que, ele, Castelhano, lhe entregara o referido oficial, vindo a saber, depois, que o haviam degolado; que, durante a sua permanência, soube que João Castelhano, com a sua gente e a do Exército, iam separar-se das de Zeca Netto no Passo do Salso, por não concordarem com os saques e assassinatos permitidos pelo referido Netto e só não se deu essa separação devido ao combate com as forças do Coronel Esteves [Emílio Lúcio Esteves], de que resultou a morte de João Castelhano" (cópia no Arquivo do autor).

Não fossem esses depoimentos suficientes para atestar o comportamento de João Castelhano em relação aos dois prisioneiros, caberia referir o seu procedimento em outro episódio que deslustrou a Revolução de 1926 em São Sepé.

Trata-se do assassinato, também por degola, do escrivão do 5° distrito, Silécio Marçal Martins, ocorrido em 23 de dezembro daquele ano, na véspera da entrada dos revolucionários na vila.

Eis o depoimento do cidadão Camilo Honório, residente naquele distrito, ao Dr. Dario de Azevedo Barbosa, em 16 de fevereiro de 1927: "declarou que, em 23 de dezembro de 1926, apareceu em sua casa, a cavalo, o cidadão Silécio Martins, mais ou menos às 9 horas, muito assustado e lhe declarou que havia

sido preso, pouco antes, pelas forças revolucionárias que vinham pouco atrás, saqueando as casas que encontravam; que, sendo apresentado ao comandante da força que o prendeu, de nome João Castelhano, este lhe dissera que fugisse e se escondesse, porque, se ele fosse preso pelas forças que vinham na retaguarda, seria morto; que, por isso, vinha ocultar-se na casa do depoente; que o depoente lhe fez ver o perigo que corria ali ficando e aconselhou-o a esconder-se no mato, enquanto passassem as aludidas forças, com o que concordou Silécio, dirigindo-se para o mato; que, ao meio dia, Silécio foi à casa do declarante para almoçar, o que foi pressentido pelos revoltosos, cuja retaguarda estava acampada próximo; que, avisado disso pelo declarante, Silécio montou novamente a cavalo com o fim de fugir, mas foi preso numa baixada próxima à casa do declarante e levado pelos revoltosos; que, certo tempo depois, soube que haviam achado o cadáver de Silécio Martins em campos de Rodrigo de Figueiredo" (cópia no Arquivo do autor).

Como se pode depreender, *João Castelhano* foi isentado do crime que lhe imputaram os dois ilustres historiadores da Brigada Militar.

A morte do Capitão Manoel Cristóvão Gomes, seu prisioneiro, revoltou-o a ponto de desafiar as ordens do general revolucionário, recusando-se a entregar o outro prisioneiro, Firmino Silva.

Muitos anos decorridos do crime perpetrado na localidade de Pinheiro, apenas o já Capitão reformado do Exército Brasileiro, Walter Corrêa da Silva, seu companheiro em 1926, foi a única voz a vir a público para protestar a inocência do controvertido guerrilheiro.

6. Remate

O dia de Natal de 1926 foi marcado pelo decisivo combate entre a força revolucionária de Zeca Netto e o destacamento comandado pelo Tenente-Coronel Emílio Lúcio Esteves, que vinha em sua perseguição. A tropa governista era constituída pelo 1° Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, de Santa Maria, pelo 15° Corpo Auxiliar, do Rosário, e por um pelotão do Grupo de Metralhadoras, de Porto Alegre.

Em sua marcha em direção a São Sepé, no Capão do Picaço, proximidades do Lageado Grande, a coluna governista degolou Antônio Espíndola, vulgo *Antônio Paraguaio*, veterano revolucionário de 93 e 23, que procurava incorporar-se a Zeca Netto (depoimento de João Nepomuceno Costa Teixeira ao Dr. César Pires Machado).

No decorrer do Combate de Santa Bárbara / Salsinho, alguns marinheiros do encouraçado "São Paulo", vindos do Uruguai com Zeca Netto, foram feridos e degolados por soldados governistas, fato testemunhado da posição que ocupava pelo então Tenente Vicente Mário de Castro, da I / 6° GACav (depoimento do Coronel reformado do Exército Brasileiro, Vicente Mário de Castro, ao autor).

Dois anos antes, em 11 de dezembro de 1924, durante o Combate de Galpões, em Livramento, soldados do Destacamento Lúcio Esteves, então constitu-

ído pelo 2° Regimento de Cavalaria da Brigada Militar e pelo 1° Corpo Auxiliar, invadiram o território uruguaio em perseguição de revolucionários, ocasião em que degolaram 12 homens, 8 dos quais marinheiros do encouraçado "São Paulo", criando delicado problema diplomático para o Brasil (CASCARDO, 2005, p.753 e seguintes).

Como se vê, o bárbaro costume da execução a ferro frio estava mais disseminado do que poderia supor a pena indignada dos historiadores.

Referências

BRILHANTE, Ismael O. **No ápice da glória**: heróis da Brigada Militar. Porto Alegre: [s.n.], 1979.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Oswaldo Aranha e o combate do Seival. Porto Alegre, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 131, p. 55-64, 1995.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O tenentismo na marinha**: os primeiros anos (1922 a 1924). São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MOTTA, José do Patrocínio. **São Sepé, de ontem, de hoje e de amanhã**. Santa Maria, Ed. do autor, 1988.

NETTO, José Antônio. **Memórias do general Zeca Netto**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1983.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. **Esboço histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Brigada Militar, 1953. v.2.

O TEMPO-ESPAÇO: FICÇÃO, TEORIA, SOCIEDADE

Euripedes Falcão Vieira [1]

Resumo: Este ensaio em três atos coloca no mesmo plano de abordagem a evolução, a mudança e a realidade na dimensão tempo-espaço do universo. A ficção representa uma evolução do pensamento sempre que as estruturas cognitivas mudam diante de realidades que se vão produzindo do ponto de vista do observador terrestre. A teoria é a imaginação, o exercício da inteligência, é a visão avançada das realidades conhecidas e das que serão conhecidas. A sociedade é a organização da vida, que também evolui, se transforma em práticas econômicas, sociais e culturais.

Palavras-chaves: Tempo-Espaço. Coexistências e Sucessões. Tempo Social.

Sumário: 1. Primeiro ato: a ficção; 2, Segundo ato: a teoria: 3. Terceiro ato: a sociedade. 4. Considerações finais. Referências

1. Primeiro ato: a ficção

A Estação do tempo Y-7 se localiza nas imediações da Galáxia de Andrômeda, distante alguns milhares de anos-luz do sistema de tráfico em torno de Buracos Negros. Essa estrutura cósmica complexa permitiu o atalho no espaço-tempo até o ponto onde civilizações avançadas discutiriam as últimas teorias sobre a vida no Universo. A ampla curvatura do espaço-tempo na área da metagaláxia onde se situam Andrômeda, as Galáxias das Nuvens de Magalhães, a Galáxia NGC 1300 e a Galáxia NGC 4594 permitiu um giro cósmico capaz de direcionar as naves para a convergência de várias ondas de matéria, o que colocou, na mesma temporalidade, representantes de civilizações espaciais avançadas. Todas oriundas de afastadas estruturas cósmicas e nelas de planetas de um único Sol.

A Confederação Cósmica da Estação Y-7 reunia somente civilizações com tecnologias espaciais que se enquadravam na escala MGK-17. O grande tema da reunião era o fenômeno da vida, contextualizado em duas teorias: a vida como fator do Universo e a vida como fenômeno posterior. Pela primeira, a vida era parte do conjunto primordial, formando com a energia e a matéria os três grandes pilares do Universo. Pela segunda, a energia e a matéria, sob condições especiais,

[1] Membro efetivo do IHGRGS. E-mail: euripedesfalcao@terra.com.br

se organizariam sob a forma viva, sendo, portando, um fenômeno de natureza posterior, aleatório e casual. Em ambas, porém, era imperioso considerar o sentido evolutivo das unidades energético-materiais que propiciavam a manifestação, a multiplicação, a diversidade e a auto-sustentação da vida.

A partir dessa premissa, portanto, a temática centralizava, inicialmente, a questão da formação, da evolução e da morte das unidades energéticas cósmicas e, posteriormente, as discussões sobre a eclosão, o desenvolvimento e o desaparecimento da vida nas dimensões infinitas do Universo. Ficou, inicialmente, estabelecida uma razão cósmica para todos os fenômenos centrados na matéria, na energia e na vida. A grande dificuldade, sem solução ainda, era determinar a primazia do referencial: a matéria, a energia ou a vida; ou, então, elaborar uma equação unificadora à razão original aos três estados cósmicos fundamentais.

A teoria da vida como fator do Universo é uma idéia primordial de intemporalidade, ou seja, um fenômeno de existência infinda, compondo uma identidade existencial expressa nos fundamentos da matéria, da energia e da própria vida. A idéia da vida como um fenômeno posterior, dissociado da primordialidade da razão cósmica rompe o caráter intemporal que lhe é atribuído pela teoria do fator, condicionando-a a temporalidades ecossistêmicas. A periodização dos fenômenos envolvendo as diferentes transmutações da matéria, da energia e da vida não representa uma ruptura da unidade primordial, mas, apenas, a autodinamização da própria razão cósmica. Isso explica, segundo o protocolo Y-7, a manifestação e a biodiversidade da vida condicionada a complexos problemas estruturais, principalmente o ordenamento físico-químico das unidades cósmicas nos segmentos espaço-tempo dos sistemas galácticos.

A grande síntese estabelecida na reunião da Estação Y-7 foi o caráter primordial e a indissociabilidade da matéria, energia e vida, formando uma unidade cósmica identificada e incorporada à fenomenologia do Universo. Essa unidade a ser expressa numa equação matemática responderia por algumas das mais persistentes indagações sobre a vida, principalmente a racionalidade superior. Para nós terráqueos distantes, ainda, dos parâmetros de uma civilização cósmica avançada restam-nos, apenas, a observação e o estudo dos *quantuns* de existência viva na Terra.

A ficção pode ser uma realidade ainda não realizada; a realidade pode ser uma ficção já realizada. Mas, afinal, o que é realidade e o que é ficção? A morte elimina uma e outra, e pronto!

2. Segundo ato: a teoria

O espaço é uma ordem de coexistências e o tempo uma ordem de sucessões, na precisa definição de Leibniz (1715). O espaço é um componente da existência material e o tempo a seqüência das transformações da matéria. Assim, o espaço e o tempo passam a ser concepções indissociáveis com formas e grandezas derivadas das formas e grandezas da matéria e de suas transformações, movi-

mentos e energia. Pode-se, pois, considerar dois grandes momentos na concepção do espaço e do tempo: a teoria clássica e a teoria da relatividade. Na concepção newtoniana o tempo era considerado uma unidade linear e independente do espaço; na teoria da relatividade de Einstein, o tempo e o espaço formam uma unidade cósmica indissociável.

A grande ruptura paradigmática na modernidade ocidental, fortemente marcada pela era industrial, foi com a racionalidade científica introduzida a partir do século XVI, cujo momento mais decisivo ocorreu no final do século XVII (1687), quando Newton publica o modelo matemático que estabelece a grande síntese da mecânica celeste. Nela o espaço é uma concepção absoluta e o tempo outra. A nova racionalidade científica que emergiria no início do século XX viria construir outra concepção de espaço e tempo num universo de relatividade, deixando para trás o absolutismo da mecânica celeste. A partir de 1915, com a teoria da relatividade geral de Einstein, o tempo-espaço passou a ser considerada uma unidade cósmica indissociável. Com isso, mudou a geometria do universo, que de tridimensional passou a quadridimensional com a unidade espaço-tempo.

Assim, o tempo e o espaço deixam de ser separados e independentes para formarem um objeto quadridimensional chamado espaço-tempo (HAWKING, 1995, p.40). Como entender a nova concepção do espaço-tempo? Qual a natureza do espaço e do tempo? Aristóteles considerava o espaço finito, com um limite para a presença material do universo. Mas se o universo é um cenário de expansão da matéria, carregado de energia primordial a partir do big-bang, pode-se considerá-lo infinito, pois seus limites se expandiriam com o afastamento contínuo dos objetos materiais.

Se a matéria cria e deforma o espaço tem-se que enquanto o universo tiver energia radiante as formas materiais continuarão a dilatar os limites cósmicos, gerando novas morfologias de coexistências e sucessões de estados energéticos-materiais, dimensionando a natureza do tempo. As duas situações estão indissoluvelmente ligadas, pois a energia radiada poderá representar por sucessão uma forma material e, conseqüentemente, uma contagem de eventos que dão forma e natureza ao tempo. Se, portanto, a matéria tem forma e encurva o espaço é lógico pensar que o tempo também tem forma e igualmente se encurva. A consideração de que o tempo, como unidade independente, "fluía eternamente, independente do que estava acontecendo" (HAWKING, 1995, p.42) foi superada pela teoria da relatividade, a partir da qual o espaço-tempo poderia ser entendido como uma unidade sujeita às deformações e encurvamentos pela presença da matéria e da energia. A energia deve ser entendida como a "substância da qual são feitas todas as partículas elementares, átomos e, portanto, todas as coisas, e é também aquilo que se move. A energia é uma substância {...} ela pode ser chamada de causa fundamental de toda mudança no mundo" (HEISENBERG, 1999, p.92-93), confirmando Heráclito que afirmara que a energia era a causa fundamental.

A compreensão do espaço-tempo como produto de um universo material, energético e dinâmico, induz à especulação de início e fim para os eventos cósmi-

cos. A singularidade do big-bang é insuficiente para explicar um início, não definido, para a dimensão do espaço e a contagem do tempo e um fim para a possível contração da matéria num único hiper-núcleo, colapsando o espaço e o tempo. Mas ela própria, a singularidade, seria uma forma de espaço-tempo encurvada e dinâmica. Portanto, sem começo e sem fim, a matéria, a energia e o espaço-tempo são infinitos nas formas de coexistência e sucessão.

A infinitude admitida à configuração de um espaço-tempo material-energético e dinâmico elimina qualquer probabilidade de determinismo nos eventos cósmicos. O princípio da incerteza passa a ser dominante, não só em sua enunciação, como admitindo um amplo sistema universal aberto de imprevisibilidade, contrapondo-se a um sistema mecanicista e previsível. O tanto quanto se pode estabelecer como tempo de eventos são acontecimentos observáveis a partir de um referencial de posição do observador. Contudo, ainda assim, não é possível estabelecer uma medição precisa para a posição e a velocidade de um objeto ao mesmo tempo. A posição e a velocidade do objeto poderão ter outra visão em outro referencial de observação. Na mecânica quântica, "uma partícula não possui uma posição ou velocidade bem definida, mas seu estado pode ser representado pelo que se denomina função de onda. Uma função de onda é um número em cada ponto do espaço que indica a probabilidade de a partícula ser encontrada naquela posição" (HAWKING, 2001, p.106)

O tempo para nós é um signo, uma simbologia para marcar os eventos físicos e sociais. As escalas de tempo do nosso tempo são recorrentes ao movimento da própria Terra e a movimentos dos astros mais próximos, como a Lua, satélite, e a estrela centro do sistema, o Sol. No sistema solar, "a curvatura do espaço-tempo é tão pequena, pelo menos em uma escala macrocósmica, que não interfere em nossa idéia habitual de tempo" (HAWKING, 2001, p.109). O nosso tempo, pois, é o tempo como forma das curvaturas e movimento do sistema externo, em primeiro lugar. As civilizações mais antigas assim o entenderam e deram os primeiros passos à elaboração dos calendários. A estabilidade do sistema solar, em escala de longa duração, permite as seqüências temporais de eventos cósmicos próximos sem alterações significativas. Por outro lado, por tratar-se de um sistema periférico ao complexo galáctico, não sofrem influências das profundas e turbulentas transformações na região onde a densidade de matéria é maior e as formas e a escala de tempo se comportam diferentemente da visão antrópica.

A expansão do universo é uma das grandes verdades científicas da atualidade. Ela coloca à reflexão o ponto de origem, o ponto limite da própria expansão e os pontos de retorno. Pelo princípio antrópico, em determinado momento e ponto da observação, olha-se num cone de espaço-tempo que se alarga e fecha na singularidade do big-bang. Nesse caso os eventos podem mudar de direção, porém o tempo terá sempre um único sentido, o que nos permite estabelecer as noções de passado, presente e futuro. Do ponto de observação à singularidade inicial o tempo flui no reverso, como que curvado para trás: "se seguirmos nosso cone de luz do passado de volta no tempo, ele será curvado para trás pela matéria

no início do universo. Todo universo que observamos está contido em uma região cujo limite cai para zero no big-bang. Isso seria uma singularidade, um lugar onde a densidade da matéria seria infinita e a relatividade geral clássica deixaria de ser válida" (HAWKING, 2001, p.41). No sentido contrário, partindo do big-bang, o tempo seguiria o curso de uma curvatura para frente, deixando para trás eventos de expansão (passado) estabelecendo uma faixa de maior ou menor escala entre dois eventos (presente) e projetando, na indeterminação, novos eventos (futuro) numa seqüência infinita.

Com a reversão do processo de expansão, por entropia do sistema, o espaço se contrairia e o tempo se encurvaria para trás, no sentido de uma nova singularidade total. A forma e o sentido do tempo seguiriam a forma e o sentido do espaço numa configuração de histórias cósmicas e, portanto, com uma interpretação diferente da que se coloca como eternidade. Uma verdade parece, contudo, bem estabelecida: não há princípio nem fim; o que há é transformação no tempo-espaço onde a matéria, a energia e a vida encenam suas histórias de coexistência e sucessão.

3. Terceiro ato: a sociedade

A vida se inscreve na fenomenologia do universo. Não se trata de uma manifestação posterior, mas a manifestação de atributos primordiais, compondo o quadro energético de matéria-vida. Nesse sentido, a vida é um fenômeno físico-químico, um sistema de auto-sustentação, cuja base ativa é o princípio das flutuações de energia em sistemas abertos de trocas com os ambientes naturais. Os sistemas vivos se auto-organizam, multiplicam e evoluem. A extrema diversidade de vida no nosso planeta, em ambientes contrastantes, atesta a natureza fenomenológica natural de auto-organização e sustentabilidade de formas existenciais. A existência matéria-viva representa um processo indissociável de relações físico-químicas-ambientais. Por essa razão, a manifestação da matéria-vida não poderá ser concomitante em todos os objetos cósmicos, e também não estar submetida às mesmas formas e metabolismos referenciados ao planeta Terra.

O fenômeno da existência viva na Terra produziu uma biodiversidade mutante e evolutiva ao longo de um tempo cuja escala é representada por signos estabelecidos por uma das espécies que se destacou pela racionalidade superior. O tempo natural como ordem de sucessões, viu os ambientes terrestres produzirem combinações e relações físico-químicas, auto-organizadas, evolutivas e seqüenciadas da matéria-viva. O tempo social, a ordem de sucessão dos eventos que se desenrolam no avanço da civilização, vem assinalando, em cronologias estabelecidas em signos de tempo, o processo evolutivo da sociedade.

O tempo-espaço da sociedade humana foi construído nos últimos 10.000 anos, uma contagem temporal de pequena escala, considerando a longa duração da vida no planeta. O tempo-espaço no processo evolutivo das civilizações é consagrado pelos habitus sociais formados "que são parte integrante de qualquer

estrutura de personalidade" (ELIAS, 1998). O conjunto das individualidades forma o coletivo social, princípio de organização da sociedade. Remotamente, a organização social produzia espaços restritos em tempos longos. A cada avanço do processo civilizacional a sociedade se organizava em novas configurações de tempo-espaço. A cada tempo-espaço da civilização humana, como um todo, foram se destacando processos mais rápidos, com maior grau de organização social. A escala de transformação, de evolução nos diversos processos civilizacionais que se instalaram, formou uma consciência do tempo para os eventos da vida pessoal e social. Gradativamente, o tempo foi tornando-se "a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas seqüências de caráter individual, social ou puramente físico" (ELIAS, 1998, p.17). A noção de tempo evoluiria a um domínio crescente na vida social.

A experiência transmitida a cada geração cristaliza um tempo vivido e outro a ser vivido. Um significa passado e outro futuro, ao qual se agregarão novas experiências e novas formas de aprendizado. Vão se delineando na sucessão de experiências e eventos os tempos sociais, em cronologias símbolos que contam a história da sociedade. Na aurora das organizações sociais, sob forte influência dos astros mais próximos, a contagem do tempo seguiu a observação dos movimentos e posições da Lua em relação ao planeta e da Terra em relação ao Sol. O tempo medido era então o das fases da Lua ou o das estações do ano. A evolução das técnicas, contudo, levaria aos instrumentos de medição cada vez mais precisos, estabelecendo uma sofisticada linguagem de signos representativos do conceito de tempo.

O tempo-espaço social na pós-modernidade ganhou novas significâncias com a rápida evolução das técnicas microeletrônicas. O tempo-espaço cibernético foi produzido por tecnologias de realidades antecedentes. Na verdade o mundo real é o mundo da existência viva e nela a espécie humana por sua racionalidade superior produz novas realidades. O virtual é uma realidade imaterial que flui pelas infovias e se concretiza na virtualidade de imagens, signos e símbolos. Ao formar imagens e significados o virtual se torna uma forma de realidade que opera mensagens instantâneas numa extraordinária compressão do tempo-espaço. No mundo cibernético não há mais tempo longo e distância longa, mas o tempo instantâneo e a presença virtual. O tempo virtual coloca na mesma temporalidade espaços distantes, produzindo efeitos concomitantes aos fluxos econômicos, sociais, políticos e culturais.

A realidade virtual, um "verdadeiro oxímoro" (BAUDRILLARD, 2001, p.42) tem, na verdade a duplicidade do sentido, agregando à percepção concreta e material a realidade do imaterial, a virtualidade do que não pode ser tocado, mas pode ser sensibilizado por meio de signos e significados. O tempo-espaço da realidade virtual, como produção das novas tecnologias, é um horizonte que irá se ampliar sem limites nas próximas décadas. A vida social estará condicionada ao uso cada mais intensivo do tempo-espaço virtual, tanto no plano da individualidade como da coletividade. O conhecimento e a informação passam rapidamente

para o plano das tecnologias virtuais, com a instantaneidade e as simbologias que introduzem um novo mundo às percepções do cotidiano. O tempo da ação e o espaço onde ela se opera é uma realidade dissociada do concreto, do conhecido pela percepção direta, onde os fluxos de desejos circulam por vias não identificáveis materialmente, mas tão verdadeiras pelos efeitos que produzem e pela carga de signos e significados que traduzem.

A nova concepção de tempo-espaço nas organizações é outra realidade da pós-modernidade. O tempo das estratégias no mundo dos negócios se desenrolava independente do local da ação. As estruturas organizacionais, muitas vezes distantes espacialmente, recebiam estratégias de ação a serem desenvolvidas, elaboradas em tempos e espaços dissociados. Predominou por mais de dois séculos o paradigma do tempo absoluto e do espaço absoluto da mecânica newtoniana, mesmo após a introdução da relatividade geral de Einstein e com ela da unidade tempo-espaço. A teoria que provocaria a grande ruptura paradigmática foi se confirmando pela experimentação e observação científica, porém na prática social e econômica só com a evolução tecnológica é que a unidade tempo-espaço começou a construir a nova realidade.

Nas três últimas décadas do século XX o desenvolvimento da microeletrônica ofereceu às atividades econômicas, particularmente, a possibilidade de ação conjunta do tempo-espaço e com ela a instantaneidade da informação e sua a presença virtual. Nas atividades econômicas os novos signos, códigos e significados do tempo-espaço cibernético possibilitaram profundas transformações nas estratégias de ação em escala planetária. A economia global é acima de tudo uma convergência de fluxos de demandas e fluxos decisórios na compressão do tempo-espaço, sem fronteiras e em sistema integrado de redes. O tempo-espaço cibernético construído pela alta tecnologia é subjetivo, virtual e imaterial, mas, ao mesmo tempo, torna-se real pela objetivação das condutas.

A presente atualidade é o cenário da sociedade em transformação. Há uma transição a ser considerada entre a modernidade que chega ao fim e a outra que se introduz pelos aparatos da tecnologia, da mudança de mentalidade e pelo ideário global. Como bem assinalou Boaventura de Souza Santos (SOUZA SANTOS, 2001, p.41): "Há um desassossego no ar. Temos a sensação de estar na orla do tempo, entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu (...) Não é o calendário que nos empurra para a orla do tempo, e sim a desorientação dos mapas cognitivos, interaccionais e societais em que até agora temos confiado (...) Vivemos, pois, numa sociedade intervalar, uma sociedade de transição paradigmática". O tempo-espaço da transição já consumiu uma década, 1990-2000, do século recém findo, e projetar-se-á ainda pela próxima década em diferentes durações. As culturas mundiais têm tempos diferentes não só à consolidação de suas tradições como às mudanças de costumes. Contudo, de alguma forma, todas participam das realidades da nova modernidade, embora, para não tão poucas há um atavismo, um endemismo cultural difícil de ser ultrapassado.

A mudança no mundo das organizações é atualmente uma função da variável tempo-espaço no mundo cibernético. Mudança que vem provocando um

enorme impacto nos nossos mapas mentais, pois não raramente temos que vivenciar a nova realidade, com seus signos e significados, com uma linguagem ainda impregnada de signos e significados da modernidade antecedente. A compatibilidade do novo tempo-espaço, e do aparato tecnológico que o embasa, com outras formas de expressão verbal é uma transição pontuada que dificulta, muitas vezes, o entendimento da época que se introduz e da mudança que a identifica.

No âmbito das organizações, públicas, particularmente, o grande confronto gerado pelo avanço das tecnologias da informação foi entre o tempo-espaço cibernético e o tempo-espaço da burocracia. As estruturas organizacionais no serviço público brasileiro caracterizam-se pela excessiva organicidade, pela hierarquização verticalizada e pelo acentuado estancamento funcional (as universidades federais são exemplos significativos). O formato piramidal dos serviços multiplica a funcionalidade do sistema, gerando normas e ações corporativas. O sistema funcional torna-se pesado, de baixa energia para os fluxos de demandas e ações decisórias, incorporando e consagrando um tempo-espaço lento de pouca eficiência. Esse cenário contrasta com a rapidez, funcionalidade, horizontalidade e eficácia do tempo-espaço cibernético. No confronto, a transição torna-se conflitante e demorada, produzindo a dissociação com o tempo de atualização. Tem-se que para os setores mais dinâmicos da sociedade o tempo-espaço define a nova atualidade, torna-se vanguarda, enquanto que para as organizações públicas o tempo-espaço é perenidade, tornando-se retaguarda.

O tempo-espaço pode representar duas dimensões na ordem social: o tempo-espaço dos fluxos que são movimentos de informação, de capitais, de demandas e de decisões que promovem a interação organizacional no modelo cibernético; e o tempo-espaço dos lugares, a realidade tangível das ações humanas, no mundo concreto e físico onde espaço é lugar e tempo é sucessão. Essas dimensões balizam o cotidiano da presente atualidade numa duplicidade e cumplicidade que modelam as novas formas de organização da vida social.

O habitus social incorporou a realidade do tempo-espaço cibernético, projetando para o futuro um envolvimento cada vez mais amplo. As tecnologias que emergirão nas próximas décadas tornarão mais sensíveis as relações entre o sujeito e o objeto, o que poderá afetar mais profundamente as percepções da nova realidade que está sendo erguida. Mas há uma tomada de consciência que deve ser considerada para realidades sociais onde a desigualdade é a forma mais contundente da ordem social: a nova concepção de tempo-espaço, no uso de tecnologias avançadas, se de um lado amplia o horizonte de reflexão de parte da sociedade, por outro distancia ainda mais, na vida prática, as diferenças econômicas, sociais e culturais.

As formas culturais representam, a partir dessas diferenças, contrastes cada vez mais acentuados, refletindo-se negativamente na ordem social. Se a maioria da população reflete uma cultura retardatária, resultante das desigualdades nas oportunidades sociais oferecidas, as conseqüências tornam-se dramáticas e repercutem em manifestações de cultura subjacente, violência, corrupção e mau uso da democracia política. Entre as realidades brasileiras, a oculta e a explícita

essa é uma verdade indiscutível. A oculta, das práticas ilícitas se expressa perfeitamente na afirmação de Touraine: "não há democracia onde reinam o dinheiro, o clientelismo, o espírito cortesão, as gangues ou a corrupção". (TOURAINE, 1999, p.367). A realidade explícita, a da ordem social, do desenvolvimento, tem, contudo, o realismo das desigualdades sociais, da pobreza e das manifestações de primitivismo cultural.

A ruptura paradigmática na concepção de tempo e espaço ocorrida no campo da física e que se refletiu na ordem social, instrumentalizada pelas tecnologias mais avançadas no mundo da microeletrônica, abriu novas perspectivas à organização da sociedade, aos comportamentos individuais e coletivos e aos novos parâmetros culturais. Não é prudente estabelecer marcos à dinâmica do tempo-espaço para os próximos futuros. Mas certamente ela será mais ativa e produzirá novas formas operacionais à sociedade. Talvez o que melhor definirá o processo de transformação da sociedade nas próximas décadas será uma permanente evolução, sem transição, uma sucessão contínua de tecnologias, comportamentos e modos de vida, numa palavra, de tempo-espaço sempre novo.

4. Considerações finais

As últimas décadas produziram uma incrível explosão do conhecimento que se traduziu em alta tecnologia, desenvolvimento científico, informação, enfim, proporcionou mudanças e rupturas na sociedade global. Mudanças na ordem econômica mundial, na ordem social, nas manifestações culturais e na modelagem de um novo sujeito. As certezas na vida durante a longa duração da chamada era industrial foi rapidamente substituída pelas incertezas da nova modernidade, com a flexibilização tecnológica das unidades de produção transterritoriais, e, como conseqüência, mudanças significativas na divisão internacional do trabalho, nas próprias condições de trabalho e na perspectiva de vivência futura em uma sociedade das capacitações.

Há, contudo, contradições profundas no modo de existência de milhões de pessoas, num planeta limitado para a imensa expansão populacional já produzida.

O grande dilema do presente é como assegurar condições dignas de vida para os mais de 2,5 bilhões de pessoas que vivem à margem do progresso, no estado de pobreza e miséria. Se atentar para as projeções futuras, mesmo considerando um recuo nas taxas de natalidade, a indicar um quantum populacional acima de 10 bilhões de pessoas nos próximos 20 anos, a perda das condições de bioprodutividade e de regeneração do planeta se refletirá, natural e tragicamente, no modo de sobrevivência de enormes contingentes populacionais.

Não há, no horizonte próximo, qualquer possibilidade de mudança no processo produtivo e na distribuição da riqueza mundial de modo mais justo. As grandes fusões, a alta concentração da renda e o domínio do conhecimento e da informação por poucas nações prognosticam um mundo futuro de grandes dificuldades. A vida como fenômeno do universo, como discutido na estação do tempo Y-7, teve o caráter de primordialidade ou não. As condições de sobrevivência

para vida é uma questão da organização social em cada planeta. Nada impede, portanto, que se especule como se organiza a vida na possibilidade de outras manifestações da existência viva nos recantos mais remotos do universo!

Como imaginar o universo sem vida e, se dotado de inteligência superior, sem uma sociedade organizada e evolutiva. Para tornar a análise mais complexa pode-se questionar se o universo contém a vida ou se a vida contém o universo. Mas o mais racional é admitir que ambos formem uma indissociabilidade cósmica intemporal!

Referências

BAUDRILLARD, J. **Senhas**. Rio de Janeiro, [s.n.], 2001.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

HAWKING, S. **Buracos negros, universos-bebês e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. **O Universo numa casca de noz**. São Paulo: Mandarim, 2001.

HEISENBERG, W. **Física e filosofia**. Brasília: Humanidades/UnB, 1999.

TOURAINE, Alan. **Crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SANTOS, B.S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

REPÚBLICA-MULHER: A NOVA FORMA DE GOVERNO SOB O OLHAR DA IMPRENSA CARICATA DA ZONA SUL GAÚCHA

Francisco das Neves Alves[1]

Resumo: A campanha republicana e a forma de governo instaurada a 15 de Novembro teriam na figura feminina uma de suas mais características representações simbólicas, demarcando-se um processo histórico que encontraria ampla repercussão junto à caricatura brasileira. O estudo das manifestações do estereótipo da República-mulher no seio da imprensa caricata da zona sul gaúcha constitui o objetivo deste trabalho.

Palavras-chave: República. Mulher. Imprensa. Caricatura. História. Rio Grande do Sul.

A transição Monarquia-República no caso brasileiro constituiu um processo histórico que se desenvolveu por décadas, mas cujo epicentro se irradiaria com ainda maior ênfase na passagem da década de oitenta para o decênio seguinte. Os acontecimentos se precipitavam e a forma monárquica manifestava seus estertores ao passo que os ideais republicanos que se enraizavam nas últimas décadas finalmente chegariam ao poder. A imprensa teria um papel essencial na discussão das variadas temáticas em torno daquela transição, contribuindo decisivamente para a irradiação das discussões em torno da manutenção do status quo monárquico ou da implantação do modelo republicano. A fase de ampla liberdade de expressão do Segundo Reinado contribuiria decisivamente para essa evolução das atividades jornalísticas, etapa esta que teria uma inflexão no pós-1889, a partir do regime autoritário implementado, o qual, a partir de muito custo, buscou calar os jornais que não se alinhavam às forças governamentais.

Nesta época circulavam no país uma enorme quantidade de publicações periódicas, mantendo alguma similaridade entre si e, ao mesmo tempo, guardando certas características regionais, advindas das peculiaridades da cada uma das províncias brasileiras. Em linhas gerais, eram editadas as folhas diárias, normalmente consideradas como representantes da imprensa dita séria e uma leva de outras publicações, menos perenes, com menor estrutura financeira e de circulação por vezes irregular, constituindo o que se poderia denominar de pequena impren-

[1] Membro Correspondente do IHGRGS.

sa. Vinculado à pequena imprensa esteve o jornalismo caricato, um dos gêneros que angariou fértil campo de expansão no Brasil, num processo de significativa expansão por muitas das províncias. A popularidade da caricatura se justificava pelo apelo visual que o uso da imagem proporcionava, num mecanismo editorial que significava uma alternativa ímpar em relação ao que se fazia no contexto jornalístico brasileiro até então, cativando atenções e conquistando razoável apreciação entre os leitores.

Esse fenômeno histórico ligado à caricatura se espalhou pelo país e atingiu diretamente o Rio Grande do Sul que teve várias folhas deste gênero, com destaque para as da capital da Província e as da cidade de Pelotas e do Rio Grande. Nestas duas últimas, respectivamente, circulariam, entre várias outras, a *Ventarola* (1887-1890) e o *Bisturi* (1888-1893). Pela própria época em que foram editadas, estas duas folhas caricatas viriam a refletir vários dos episódios que demarcaram a culminância do processo de transição Monarquia-República, convivendo epidermicamente com a mudança da forma de governo e trazendo as suas versões para os fatos então vivenciados. Nestes dois jornais caricatos, a figura feminina foi utilizada de forma indelével para simbolizar tanto o ideal republicano, quanto a forma de governo instaurada a partir do 15 de Novembro, colaborando ambos para a difusão do estereótipo da República-mulher.

De acordo com essa perspectiva, a figura mais utilizada para simbolizar a forma republicana no Brasil foi a mulher[2], seguindo proximamente os modelos de representação oriundos da República Francesa[3]. Inicialmente era apresentada como a "deusa-república", ou seja a reprodução de uma imagem feminina vestida à romana, descalça ou de sandálias e barrete frígio, numa figura que se

[2] Ver: ALVES, Francisco das Neves, Que tipo de república – a implantação da nova forma de governo sob o prisma da imprensa rio-grandina: da aceitação à decepção. In: ALVES, F. N. (org.). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 235-241.; ALVES, Francisco das Neves. Imagens da república: caricatura e história do Brasil (1889-1930). In: ALVES, F. N. (org.). Brasil 2000 – *quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 299-310.; e ALVES, Francisco das Neves. Alegórica república – a nova forma de governo sob o prisma da caricatura: um estudo de caso. In: *Revista Comunicação & política*. v. 9. n. 3. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2002. p. 227-244. As várias formas de representação da república no Brasil podem também ser observadas a partir de: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993; TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; LUSTOSA, Isabel. *História de presidentes: a República no Catete*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989; e SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Acerca do tema, observar: AGULHON, Maurice & BONTE, Pierre. *Marianne – les visages de la Republique*. Paris: Gallimard, 1992.

transmutaria com o passar do tempo e com as crescentes manifestações contrárias ao modo pelo qual se implementava o "regime" estabelecido em 1889. Neste quadro, em seguida os caricaturistas passaram a usar a figura feminina para ridicularizar a República, como também ocorrera na França, de maneira que a virgem ou a mulher heróica dos republicanos era facilmente transformada em mulher da vida ou prostituta[4], num processo de desagregação que foi ainda mais rápido no caso brasileiro. Desta forma, a princípio apresentada como a "deusa" do barrete encarnado, ganhando forças nos derradeiros anos da monarquia e, depois, magnânima vencedora sobre a forma de governo decaída, a representação da república passaria por drásticas transformações que menoscabariam a imaculada imagem original. Essas representações se fariam sentir junto à caricatura, e o fenômeno não seria diferente na conjuntura da imprensa caricata da zona sul gaúcha.

A *Ventarola* teve seu primeiro número publicado em 1887 e seu proprietário era o francês Eduardo Chapon que já fora sócio na administração do *Cabrion*, anterior caricato pelotense. No que tange aos posicionamentos políticos, o hebdomadário caricato revelava simpatias para com o ideário republicano que ganhava corpo no Brasil e, mais recentemente, no Rio Grande do Sul. Nesta linha, Athos Damasceno Ferreira destacava que a propaganda republicana encontrava no semanário pelotense ressoante e demorada acústica, não se fazendo ali o menor mistério das tendências antimonárquicas que a inspiravam e nutriam[5]. Desta forma, a temática da mudança da forma de governo por muitas vezes viria a ocupar as páginas do jornal e, neste caso, normalmente, a república aparecia sob a tradicional representação de uma figura feminina, no arquétipo que acabaria por se definir como a "deusa república".

No caso da *Ventarola*, pelo período em que circulou e pelas manifestações favoráveis à forma republicana, a representação feminina da república corresponderia à etapa de enaltecimento completo à República-mulher, quer seja, a do entusiasmo, admiração e quase veneração à "deusa republicana". Neste sentido, desde o seu primeiro ano de circulação, o periódico pelotense manifestou suas convicções contrárias ao "regime" monárquico e, em várias ocasiões estamparia a figura da mulher como analogia ao anseio pela mudança da forma de governo. A "deusa" república foi apresentada, assim, nas mais variadas situações, passando por percalços, conquistando vitórias, até o triunfo definitivo deflagrado a partir da proclamação de Deodoro da Fonseca. A figura feminina representava deste modo, primeiramente, o dicotômico embate entre os ideais monarquista e republicano e, posteriormente, já nos estertores da existência do jornal, a forma de governo instituída em novembro de 1889.

Algumas das primeiras manifestações da *Ventarola* utilizando-se de figuras femininas em torno da questão da forma de governo, se dariam em caricatura

[4] CARVALHO. p. 79-80 e 87.

[5] FERREIRA, Athos Damasceno. Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 217

publicada em julho de 1887, na qual uma dama representando a província gaúcha cuidava de uma planta florescente, ao lado de outra, num segundo vaso, fenecendo, sem cuidados. A primeira planta, adornada por um barrete frígio estilizado, simbolizava a república, a segunda, a monarquia. Cercavam a figura central outras gravuras, nas quais aparecia uma saudação do jornal aos seus leitores, e questões como a varíola, o rigor do inverno, a falta de higiene hospitalar, numa alusão a alguns dos males advindos desta última forma de governo. A caricatura assim sugeria uma aproximação do Rio Grande do Sul para com a forma republicana, afirmando que se tratava de uma alusão às "tendências democráticas", utilizando como legenda a expressão "Pegará? (*Ventarola*, 3/7/1887), estabelecendo nova inter-relação entre a figura da planta e o "regime" que desejava ver estabelecido no país.

Uma outra utilização do feminino como designativo da república dar-se-ia como menção aos dois vizinhos platinos, referindo-se a um acordo sanitário entre o Brasil, a República Oriental e a Confederação Argentina, pelo qual foram aceitas como solução definitiva da questão, as opiniões dos médicos da convenção, garantindo que o charque não seria veículo transmissor do micróbio do *cholera morbus asiático*. A partir desta decisão, o semanário caricato publicaria um conjunto de desenhos com teor crítico em relação à mesma (*Ventarola*, 4/12/1887). Na caricatura, sob o título "O congresso sanitário" duas damas representando, através dos respectivos escudos, a Argentina e o Uruguai, entabulavam conversa com o governante brasileiro que aceitava de bom grado os produtos (carne seca e alfafa) dos dois países, apesar dos eventuais riscos à saúde pública que aquela atitude poderia representar.

A figura feminina como representação de uma almejada república viria a aparecer no início de 1888, quando, numa analogia à cena da manjedoura, o periódico mostrava os políticos, encarnados nas figuras dos três reis magos e de José, desejosos do poder. O centro da alegoria e alvo primordial dos demais personagens da caricatura, eram Maria e a criança, ambos de barrete frígio e a segunda vestida à romana (*Ventarola*, 8/1/1888). A representação da república na gravura, atingia um dos pontos mais altos de simbolização de pureza, assumindo feições fortemente sacrossantas. A partir daí, o periódico expressava uma manifestação de crítica política, associada às suas convicções anti-monarquistas.

Outro conjunto caricatural mostrava um político fazendo manifestação favorável à república, no parlamento, diante do que aparecia a "deusa" república, espada em riste, em sinal da tomada de rumos em direção à vitória e, na outra mão, o pavilhão representando a nacionalidade. Segundo a *Ventarola* seria necessário um incremento aos trabalhos executados pelos republicanos, além de manifestar seu desejo que muitos destes passassem do discurso a ações práticas. A crítica do periódico dirigia-se tanto à monarquia quanto à igreja, instituições então fortemente vinculadas e que viriam a ser constantes alvos da imprensa caricata. A legenda de cada um dos desenhos do conjunto descrevia: O sr. Silveira Martins declarou em pleno Senado que os povos da América tendem ao governo

do povo pelo povo, e que ele não está longe./ Os amantes da idéia republicana devem estar de parabéns, em vista do modo por que se manifestou um Senador do Império./ O que carece é que a mocidade trabalhe mais e fale menos; a época é chagada, mãos à obra./ Para conseguirmos o governo do povo e pelo povo é preciso que se ataque de morte a igreja e a monarquia./ Espectros do passado, a monarquia e a igreja, em fatídica junção, lançaram nas fogueiras a ciência e na forca penduraram a razão (*Ventarola*, 27/5/1888).

Em outra caricatura, a *Ventarola*, além de criticar a forma monárquica, estendia seus ataques ao clero, fazendo alusões à religião oficial brasileira. O jornal não aceitava a interferência do poder papal, fazendo referência a um estado dentro de um outro estado e criticava a Princesa Isabel pelo que considerava uma forte influência clerical em sua forma de pensar e agir. O conjunto caricatural era concluído com uma última figura na qual aparecia a deusa-república, com suas vestes tradicionais e barrete frígio, que, impávida, espada em riste, observava ao longe um velho alquebrado – o próprio Imperador – representando o monarquismo. A esperança do periódico na mudança da forma de governo ficava explícita na legenda: O que nos vale é que este estado anômalo vai já chegando ao seu termo, para dar lugar ao aparecimento do progresso (*Ventarola*, 15/7/1888).

Ainda na forma de conjunto de desenhos, o semanário caricato pelotense realizava outra associação, neste caso, das idéias republicanas com as antiescravistas. Nas páginas centrais da folha eram mostradas cenas no Rio de Janeiro, nas quais as "senhoras fluminenses" maltratavam negros e defendiam ardorosamente a manutenção de "heranças" da escravidão, inclusive diante da princesa regente. O jornal criticava as possíveis conciliações entre os políticos e os governantes para a continuidade da situação vigente e, num dos quadros do conjunto, a "deusa-república", ao lado do bobo da corte, símbolo da imprensa caricata, assistia atônita aos acontecimentos. Além de manifestar seus ideais antimonárquicos e antiescravistas, o hebdomadário expressava sua insatisfação com os homens públicos e os jornalistas que, por motivações áulicas, abandonavam os princípios republicanos (*Ventarola*, 16/9/1888).

A *Ventarola* apresentou ainda a "deusa-república" atada a uma árvore, sendo fustigada, por um político que teria feito ferrenho discurso anti-republicano, afirmando a folha que o personagem teria jurado mesmo reduzir a linda moça à expressão mais simples, julgando ter alto prestígio como homem político. O indivíduo era apresentado pelo periódico em atitudes nefastas, agarrando a força a "deusa-república" e emaranhando um outro político numa rede, alusão a possíveis inverdades que estaria a proferir. Na conclusão da caricatura, o semanário mostrava o velório do personagem retratado, demonstrando a morte de sua carreira política, cena assistida pela dama republicana, afirmando a folha que seria certo que a república já apontava aquele político como homem morto, perante o patriotismo e o caráter (*Ventarola*, 21/10/1888).

Em fevereiro de 1889, o jornal caricato pelotense mostrava na forma de um "prado político", os resultados de uma eleição, à frente, chegavam os liberais,

representados por um "centauro", apresentando a face de seu líder partidário, secundados, pela dama republicana, com seus trajes tradicionais, como uma amazona, empunhando bandeirola com a insígnia "república". Já por último chegava um burrico macérrimo em pelo e ossos, adejado por aves necrófagas, simbolizando os conservadores, cuja agremiação encontrava-se enfraquecida e cindida em seu seio. A legenda era: Na corrida que teve lugar no dia 16 do corrente, em nosso prado político, coube a vitória ao Centauro Rio-Grandense; chegou em segundo lugar o Pégaso, guiado pela elegante amazona República. Tocou a culatra ao histórico burro de Buridan que, além de mal composto, não teve quem o guiasse na pugna (*Ventarola*, 24/2/1889).

Num quadro de desenhos a *Ventarola* mostrava a confusão reinante no parlamento, onde os políticos não se entendiam, discutindo e até agredindo-se mutuamente. Na caricatura eram encenadas também as atitudes dos homens públicos que trocavam de partido, com destaque para uma ala dos conservadores gaúchos que se bandeavam para as hostes republicanas. A dama republicana aparecia como a representar uma frente partidária que se dizia não envolvida com liberais ou conservadores. A dita dama, acompanhada de uma caixa de ferramentas, vestia-se e observava-se em um espelho, fazendo os últimos ajustes no barrete frígio que colocava à cabeça, tal qual uma antevisão de uma iminente chegada ao poder (*Ventarola*, 12/5/1889).

Em outro conjunto de caricaturas, a folha mostrava a "deusa-república", machado à mão, derrubando a árvore da monarquia. A concepção republicana do jornal, acreditando na breve derrocada da forma monárquica era complementada pela legenda: Esta árvore já não dá fruto, está velha e carunchada: o verdadeiro é cortá-la... pela raiz. A questão é apenas de tempo... (*Ventarola*, 26/5/1889). No hebdomadário caricato aparecia também a "deusa-república" recebendo de braços abertos um padre com um barrete frígio à cabeça, demarcando que o anticlericalismo do jornal poderia ser atenuado quando o sacerdote fosse "esclarecido", no caso, estando vinculado ao ideário republicano (Ventarola, 16/6/1889).

Ainda utilizando a exposição de um conjunto de caricaturas, a Ventarola mostrava a dama republicana sendo admirada por políticos e abraçada por um deles, numa referência que o jornal fazia à declaração de uma outra folha que teria afirmado que a monarquia americana não era incompatível com a democracia ainda a mais adiantada, asserção com a qual o hebdomadário pelotense, favorável à mudança da forma de governo, discordava veementemente. Na mesma caricatura, o semanário manifestava sua ampla insatisfação com a idéia da disputa partidária unicamente entre liberais e conservadores, pois, segundo ele, era chegada a vez dos republicanos. Mostrava os políticos tradicionais discutindo com a "deusa-república", afirmando: O que os cujos não admitem é que chega da época da decrepitude e que só podem agir com o concurso de terceiro. Demonstrando os políticos monarquistas sendo julgados na balança da justiça, o jornal destacava em relação aos mesmos: Custa-lhes também acreditar que a democracia já esteja pesando na balança da política do país. Sentenciando quanto a uma iminente mu-

dança na forma de governo, o periódico caricato vaticinava que era apenas uma questão de tempo para que se desse o encerramento daquilo que considerava o péssimo estado do país (*Ventarola*, 30/6/1889).

Proclamada a nova forma de governo, a *Ventarola* iria manifestar entusiástica alegria. Mantendo uma linha bem humorada, o jornal afirmava que, num momento de náusea, como quem tinha no estômago uma feijoada supérflua, acabara o Brasil de vomitar no Atlântico todos os acepipes monárquicos ingeridos em diferentes refeições, pagas por bom preço e em diversas épocas. Explicava que novembro de 1889 representaria a eloqüência peremptória da consumação de um fato que fugia a todas as previdências, que escapava a toda lógica, que não entrava nas combinações de raciocínio algum, e que, portanto, já deveria ter acontecido. A folha noticiava que fora geralmente recebida com satisfação a notícia da proclamação da "República Federal dos Estados Unidos do Brasil", estando finalmente o país, para todo sempre, livre do trambolho monárquico, o qual significaria o maior entrave ao progredir nacional (*Ventarola*, 24/11/1889).

Os acontecimentos em torno do 15 de Novembro foram destacados pela folha caricata na forma de conjunto caricatural. Entre outros desenhos, aparecia a "deusa-república" que, mais uma vez, simbolizava a forma de governo, agora vencedora, pairando acima da multidão – que jogava seus chapéus para cima, saudando-a –, ostentando o pavilhão auriverde que trazia em si o significado da nação. Na concepção da folha, houvera ampla aceitação popular da nova forma de governo, afirmando: Felizmente a nova aurora que raiou para os nossos destinos de nação livre e civilizada teve as saudações triunfantes de um povo inteiro. Viva a república! (*Ventarola*, 24/11/1889).

Instaurada a nova forma de governo, a *Ventarola* se colocaria como defensora dos governantes, criticando uma folha liberal que estaria a atacar o governo, segundo a percepção do caricato pelotense, apenas por despeito, de modo a atitude daquela, que seria uma publicação da restauração monárquica, não era senão pura perda de tempo diante do fato consumado. A triunfante "deusa-republicana" desfilava por caminho de flores preparado pelos novos donos do poder, afirmando o semanário que os ataques adversários perdiam a importância uma vez que o governo ia alastrando de flores a estrada que tem de percorrer a querida pátria, exclamando um "bravo", diante dos atos destes (*Ventarola*, 8/12/1889).

Dessa maneira, o universo de reações da *Ventarola* diante dos episódios imediatos que levaram à transição Monarquia-República teve por sentido a orientação republicana da folha. As instituições monárquicas eram apresentadas através de pessoas, objetos e, enfim, de símbolos, como velhas, anacrônicas, doentes, carcomidas, em decomposição, ruindo, caindo, morrendo e, em síntese, nos estertores de sua existência. Já a república estaria a representar o novo, o moderno, a pujança, o alvorecer e, enfim, a esperança de dias melhores. Como seria tradição à época da propaganda e a partir da forma de governo instaurada no 15 de Novembro, a publicação caricata pelotense encamparia a imagem feminina da deusa vestida à romana com o sempre presente barrete frígio à cabeça, como o

mais importante arquétipo da representação da república. Neste sentido, a dama republicana acompanharia passo a passo, nas páginas do semanário, os acontecimentos que marcariam esta etapa de transições servindo a contento aos princípios do jornal, em buscar apresentar o velho e decaído "regime" em relação ao porvir da jovem república.

Através da "deusa-república", o hebdomadário defendia seus ideais de oposição não só à monarquia, como também ao clericalismo e ao escravismo, os quais teriam seu termo, na concepção da folha, a partir da mudança na forma de governo. Nesta linha, através da dama republicana, o semanário sustentava o tradicional conflito discursivo, típico dos jornais de então, pelo qual se buscava sustentar e legitimar uma determinada construção discursiva, ao passo que se atacava e deslegitimava uma outra, de modo que o conflito monarquia X república ganhava vida nas folhas do jornal e a figura feminina que representava esta última desempenharia papel decisivo como simbologia no intento de levar ao convencimento do público leitor a respeito da justeza da causa republicana. De ideal almejado, a divina mulher-república viria a se tornar realidade, com os acontecimentos de novembro de 1889, sendo ostentada com orgulho pela periódico pelotense.

A *Ventarola* não teria tempo para definir o tipo de república que pretendia para o país, chegando a fazer certa confusão entre república e democracia. A visão do jornal, assim como a de muitos republicanos da época, era até certo ponto ingênua, ao acreditar que a simples mudança da forma de governo viesse a resolver todos os males nacionais. O jornal viria a desaparecer apenas poucos meses depois do 15 de Novembro, de modo que não se tornaram detectáveis suas considerações sobre o modelo pelo qual se consolidou a nova forma de governo. Em diversas publicações, a imagem feminina da república, pura e divina, começaria a ser menoscabada, entrando em profunda decadência, à medida em que os próprios jornais partiam da visão entusiástica inicial para o crescente desapontamento, mormente no que tange ao regime autoritário imposto à nova forma de governo. Na *Ventarola*, até por causa de período de circulação, o que permaneceu foi ainda aquela versão quase ingênua, da jovem, divina e virginal mulher que, por vezes confundia-se em suas representações, ora como liberdade, ora como democracia, ora como república, refletindo a esperança de que o "regime" surgido em 1889 fosse orientando pela liberdade e pela democracia. Não é pequena a possibilidade de que se a "deusa-república" da *Ventarola* sobrevivesse mais alguns meses, logo poderia deparar-se com algumas desilusões.

Na outra cidade da zona sul gaúcha, a tradição dos jornais caricatos foi ainda mais forte, circulando este tipo de publicação em maior profusão quantitativa e qualitativa. A cidade do Rio Grande, o principal porto marítimo da Província do Rio Grande do Sul, foi uma das comunidades na qual, durante o século XIX, mais se desenvolveu o jornalismo, adotando-se por parâmetro tanto o contexto regional quanto o nacional, constituindo-se as três décadas finais daquela centúria na fase de apogeu das atividades jornalísticas, circulando nesta época os mais

variados gêneros de folhas, desde as bem estabelecidas financeiramente e perenes representantes da imprensa diária, até as, em geral, pouco duradouras e de circulação irregular que, no seu conjunto, formavam o que se pode denominar de pequena imprensa rio-grandina. Representante desta última, a imprensa caricata constituiu-se num dos gêneros jornalísticos que passou por significativo desenvolvimento nesta cidade portuária, surgindo, naquelas décadas, alguns dos mais organizados e duradouros representantes da pequena imprensa rio-grandina.

Junto da imprensa caricata rio-grandina também se fizeram sentir as várias reações para com os governantes que intentaram consolidar a nova forma de governo. Estas repercussões aconteceram no hebdomadário Bisturi, ilustrado e escrito pelo caricaturista Thádeo Alves do Amorim, um dos maiores especialistas no ramo na zona sul gaúcha, tendo trabalhado em várias publicações caricatas rio-grandinas, como *O Amolador, O Diabrete e o Marui*, do qual chegou a ser proprietário, vindo o Bisturi a representar o apogeu de sua carreira. A folha circulou de forma regular entre 1888 e 1893, embora, menoscaba, continuasse a existir posteriormente e esteve filiada aos princípios liberais. Mantendo-se fiel a seus princípios, teve em seu redator-proprietário uma figura vigiada de perto e perseguida pelas autoridades públicas, numa crescente pressão que se tornaria praticamente insuportável à medida em que se agravava a crise institucional que marcou os primeiros anos republicanos.

Num primeiro momento, o *Bisturi* aceitaria a república de braços abertos, mas, aos poucos foi rompendo com os novos detentores do poder, mormente tendo em vista o regime autoritário que se firmava, tornando-se um inimigo ferrenho dos governantes tanto no contexto regional quanto nacional. Afilhado ao liberalismo gasparista, o periódico pretendeu uma república calcada nesses moldes liberais e não aceitou o modelo ditatorial expresso nas figuras dos marechais presidentes e Deodoro e Floriano e na do líder republicano rio-grandense Júlio de Castilhos. Assim, o jornal constituiu-se num exemplo do processo de desintegração da imagem da república, à medida em que se passava do entusiasmo inicial à decepção para com os novos mantenedores do poder. Nas páginas do semanário, a figura da república passaria por um processo de profunda transformação, traduzindo a insatisfação do semanário em relação à situação reinante.

A notícia da Proclamação da República foi recebida com amplo entusiasmo de parte do *Bisturi*. Além de conclamar os brasileiros à união nacional em nome da nova forma de governo, declarando que se colocava a "postos, sempre pronto a combater em benefício da grande causa nacional", o jornal destacava o fato dela ter sido implantada de maneira pacífica. Afirmava que aquele evento fora "uma batalha sem sangue" e que ocorrera "sem que fosse preciso a baioneta ferir o coração da Pátria", sem a necessidade de "sangue, incêndios, destruição e niilismo" e sem que o "povo" precisasse assistir "aos horrores de uma guerra de irmãos". Ao imaginar a República empunhando a "bandeira da liberdade e da igualdade", a folha manifestava seu desejo de ver inaugurado um regime democrático e liberal e, de acordo com esta idéia, questionava: "o que mais poderia um

povo desejar do que a sua liberdade, que mais poderia desejar, senão a igualdade" A inauguração da República foi apresentada pelo hebdomadário através de uma ilustração, na qual a nova forma de governo, simbolizada por uma mulher "vestida à romana" e de barrete frígio, era recebida pelo Brasil, representado por uma índia, que afirmava: Sejas bem vinda deusa da liberdade se é que vens inspirada no amor e felicidade da nossa querida Pátria (*Bisturi*, 24/11/1889).

Durante os primeiros meses da nova forma de governo, o jornal restringiu os seus comentários políticos, tendo em vista a legislação de imprensa e às próprias incertezas que marcavam a vida política gaúcha. Apesar da indisposição para com os governantes no contexto estadual, o semanário continuou apoiando ainda, por breve período, os governantes da esfera federal. De acordo com esta posição, o jornal denunciava que a República estava em perigo, desenhando-a como uma dama de barrete frígio, à beira de um abismo e ameaçada por sombrios e pavorosos morcegos[6]. Como legenda, aparecia a frase: São muitos os vampiros que procuram interromper a marcha à viandante, contudo, ela, visando a felicidade da Pátria, prossegue tranqüila e esperançosa o seu caminho glorioso (*Bisturi*, 4/5/1890).

Em setembro de 1890, o jornal ainda manifestava certo crédito para com os rumos da nova forma de governo. A folha acreditava que o jogo eleitoral representaria o caminho para a liberalização e reconstitucionalização da República. Este pensamento foi expresso através de uma ilustração na qual a República aparecia como uma acrobata empunhando uma bandeira nacional[7]. Sob o desenho, o periódico conclamava: Às urnas cidadãos!... Deus vos inspirem na escolha dos seus representantes ao Congresso para que a nova deusa República continue risonha e feliz a descortinar os horizontes do porvir... (*Bisturi*, 14/9/1890).

Os caminhos seguidos pelos governantes republicanos para promover a consolidação da nova forma de governo logo viriam a despertar a decepção de parte do *Bisturi*, que, ao final de 1890, já fazia as primeiras manifestações relacionadas à sua desilusão quanto ao tipo de república que estaria sendo implantada no país. O jornal não conseguia encontrar na nova situação aqueles pressupostos que ele, logo após o 15 de Novembro, considerara fundamentais, ou seja, na sua concepção, a República que estava se formando não era aquela que a folha sonhara, de igualdade e liberdade, e de amor e felicidade, enfim, aquela não seria a "verdadeira república". Um dos elementos marcantes da recente conjuntura

[6] O abismo refere-se aos males das profundezas, ao caos tenebroso das origens e às trevas infernais dos dias derradeiros. Já o morcego representa o animal impuro, um símbolo do pavor e do ser definitivamente imobilizado numa fase de sua evolução ascendente, significando algo de sombrio e de pesado. CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT Alain. Dicionário de símbolos. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 5 e 620-1.

[7] Neste caso, a acrobata aparece como o símbolo do equilíbrio crítico, fundado no não-conformismo e no movimento e, nesse sentido, é fator de progresso. Já a bandeira empunhada pela "República" aparece como símbolo de proteção. CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 11 e 118.

política nacional que mais diretamente despertava o desencanto do periódico era o autoritarismo empregado pelos governantes em nome da defesa das instituições republicanas.

O agravamento da crise político-institucional, com a tendência de revolução tornando-se um caminho sem volta, levou o periódico a, cada vez mais, manifestar sua insatisfação para com os destinos dados à nação pelos seus novos governantes. Os caminhos pelos quais estaria trilhando a nova forma de governo, desviando-se do ideal da "verdadeira república", preocuparam em larga escala o semanário que manifestou esta preocupação desenhando a "deusa-República", como uma figura seminua próxima a um muro em ruínas[8]. A explicação para a gravura traduzia o pensamento do periódico sobre os desvios que estaria sofrendo a forma instaurada a 15 de Novembro: ... e todos supunham a República, essa deusa do barrete encarnado, uma criatura pura como os anjos, formosa, sedutora, cheia de amor pela sua Pátria e muito amiga da 'Ordem e do Progresso'!... (*Bisturi*, 21/8/1892). Quando a crise atingia níveis insuportáveis, o jornal mostrava uma república representada por uma negra que caía do cavalo, diante da figura de uma raposa[9] que simbolizava a forma de governo decaída em 1889, como legenda, aparecia a sutil frase: Cada susto que leva!... (*Bisturi*, 30/10/1892).

Pouco antes do início da Revolução Federalista, o semanário caricato prosseguia denunciando o autoritarismo e a falta de liberdade que estariam marcando a atuação dos governantes. Segundo o periódico, com a República o Brasil havia voltado aos tempos de barbarismo, nos quais lampejava lúgubre e pavorosa a fagulha sinistra da irracionalidade da espécie humana (*Bisturi*, 1°/1/1893). Afirmava ainda que, graças aos desvios que os governantes promoveram no caminho em direção à "verdadeira república", a nova forma de governo, feita ainda ontem, não tinha uma só página na sua história que não estivesse tinta de sangue. Na perspectiva da folha, a modificação institucional estabelecida a 15 de Novembro só tinha uma *glória*, que consistia no fato de que nenhuma república a tinha ex-

[8] A nudez, neste desenho, designa a pobreza e a fraqueza espiritual e moral, ou seja, a nudez é a vergonha. Já o muro representa a cinta protetora que encerra o mundo e evita que nele penetrem influências nefastas de origem inferior. CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 626 e 644. Desta maneira, o jornal buscava demonstrar os descaminhos de vergonha, pobreza e fraqueza pelo qual estaria sendo levada a República, cada vez mais desprotegida com relação a seus próprios governantes.

[9] O fato de apresentar a república como uma negra traduz um caráter intencionalmente racista de parte do semanário, o qual leva à consideração de que a imagem do homem negro alude sempre à parte inferior humana, ou ainda, que as raças negras são filhas das trevas. (CIRLOT, Juan-Eduardo. Dicionário de símbolos. São Paulo: Ed. Moraes, 1984. p. 405. Já a raposa, animal independente, mas satisfeito com a existência; ativo, inventivo, mas ao mesmo tempo destruidor; audacioso, mas medroso; inquieto, astucioso, porém desenvolto, ele encarna as contradições inerentes à natureza humana (CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 769), representava os riscos de uma possível restauração monárquica, tendo em vista a séria crise pela qual passava o país.

cedido na imprudência, na hediondez, no sarcasmo, na impetuosidade da audácia levada até a demência, na torpe e crapulosa imoralidade e nas revoltantes baixezas (*Bisturi*, 22/1/1893).

A respeito dos "descaminhos" da República Brasileira, o jornal apresentou uma caricatura na qual a forma de governo inaugurada a 15 de Novembro aparecia representada por uma mulher de barrete frígio, desconsolada por causa das dívidas e com uma série de ratazanas tomando conta de sua casa[10]. Ao fundo, numa tabuleta aparecia a inscrição Panamá no Brasil, referindo-se a um assunto bastante debatido naquela época sobre a corrupção na República Francesa, evidenciada por ocasião da questão envolvendo a construção do canal do Panamá. Numa referência aos desmandos político-administrativos e financeiros do governo brasileiro, circulou através da imprensa a afirmação de que o Brasil também tinha o seu Panamá. O desenho era acompanhado pela declaração: *Feliz a nação onde impera a justiça e se aplica a lei sem restrições. O mesmo não acontece no Brasil, Pátria dos compadres e das poderosas ratazanas acariciadas pela República...* (*Bisturi*, 9/4/1893).

Apesar da constante vigilância e repressão de parte das autoridades governamentais e da cada vez mais coercitiva legislação de imprensa, enquanto teve condições, o *Bisturi* continuou manifestando abertamente suas convicções político-partidárias e colocou-se como um dos baluartes no combate ao autoritarismo dos governantes tanto na esfera regional quanto nacional, e dispondo-se a lutar contra a "tirania" e a favor dos revolucionários em nome do ideal de uma "verdadeira república". Esta postura duraria até outubro de 1893, quando a legislação draconiana e as perseguições tornaram-se insustentáveis. Assim, ao longo de mais de cinco anos, o *Bisturi* dedicou suas páginas ao debate partidário e político, defendendo as idéias e práticas dos liberais. Com a mudança na forma de governo, durante os primeiros meses, o jornal abraçou a causa republicana, porém logo viria a decepção para com o autoritarismo dos novos governantes e o semanário romperia com eles, colocando-se na oposição, em luta pela "verdadeira república". Nos anos que circulou regularmente entre 1889 e 1893, o jornal representou a contento, mormente no contexto regional, as formas pelas quais a caricatura apresentou as imagens da república, contribuindo para divulgar, junto à população sul-rio-grandense, as diversas alegorias que marcaram a simbolização da forma de governo que tantas vezes foi idealizada pela imprensa brasileira.

As cidades do Rio Grande e de Pelotas representavam uma das regiões mais pujantes do contexto gaúcho do século XIX – a zona sul – que se beneficiava da riqueza advinda da produção e exportação pecuário-charqueadora sul-rio-

[10] Ao colocar as ratazanas proliferando-se na "República Brasileira", o jornal relaciona-as à corrupção do país, referindo-se a um animal esfomeado, prolífico e noturno, que aparece também como uma criatura temível, até infernal. Este animal é tido como impuro e como uma imagem da avareza, da cupidez, da atividade noturna e clandestina, sendo ainda considerado como um ladrão. CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 770-1.

grandense. Esse progresso econômico se fazia sentir nos mais variados ramos das vivências humanas, inclusive no cultural, e, de acordo com essa circunstância, a imprensa destas duas cidades foi uma das mais desenvolvidas naquela centúria. Nesse campo de formidável difusão do jornalismo, a imprensa caricata encontraria amplo espaço para crescimento, criando-se um mercado consumidor para esse gênero jornalístico que, através da ironia, do bom-humor e da crítica refletiam caricaturalmente a sociedade em que estava enraizado. Os acontecimentos que marcaram a transição Monarquia-República encontrariam forte eco nas folhas caricatas que reproduziram a seu modo os episódios que marcaram a desintegração monárquica e a afirmação de uma nova forma de governo. A tradição já perene de representação da república através da figura feminina também foi utilizada em larga escala pelos caricatos rio-grandenses-do-sul, com ênfase à pelotense *Ventarola* e ao rio-grandino *Bisturi*. Cada qual apresentaria suas peculiares versões à República-mulher, desde a imaculada deusa vestida à romana, simbolizando uma aspiração da pureza republicana em contraposição à considerada anacrônica monarquia, até a desgastada, impura e quase prostituída "mulher republicana", abandonada à própria sorte e corrompida pelos homens do poder. Neste quadro, *Ventarola* e *Bisturi* contribuíram fortemente para a formação de arquétipos simbólicos acerca daquela figura feminina, colaborando inclusive visualmente na construção de certas facetas no âmago da mentalidade coletiva gaúcha acerca da forma de governo que se instauraria a 15 de novembro de 1889.

No centenário de nascimento do historiador

INTELECTUAIS SOB VIGILÂNCIA: A PRISÃO DE CAIO PRADO JÚNIOR EM PORTO ALEGRE

Gervásio Rodrigo Neves[1]

Resumo: O texto aborda a passagem do intelectual paulista Caio Prado Junior por Porto Alegre, em 1935, ocasião na qual freqüentou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, realizando suas pesquisas sobre História Econômica. Entretanto, em virtude de sua filiação política, pois era ligado à ANL (Aliança Nacional Libertadora), e ao episódio da Intentona Comunista, caio foi preso pelo DOPS de Porto Alegre, momento em que vários membros do IHGRGS viram-se envolvidos nesse acontecimento.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior. IHGRGS. ANL. Intentona Comunista. DOPS.

Caio Prado Júnior foi preso em São Paulo no reveillon de 1930, na madrugada do dia 1° de janeiro de 1930 (2). Motivo da prisão: ter dado um:"Viva Getúlio!", em plena festa de campanha eleitoral do candidato à presidência Júlio Prestes. Membro do Partido Democrático estava com 23 anos de idade. Começaram aí as suas prisões por delito ideológico.

Mais tarde, o Correio do Povo de 20 de julho de 1935, registra a prisão em São Paulo de Caio Prado Junior em conseqüência do fechamento dos comitês da Aliança Nacional Libertadora, da qual fora presidente da Comissão Provisória na cidade de São Paulo. Diz a nota da imprensa de Porto Alegre: *"São Paulo. 19. A polícia pediu a prisão preventiva dos dirigentes da Aliança. O sr. Abrahão Ribeiro, ex-secretário da Justiça e advogado do sr. Caio Prado Júnior, presidente da Aliança, preso já há três dias, impetrou um hábeas-corpus a favor deste".*

A próxima prisão será em Porto Alegre, no dia 27 de novembro de 1935, conforme o Prontuário 1691 do Fundo DEOPS/SP, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no qual se encontra a certidão de relatório de sua prisão no DEOPS do Rio Grande do Sul enviado para a congênere paulista[2].

---

[1] Presidente do IHGRGS (2006-2008).

[2] Cópia em CD. Arquivo Gervásio Rodrigo Neves. No acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

A prisão de Caio Prado Júnior em Porto Alegre, "*sob a acusação de exercer atividade extremista*", logo depois da visita que fez a seu correligionário Dyonélio Machado que havia sido solto da prisão um ou dois dias antes – 27 ou 28 de novembro[3] teve como conseqüência o envolvimento político-policial de membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, especialmente do professor Tupy Caldas[4] mas, envolvendo, também, outros membros do IHGRGS: Eduardo Duarte[5], Walter Spalding[6] e Paranhos Antunes[7]. Os três últimos, entretanto, não foram intimados a prestar depoimentos na polícia do Rio Grande do Sul.

Fig. 1 - Fotografia de Caio Prado Junior em 1935, quando esteve no Rio Grande do Sul

O relatório da polícia do Rio Grande do Sul de 27 de junho de 1936, enviado à de São Paulo, informa que, no dia 29 de novembro de 1935, "*...compareceu o doutor Caio da Silva Prado Junior, com vinte e oito anos de idade, casado, natural do Estado de São Paulo, advogado, filho de Caio da Silva Prado e de dona Antonieta Penteado Prado, residente em São Pulo, a rua Itacolomy, número quarenta e quatro, e, atualmente, no "Hotel Yung" (10), nesta capital, que declarou o seguinte: "que foi membro, isto é, presidente da Aliança Nacional Libertadora, na cidade de São Paulo; que veio a esta capital com o fim de visitar a exposição Farroupilha[8]; que não tem relações nesta capital nem no Estado; que veio recomendado ao major Louzada e que por intermédio deste fez relações com o professor Tupy Caldas, farmacêutico civil; que a recomendação do major Louzada lhe foi fornecida pelo cônsul Nelson Tabajara de Oliveira; que ante ontem ou ontem foi visitar o doutor Dyonélio Machado, muito embora não o conhecesse pessoalmente; que durante a visita ao doutor Dyonélio Machado conversou sobre diversos assuntos, inclusive no de política; que pretendia demo-*

[3] Segundo os termos de seu depoimento no DEOPS de Porto Alegre.

[4] Jaci Antônio Louzada Tupy Caldas, nascido em Porto Alegre a 18 de junho de 1897 e falecido em Porto Alegre em 16 de fevereiro de 1946. Farmacêutico, professor, historiador. Dedicou-se a produção de livros didáticos vinculados a História Natural, a Geologia e a Geografia.

[5] Eduardo Duarte, nascido em Porto Alegre a 4 de fevereiro de 1874 e falecido em 9 de dezembro de 1962. Foi médico e historiador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul onde foi Secretário. Dirigiu o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, local onde também funcionou, temporariamente, o IHGRGS.

[6] Walter Spalding, nascido em São Jerônimo em 28 de outubro de 1901. Foi professor, historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Dirigiu, num longo período, o Arquivo e Biblioteca Pública da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

[7] Deoclécio De Paranho Antunes, nascido em Rio Pardo a 4 de junho de 1902, militar e historiador. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

[8] Durante as comemorações do centenário da Revolução de 1835.

Fig. 2 - Hotel Yung, onde esteve hospedado Caio Prado Junior.

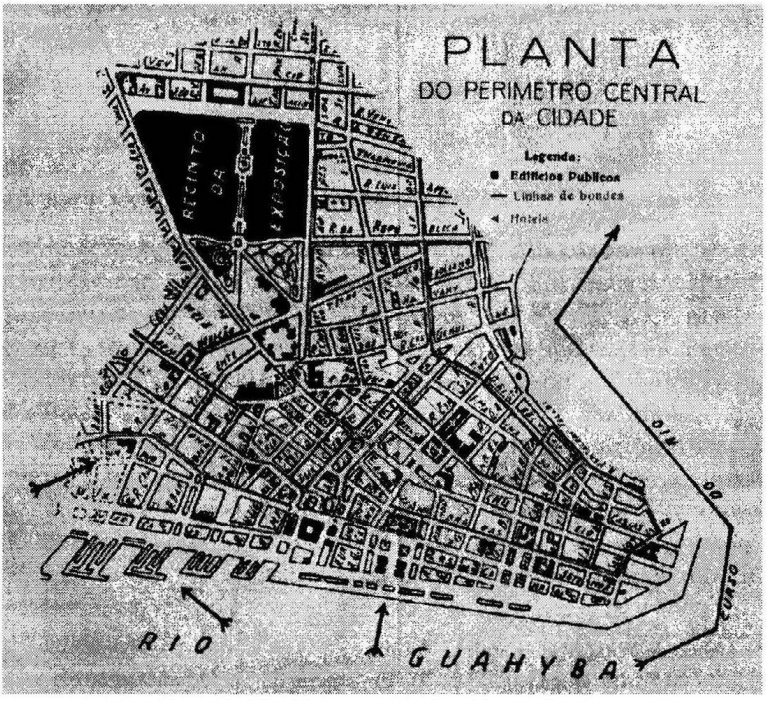


Fig. 3 - Porto Alegre em 1935

Fig. 4 - Parque da Exposição, no atual Parque Farroupilha.

rar-se mis alguns dias nesta capital mas em face d notícia da rebelião no norte[9] *resolveu regressar o mais breve possível, tanto que aguardava a chegada de sua esposa no avião de hoje, mas ao ter conhecimento do que estava passando no Norte e mesmo por ter recebido um telegrama da esposa dizendo-se doente mais aflito ficou para regressar; que durante os dias de sua permanência nesta capital tem se limitado a visitar a Exposição, o Instituto Histórico*[10] *e a Repartição de Estatística, sempre em companhia do professor Tupy Caldas. E, por nada mis haver, mandou o delegado encerrar o presente termo que, depois e lido e achado conforme, assinam com as testemunhas doutores Octavio Pritez e Manoel Peixoto ..., após prestar este depoimento foi recolhido ao quartel do 1° Batalhão de Infantaria da Brigada Militar, desta capital".*

[9] Levante de Natal, Rio Grande do Norte.

[10] Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, criado em 1920.

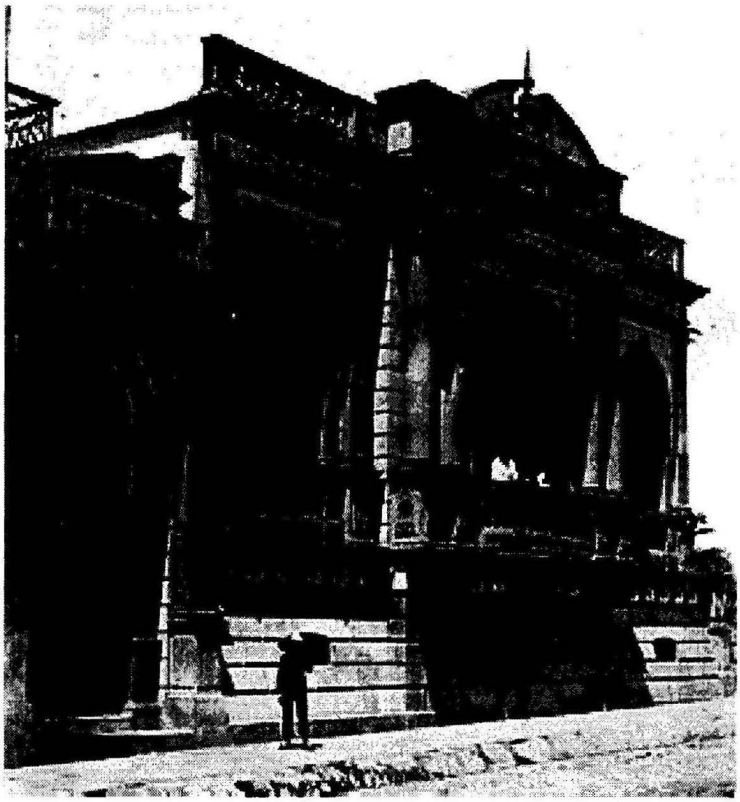


Fig. 5 - Museu Júlio de Castilhos, onde funcionava o IHGRGS

Fig. 6 - Quartel de Infantaria da Brigada Militar, onde Caio Prado esteve preso.

No dia seguinte ao depoimento de Caio Prado, no 30 de novembro de 1935, com presença do doutor Poty Medeiros, Chefe de Polícia, e de Francisco Martins Neves, funcionário da Secretaria Geral da Chefatura de Policia, compareceu ao Gabinete da chefia da polícia, então localizada a rua Riachuelo esquina Gal. Canabarro, o Sr. Dr. Manoel Louzada, casado, com 48 anos, militar e professor da Faculdade de Medicina, major do Exército, residente a rua Lima e Silva 1037 que declarou o seguinte:

"que conheceu aqui o Dr. Caio Prado, que lhe veio recomendado pelo senhor Tabajara de Oliveira, o qual me pedia para apresentar o mesmo dr. Caio a membros do Instituto Histórico e Geográfico[11]*, e por em contacto com a Repartição de Estatística do Estado; que não tendo relações no Instituto, apresentou-o ao Dr. Tupy Caldas que se encarregou de leva-lo apenas as repartições*[12] *acima citadas. Teve a melhor impressão do Dr. Caio com que conversou sobre a colonização nos Estados meridionais do Brasil. Não mais falou o depoente com o Dr. Caio. Nada mais disse ou lhe foi perguntado..."*

No dia 2 de dezembro de 1935, *"numa das dependências do prédio onde está alojado o 1° Batalhão da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul...compareceu o Dr. Dyonélio Machado, casado, 40 anos, médico, deste Estado, residente a rua Castro Alves 142, ao qual foram feitas as seguintes perguntas: P....Se conhece o doutor Caio Prado Junior e desde quando. R – Que conhece há muito tempo de nome e pessoalmente o conheceu há poucos dias, um dia depois de haver o declarante sido posto em liberdade, pois nesta ocasião recebeu uma visita daquele seu correligionário, visita esta que retribuiu dois dias depois, no novo Hotel Yung. P – Se tratou de assuntos políticos com o sr. Caio, nos dois encontros que teve com ele. R – que não e só falaram sobre assuntos de ordem geral. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado..."*

Fig. 7 - Tupy Caldas

No mesmo dia 2, *"na 3ª Delegacia Auxiliar da Chefatura de Polícia, com a presença do delegado Dr. Argemyro Índio Brasileiro Cidade, compareceu o doutor Jacy Antônio Louzada Tupy Caldas, branco, com 36 nos, químico-farmaceutico, deste Estado,*

[11] Do Rio Grande do Sul.

[12] Trata-se de uma confusão. O IHGRGS nunca foi uma instituição pública, embora tenha sido amplamente apoiada pelo governo do Rio Grande do Sul, desde a sua criação.

residente a Praça Garibaldi, 68, que prestou as seguintes declarações: "que na tarde do dia 25 de novembro próximo findo, foi apresentado pelo senhor Manoel Ribeiro da Cunha Louzada, professor da Faculdade de Medicina o senhor doutor Caio Prado Junior, tendo esse encontro lugar no "hall" do Hotel Yung, situado a Avenida Octavio Rocha esquina da Praça 15 de Novembro; que essa apresentação foi feita com um caráter de relações puramente profissional, ***visto como o .....declarava*** *que o doutor Caio Prado Júnior desejava obter informações sobre questões de ensino e problema de História e Geografia do Estado do Rio Grande do Sul; que nessas condições – prontificou-se a apresentar o doutor Caio Prado Júnior ao Diretor da Repartição de Estatística do Estado* – a rua Fernando Machado, edifício Fernando Gomes – *onde acompanhando-o foi recebido pelo Sub-Diretor da citada repartição cerca das 16 horas do mesmo dia; que no dia seguinte, 26 do referido mês, o doutor Caio Prado Junior visitou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, demorando-se em palestra puramente em caráter científico; que na tarde do mesmo dia o referido doutor visitou o Pavilhão Cultural* – dirigido então pelo membro do Instituto, professor Walter Spalding – localizado no prédio da Escola Normal "Gal. Flores da Cunha", na av. Oswaldo Aranha –, *nele demorando-se longas horas, sempre acompanhado pelo declarante, doutor Eduardo Duarte, Walter Spalding e Paranho Antunes, todos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; que nada mais sabe sobre os antecedentes sociais ou políticos do doutor Caio Prado Junior, salvo a sua atuação como membro da sociedade de Geógrafos Brasileiros ...".*[13]

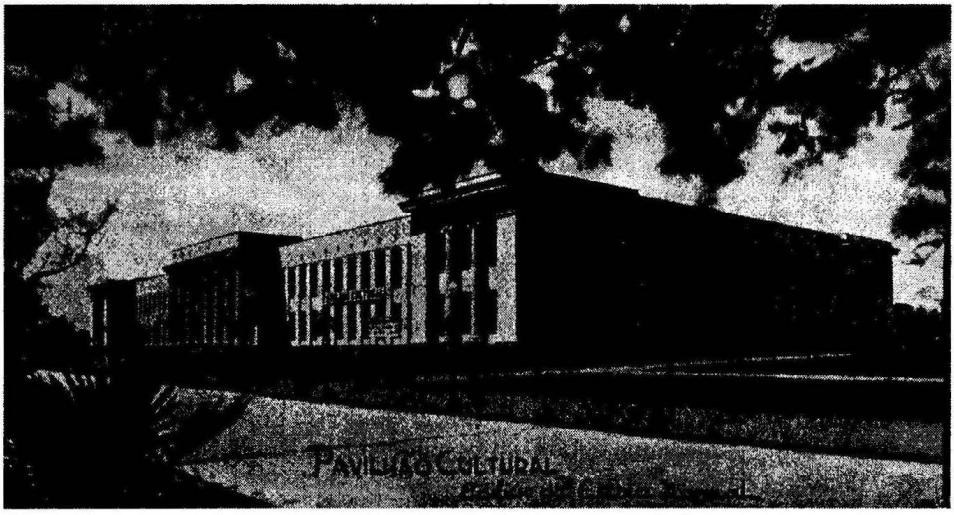


Fig. 8 - Pavilhão Cultural. Atual... Flores da Cunha

[13] AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros.

A presença de Caio Prado Júnior em Porto Alegre

Os depoimentos de Leôncio Basbaum, Agildo Barata e Ivan Pedro de Martins permitem esclarecer as razões da presença de Caio Prado Júnior na cidade de Porto Alegre, num momento de exasperação de combate a todos os vestígios da ação da Aliança Nacional Libertadora.

No sábado, dia 13 de julho de 1935, por circular de 11 de julho do Ministro da Justiça, Vicente Rao dirigida ao general governador do Rio grande do Sul, com base no artigo 3° do Decreto 229 de 11 de julho, que ordenava o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da Aliança Nacional Libertadora (ANL), foi fechada a sede da ANL em Porto Alegre e seus núcleos de municípios e bairros no Rio Grande do Sul. O presidente da ANL no Rio Grande do Sul, Dyonélio Machado foi preso quando atuava no apoio a um movimento grevista dos operários gráficos ( ), na tentativa de protesto contra o fechamento da ANL. Por outro lado, a ligação militar com os tenentes que estava sendo organizada por Agildo Barata Ribeiro o que foi interrompida ou paralisada em razão da transferência do capitão para o Rio de Janeiro.

A liderança política e militar da ANL no Rio Grande do Sul capaz de cumprir as novas diretivas do PCB estavam seriamente comprometidas por falta de liderança organizativa.

Tudo indica que a presença em Porto Alegre de Caio Prado Júnior que ingressara no PCB em 1931, tivesse por objetivo reorganizar a ação da ANL para o levante marcado para o dia 15 de dezembro, segundo as notas de Ivan Pedro de Martins nas quais informa também que o comitê central do PCB estava em reunião, inclusive com os dirigentes internacionais Ghioldi e Berger, nos dias 21,22 e 23 de novembro no Rio de Janeiro, quando foram surpreendidos pelo levante em Natal no dia 23.

A condição de intelectual com amplos contatos sociais profissionais , permitiam – na situação de ilegalidade e de repressão – uma certa liberdade de ação à execução de suas tarefas partidárias.

Ao par das atividades políticas, absolutamente discretas como exigia sua missão, certamente fez contatos intelectuais importantes para a redação, na prisão em São Paulo, de um ensaio sobre as fronteiras meridionais do Brasil e foi informado sobre uma rica bibliografia sul-riograndense que utilizará em "A formação do Brasil contemporâneo", editado em 1942.

A ausência dos arquivos da polícia[14] impedem conhecer, com mais detalhes, os caminhos e contatos de Caio Prado na cidade de Porto Alegre no período preparatório ao levante, anunciado com bastante antecedência, segundo as observações de Ivan Pedro de Martins.

[14] Incêndios na sede da polícia e do Tribunal de Justiça do Estado destruíram importante acervo documental.

Certamente Caio Prado esteve sob severa vigilância do DEOPS/RS em função de seu papel na ANL de São Paulo e pela edição de seu livro sobre a União Soviética".

O silêncio político

Imprensa do Rio Grande do Sul estava sob rigorosa censura sob o efeito anestesiantes da aplicação da Lei de Segurança Nacional. Os jornais de Porto Alegre na época, exceto o Correio do Povo, silenciaram sobre a prisão de Dyonélio Machado. Aliás, silenciaram sobre todas as prisões no Estado, reduzindo o noticiário a prisões fora do Rio Grande do Sul, especialmente de militares A prisão de Caio Prado Júnior, em 27de novembro de 1935 também foi silenciada. O levante de Natal eclipsou todo o noticiário à intentona e aos comunistas, concentrando as notas aos acontecimentos fora do Rio Grande do Sul.

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul também o silêncio imperou. Nenhum registro em suas atas de reunião de diretoria ( ) ou de assembléias gerais. Nenhum registro de correspondência recebida ou expedida.

Embora Caio Prado Júnior fosse um jovem pesquisador. Teve, como se observa nos depoimentos policiais, uma boa acolhida no IHGRGS e, além disso, representava a recém criada Associação dos Geógrafos Brasileiros da qual era sócio fundador, com o geógrafo Pierre Deffontaines, então professor da USP.

O silêncio era de temor a repressão policial e política.

A ação da ANL e os levantes de Natal, Recife e Rio de Janeiro polarizaram a sociedade, desencadeando um forte movimento de combate aos comunistas.

O movimento integralista fortificava-se no Rio Grande do Sul e os intelectuais católicos, criavam a Ação Social Brasileira ( ), cujos signatários foram: Armando Câmara, José Luiz Martins Costa, Roque Degazia, Adroaldo Mesquita da Costa, Felix Contreira Rodrigues, Amadeu de Oliveira Freitas, Décio Martins Costa,. José Pereira Coelho de Souza, Augusto Meyer, Armando Macário Ribeiro, Carlos de Britto Velho, Francisco Machado Carrion, Adalberto Câmara, Álvaro Magalhães, Ruy Cirne Lima, Ernani Fiori, Ary de Abreu Lima, Victor de Britto Velho, Elias Cirne Lima, Ivo Waldemar Romero, Frederico Falk, Armando Dias de Azevedo e Dámasco Rocha". A esses grupos de opinião e de pressão acrescentava-se o governo, através do aparato policial e jurídico assentado contra tudo que fosse remanescente da ANL e de Luis Carlos Prestes, considerada a liderança mais significativa de oposição a Getúlio Vargas.

Nessas condições, o caso Caio Prado, no Instituto, não passou de um incidente, provocando redobrados cuidados e precauções dos membros da Instituição, altamente dependente do governo do Estado pois, embora instituição privada, funcionava nas dependências do Museu e Arquivo Histórico do Estado.

Referências

ABREU, Alzira Alves de; et. al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

AMADO, Jorge. **Homens e coisas do Partido Comunista.** Rio de Janeiro: Editor Horizonte, 1946.

BARATA, Agildo.**Vida de um revolucionário:** memórias. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BASBAUN, Leôncio. **História sincera das repúblicas.** 3.ed. São Paulo: Fulgor, 1968.

BEIGUELMAN, Paula. **Os companheiros de São Paulo.** São Paulo: Edições Símbolo, 1977.

BERTONHA, João Fábio. Entre a bombacha e a camisa negra: notas sobre a co do fascio italiano e o integralismo no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, n.2, 1998. p.247-268.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva:** as duas almas do Partido Comunista 1920/1964. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

CAMURÇA, Marcelo de A. Intelectualidade rebelde e militância política: adesão dos intelectuais o partido comunista brasileiro (1922-1960). **Revista de História, Juiz de Fora**, v.4, n.1, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. 2.ed. São Paulo: Global, 1981.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Cultura amordaçada**: o deops e o saneamento ideológico. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos idéias malditas e o deops e as minorias selecionadas.** São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

CARONE, Edgard. **O marxismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Dois Pontos Editor, 1986.

CIBILS, Luis Alberto. **Trajetória do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**: fundação até a inauguração da sede definitiva. Porto Alegre: UEB/RS, 2005.

D'INCAO, Maria Ângela. **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora Brasiliense/UNESP,1989.

DOPS. **A lógica da desconfiança.** Rio de Janeiro: Secretária de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996.

ECUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr.**: o 1° marxista brasileiro. Revista da USP, São Paulo, n.38, 1998.

FERRANTE, Vera B. (Org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 179-192.

GERTZ, René. **Germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GIDDENS, Anthony. **O estado-nação e a violência**. São Paulo: EDUSP, 2001.

GUIMARÃES, Silvana Goulart. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero Editora, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Os intelectuais e o antifascismo**. In.: _____. História do Marxismo. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v.9.

IGLÉSIAS, Francisco. **Um historiador revolucionário**. In: IGLESIAS, Francisco (Org.). Caio Prado Junior: história. São Paulo: Ática, 1982. p. 7-44.

IUMATI, Paulo Teixeira. **Diários políticos de Caio Prado Junior**: 1945. São Paulo: Brasiliense, 1998.

JOFILY, José. **Harri Berger**. Rio de Janeiro/Curitiba: Paz e Terra/UF Paraná, 1987.

KONDER, Leandro. **Intelectuais brasileiros e marxismo.** Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1991.

LAPA, José; AMARAL, Roberto do Amaral; PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. São Paulo: Senac, 1999. p. 257-272.

LEVI, Darrell E. **A família Prado.** São Paulo: Cultura 70, 1977.

MACHADO, Dyonélio. **O pensamento político de Dyonélio Machado**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/Museu Júlio de Castilhos, 2006.

MACHADO, Dyonélio. **Memórias de um pobre homem**. Porto Alegre: IEL, 1960.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **A dinâmica de um pensamento crítico**: Caio Prado Junior (1928-1935). São Paulo: USP, 1998.

MARTINS, Ivan Pedro de. **A flecha e o alvo**: a intentona de 1935. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1994.

MOTA, Lourenço Dantas; FERREIRA, Oliveiros S.; MARTINS, Carlos Estevam. **Caio Prado Junior**: é preciso deixar o povo falar. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). A história vivida. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981. p. 300-320.

NEVES, Gervásio Rodrigo. 1920: a fundação do IHGRGS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.135, 2000. p.13-36.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Ideais e lutas de um burguês progressista**: o Partido Democrático e a revolução de 1930. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

NOVAES, Fernando. Caio Prado Junior: historiador. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n.2, 1983.

NOVAES, Fernando. Caio Prado Junior na historiografia. In.: MORAES, Reginaldo; REGO, Rubem Murilo Leão. CPJr.: sentimento do Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, n.38, 1998.

NOVAIS, Fernando A. **Caio Prado Jr. na historiografia brasileira**, In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Orgs.). Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.9-26.

PALMARTCHUK, Ana Paula. **Os novos bárbaros**: escritores e comunismo no Brasil. 1928-1948. Campinas: UNICAMP. Janeiro, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. História de um coajuvante do tenentismo. São Paulo, **Folha de São Paulo**, p.A 25, 11 de jul. 1987.

PINHEIRO, Pulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRADO JUNIOR, Caio. **Caio Prado Junior e o "Juca Pato"**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1983.

REIS FILHO, Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**: o impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Edit. Paz e Terra, 1991.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo/2000.

RODRIGUES, Edgar (org.) Documentos sobre fascistas e anti-fascistas no Brasil. Disponível em:<www.ebooksbrasil.org>

S.T.A.R. **Catalogo geral (official)**: guia do touriste: exposição do centenário farroupilha. Porto Alegre: Oficinas Gráficas Livraria do Globo, 1935.

SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Junior na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: MAUAD / FAPERJ, 2001.

SEGATTO, José Antônio; NETTO, José Paulo; RAMOS NETO, José; SACCCHETTA, Vladimir. **PCB memória fotográfica 1922-1982**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. 5.ed. Paz e Terra: Rio e Janeiro, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Edit. Civilização Brasileira, 1979.

SPALDING, Walter. Professor Tupi Caldas. **Boletim Municipal**, Porto Alegre, v. 9, n.23, 1946, p.65-67.

TILL, Rodrigues. **Dyonélio Machado**: o homem, a obra. Porto Alegre: ERT Edições, 1955.

TRINDADE, Hélgio. **La tentation fasciste au Brèsil dns les années trente.** Paris: Édition des Sciences de l'Homme, 1988.

VIANN, Marly de Almeida. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VICENT, Gerard. **Ser comunista? Uma maneira de ser**. In.: _____. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. v.5.

VILLAS-BOAS, Pedro. **Notas de bibliografia sul-riograndense**. Porto Alegre: A Nação/SEC, 1974.

WILLIAMS, Margaret Todaro. Integralism na the Brazilian Catholic Church. **Hispanic American Historical Review,** v.54, n.3, 1974.

Fontes documentais

CORREIO DO POVO, Porto Alegre

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre.

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. Estado do. Cópia da certidão de documentos enviados pela Polícia do Estado do Rio grande do Sul e referente ao Dr. Caio Prado Júnior. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO, Estado de. Prontuário, referente a Caio Prado Junior. DEOPS, São Paulo.

IHGRGS. Atas das reuniões da Diretoria. 1935 e 1936.

IHGRGS. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1935 e 1936.

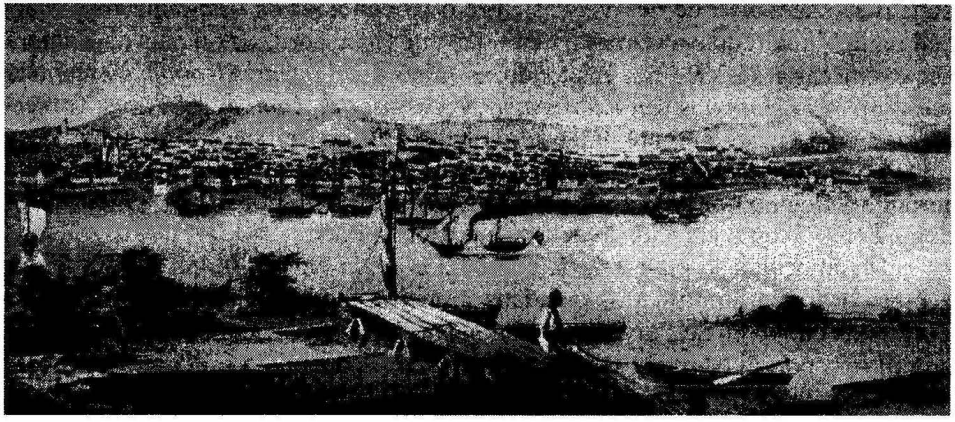
IHGRGS. Correspondência passiva e ativa. Dezembro de 1935 a março de 1936.

NOTAS SOBRE OS PRIMÓRDIOS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM PORTO ALEGRE

Gervásio Rodrigo Neves[1]
Liana Bach Martins[2]

Resumo: O texto aborda o abastecimento de água em Porto Alegre, desde sua fundação até a década de 1860, quando foi fundada a Companhia Hidráulica Porto–Alegrense, encarregada de distribuir água à população. Com base nas Atas da Câmara Municipal, acompanhou-se as demandas da população e os esforços do poder público para levar a água potável à cidade através de poços ou pontes sobre o rio e a preocupação com a captação de água nos mesmos locais onde o lixo era jogado até a decisão de contratar os serviços de uma companhia particular.

Palavras-chaves: Porto Alegre. Abastecimento de Água. Câmara Municipal. Fontes.



[1] Presidente do IHGRGS (2006-2008).
[2] Licenciada em História, Mestranda em Geografia – UFRGS. Pesquisadora do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Referência imagem: WENDROTH, Rudolph Hermann. **Porto Alegre vista das ilhas**. 1852. Reprodução de aquarela. [As pontes de madeira serviam tanto para aportar os barcos, como para a população retirar água do rio].

O abastecimento de água para as áreas urbanas sempre foi uma das preocupações essenciais de qualquer civilização urbana. Desde a Antiguidade, passando pelas civilizações pré-colombianas até as cidades da Idade Moderna, a captação da água potável era essencial para a manutenção da saúde e da salubridade das populações urbanas. Na Roma Antiga, intricados e sofisticados aquedutos conduziam a água das fontes naturais até o centro das cidades romanas, em um sistema de desnível muitas vezes milimétricos, tendo por objetivo o abastecimento das termas públicas, das fontes públicas e, inclusive, das residências das famílias patrícias.

A abundância de água potável existente na América fez os portugueses nos primeiros tempos despreocuparem-se com a construção e transporte da água potável. Em Porto Alegre, os primeiros habitantes captavam a água para beber junto às margens do lago Guaíba e essa mesma água servia para todos os outros usos diários. Entretanto, no mesmo Guaíba eram depositados os dejetos da cidade.

Nas atas da Câmara de Porto Alegre de 1780, aparecem as primeiras referências a este problema, quando, em 19 de fevereiro, os vereadores resolvem sobre o conserto de uma fonte situada fora do portão da cidade: *"...acordão que se fizesse uma fonte dentro desta vila para bem comum do povo, cuja se faria no lugar mais cômodo para o povo; e de melhor água..."*[3] Neste mesmo ano, os vereadores resolvem construir *"uma fonte dentro desta Vila"*. Entretanto esta construção será alvo de desavenças entre o Governador da Capitania José Marcelino de Figueiredo e a Câmara, tanto que em 15 de abril, os oficiais da Câmara escrevem carta ao Vice-rei, relatando as prisões e *"arbitrariedades cometidas por José Marcelino aos vereadores e ao procurador da Câmara"*.[4] Para o Governador a construção da fonte não estaria dentro das especificações exigidas. Essa fonte passou a ser conhecida como o poço, situando-se hoje na esquina da Rua Jerônimo Coelho com a Av. Borges de Medeiros, mas, por muito tempo, foi o nome como ficou conhecida aquela rua: a Rua do Poço.

A preocupação com a água continua e ainda em 1780, no dia 22 de dezembro, a Câmara notifica os cidadãos Francisco de Magalhães Menezes Lara e Antonio da Alves de Paiva para franquearem passagem em seus terrenos aos moradores, por ali haver água potável e será construída uma fonte pública.[5] Este dispositivo fazia parte da tradição do direito municipal português: o direito de passagem para chegar às fontes de água potável. Assim no ano seguinte, a Câmara publica no dia 12 de março, o edital para a arrematação da obra da fonte a ser construída nos terrenos de Lara e Paiva, que deveria ser de pedra lavrada, com 12 palmos de altura.[6] Em 22 de março de 1794, os vereadores mandam construir uma fonte em praça pública, para abastecer os soldados e a população, provavelmente situada próxima ao quartel.[7]

[3] Idem, p. 160.
[4] Idem, p. 178.
[5] Idem, p. 188.
[6] Idem, p. 241.
[7] AHMV – 1.1.1.9. Livros de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre – 1829 – 1830. p. 56.

Em 1829, na sessão da Câmara de 17 de junho, os vereadores discutem os benefícios do conserto e da conservação de uma fonte de água na descida para a Várzea, assim como todas as demais. Essa fonte era a mesma que havia sido consertada em 1780, que ficava fora do Portão. Em 1830, a preocupação com a água crescia, em função do próprio crescimento populacional e espacial da cidade, tanto que em 23 de junho, o procurador é acionado para fornecer os dados que a Câmara já solicitara sobre a *"existência de fontes de água potável na cidade e imediações."*[8]

Essa preocupação com os locais para captar a água para o consumo está intimamente ligada com a questão relativa à poluição causada pelo acúmulo de lixo ou dos despejos de esgotos no Guaíba, tanto que nas posturas municipais e nos editais a partir de 1829 aparecem referências aos locais onde devem ser feitos os despejos, sob pena de multas àqueles que as transgredirem.[9] Em 1831, a Câmara preocupou-se em nomear uma comissão, que aparece na ata de 25 de junho, para *"examinar se nas vizinhanças desta cidade existem alguns arroios, córregos ou nascentes de água que possam ser conduzidos a esta cidade, a fim de se estabelecerem fontes para abastecimento da mesma e, no caso afirmativo fazer levantar a planta de um aqueduto para a mesma condução e dos chafarizes respectivos."*[10] Entretanto não se encontrou os resultados do estudo desta comissão.

Com o cerco realizado pelos farroupilhas a Porto Alegre, entre os anos de 1836 e 1840, tanto os gêneros alimentícios, como a água potável, são preocupações constantes dos vereadores. O Guaíba torna-se a alternativa mais fácil para o abastecimento e após estudos concluem que a água deva ser retirada o mais distante das margens e para tanto nomeiam uma comissão para encontrar o local adequado para a construção de uma ponte sobre o rio para que a população possa retirar essa água.[11] Nos anos seguintes, os vereadores continuam discutindo o assunto da poluição e aprovam a seguinte proposta, em 29 de outubro de 1842,

> *"Sendo bem conhecido o qual é prejudicial à saúde pública o fazerem despejos nos lugares onde se tira água para o uso da vida proponho:*
> *Artigo único: fica revogado o artigo cinqüenta das posturas na parte em que diz, servir de despejos os lugares designados entre as ruas de Bragança e Clara."*[12]

Entretanto, a população continua exigindo ações em busca de soluções para o problema da água. Em 8 de maio de 1843, os vereadores recebem requeri-

[8] Idem, p. 270.
[9] Idem, p. 291.
[10] AHMV – 1.1.1.10. Livros de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre – 1830 – 1832. p. 117.
[11] AHMV – 1.1.1.13. Livros de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre – 1839 – 1846. p. 32.
[12] Idem, p. 169.

mento de cidadãos para que se construa uma nova ponte para retirar água e pedem subscrições, pra tanto, a Câmara nomeia uma comissão para o estudo.[13]

Em 1846, a Câmara recebe uma representação de cidadãos pedindo que se colocasse vigias em ponte para retirar-se água, e, assim, coibir os despejos de "imundícies" ali continuavam sendo realizadas ilegalment[14]. Essa se manifesta confirmando o recebimento de um ofício do Governador, datado de 26 de maio do mesmo ano, comunicando que já providenciara guardas sentinelas na ponte de tirar água, para que ali não ocorram despejos de lixo.[15]

Novas pontes serão construídas por particulares ou em terrenos públicos nos anos seguintes. Em 1846, o Governador Conde de Caxias manda construir uma ponte de 200 palmos junto ao Cais do mercado e, no ano seguinte, os vereadores pedem esclarecimentos à presidência da República sobre terreno na Rua Nova da Praia, na saída do Beco João Ignácio, para que fosse construída no local uma nova ponte.[16] Ainda em 1847, o procurador comunica em ofício de 24 de setembro, que a enchente destruiu uma das pontes de retirar água.[17] Esse problema será solucionado no ano seguinte, quando em correspondência datada de 7 de março, o Presidente da Província João Capistrano de Miranda e Castro aprova a construção de uma nova ponte para retirar água ao lado do cais do mercado.[18]

A partir da década de 1850, o poder público representado pela Câmara muda a estratégia e volta a preocupar-se com a construção de fontes e chafarizes, frente ao crescente problema dos despejos fecais nas margens do Guaíba e de sua punição.[19] Para tanto, recebe comunicado da Presidência da Província, informando que as verbas para a construção de chafarizes e fontes devem ser incluídas no orçamento municipal[20] e concordando com a necessidade de sua construção, uma vez que há muito lixo nas praias. A nova fonte, datada de 1852, localizava-se na Rua da Margem, hoje, João Alfredo, junto à travessa do Carmo, ficando conhecida como Fonte do Bello, em alusão ao Vice-Presidente da Província, Oliveira Bello, que a mandara construir. Em 1857, é inaugurada a chamada "Fonte dos Pobres", situada na Rua do Arvoredo, atrás do Palácio Provincial. E, no ano seguinte, uma nova fonte é construída na Praça da Harmonia, com a água bombeada do canal do Guaíba.

Na década de 1860, o abastecimento de água toma um novo rumo com a fundação da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, que arremata o contrato de captação e distribuição de água potável à população da cidade. Pelo contrato, a

[13] Idem, p.186.
[14] AHMV – 1.1.1.14. Livros de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre – 1846 – 1850. p. 2
[15] AHMV – 1.3.1.1/18. Correspondência Recebida – 1846.
[16] AHMV – 1.1.1.14. Livros de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre – 1846 – 1850. p. 21
[17] AHMV – 1.1.1.14. Livros de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre – 1846 – 1850. p. 34
[18] AHMV – 1.3.1.1/20. Correspondência Recebida – 1848/49.
[19] AHMV – 1.1.1.14. Livros de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre – 1846 – 1850. p. 102.
[20] AHMV – 1.3.1.1/21. Correspondência Recebida – 1850.

companhia iria buscar a água junto as nascentes do Arroio Dilúvio e conduzi-la a cidade através de tubulações até o seu reservatório, junto à Praça da Matriz, onde era distribuída em chafarizes ou nas casas que adquirissem o serviço.

Esta será uma nova etapa do abastecimento de água na cidade, pois a partir dali torna-se um produto a ser consumido e, naturalmente, a população pagará pelo serviço e pela comodidade de ter a água na sua casa.

Fontes Primárias

AHMV (Arquivo Histórico Moysés Velinho) - Livros de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre – 1766-1850

AHMV (Arquivo Histórico Moysés Velinho) - Correspondência Recebida – 1846-1850

ATUAIS MUNICÍPIOS NA ANTIGA REGIÃO DO CAMAQUÃ

Luis Alberto Cibils[1]

Resumo: O texto arrola os processo de criação e instalação dos municípios na região do Camaquã, ou seja, Barra do Ribeiro, Camaquã, Arambaré, Cerro Grande do Sul, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano, Guaíba, Mariana Pimentel, Sentinela do Sul e Tapes. São ressaltadas a legislação que deu origem ao município, a instalação dos poderes municipais e suas delimitações territoriais.

Palavras-chave: Administração. Divisão Administrativa. Legislação. Município. Rio Grande do Sul.

Ela se caracterizou por vicissitudes, lutas e vitórias. A vida administrativa do Rio Grande do Sul tem início a 19.02.1737 com a fundação do **Forte e Presídio Jesus-Maria-José**. Era a fase do Governo dos Comandos Militares.

Em 1780 a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo é dividida em dois distritos, sendo que um deles compreendia a parte meridional do Guaíba até o rio Camaquã. Era administrado pelo Cap. da Cavalaria Auxiliar Evaristo Pinto Bandeira.

Provisão-Régia de 07.10.1809 cria quatro Vilas na Capitania do Rio Grande de São Pedro, sendo uma delas a povoação de **Porto Alegre**, que se instalou a 11.12.1810, incluindo a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, criada a 04.09.1759, com as freguesias de São João, Dores e Barra do Ribeiro. A freguesia de Triunfo abrangia os territórios até o rio Camaquã.

Município de Dores de Camaquã

Com a Lei 402, de 16.12.1857, é criada a Vila das Dores de Camaquã (município), incluindo a Freguesia de S. João e Barra do Ribeiro, assinada pelo conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz.

Há esse tempo, no Império, as Vilas eram administradas por um regime colegiado, as "Câmaras Municipais". Depois de eleitos, os Vereadores de Dores foram empossados a 12.05.1858: João Gomes Martins, Antonio Gomes de Lima, João Batista Soares, Patrício Vieira Rodrigues, Reginaldo Silveira Ribeiro e Francisco Barbosa Filho.

---

[1] Membro efetivo do IHGRGS.

Foi declarado extinto o município através da Lei 474, de 04.11.1861. A Lei 569, de 19.04.1864, cria o Município de São João Batista de Camaquã, incluindo Dores de Camaquã. Torna-se Dores de Camaquã novamente município com a Lei 975, de 19.04.1875, sem incluir Barra do Ribeiro, que permanece com Porto Alegre. O Governo Provisório, com o Ato nº94, de 22.08.1876, divide o município em três distritos especiais.

O primeiro intendente foi o líder republicano Manoel da Cunha Vasconcelos. Através do Decreto 1.692, de 23.01.1911, Dores, pela quarta vez, passa a pertencer a Porto Alegre. É a tentativa de Tapes de ser a sede municipal. Novamente, é criado o município de Dores de Camaquã, com o Decreto 1993, de 25.06.1913, assumindo em 1° de julho o Intendente Provisório Inácio dos Santos Abreu.

Depois de vários recursos, em 12.05.1929, o Intendente Adiles de Araújo Peixoto TRANSFERE A SEDE MUNICIPAL DE DORES PARA TAPES, tomando com o Ato 179 o nome de MUNICÍPIO DE TAPES.

Município de São João Batista de Camaquã

A Lei 569, de 19.04.1864, cria o Município de São João de Camaquã, incluindo Dores de Camaquã, como já dissemos. Eleitos, os primeiros Vereadores foram empossados a 07.01.1865: Isaias Rodrigues Mendes, César Augusto Moreira Pantaleão, Joaquim da Silva Brandão, Mauricio de Souza da Silva, João Ventura Centeno, Patrício Vieira Rodrigues Filho e João Batista de Oliveira Brandão. A 3 de julho assume o Vereador mais votado, Cap. Bento Gonçalves da Silva Filho, que estava no Uruguai a serviço do exército.

Com a Proclamação da Republica, o Visconde de Pelotas, primeiro governador Político do Estado, dissolveu, pelo Ato 72, de 28.02.1890, a Câmara de São João Batista de Camaquã e nomeia uma Comissão composta dos cidadãos José Antonio Neto, Antonio da Silva Crespo, Manoel Crescêncio de Souza, sob a presidência do primeiro, para administrar provisoriamente os negócios daquele município, com as mesmas atribuições conferidas às Câmaras.

Eleito o Conselho Municipal de 03.10.1891, empossado a 15 de novembro, aprovou a primeira Lei Orgânica, em 03.10.1892, promulgada a 10 de novembro, pelo primeiro Intendente do Município Cel. Cristóvão Gomes de Andrade, que governou o município por 3 períodos.

Município de Guaíba

Em 14.10.1926, é criado o Município de Guaíba, incluindo Barra do Ribeiro, através do Decreto 3.697, de 14.10.1926, antes pertencentes a Porto Alegre, assinado pelo Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros.

Foi nomeado Intendente Provisório o Bacharel João Pompilho de Almeida Filho, e dia 18 é instalado o Município. Decreto do Intendente Provisório

considera Mariana Pimentel 3° Distrito e nomeia Latino Peres Martins seu 1° Subintendente. E, 01.11.1926, é criado o 4° Distrito: Sertão Santana, com porções territoriais de 2° e 3° Distritos de Guaíba.

Município de Barra do Ribeiro

Após a realização do plebiscito, o Governador Leonel Brizola, com a Lei 3.719, de 17.02.1959, cria o Município de Barra do Ribeiro, perdendo Tapes porção de seu território de Douradinho até o Guaíba e arroio Araçá. Foi marcada a data para eleição em 24.05.1959, tendo sido eleito o primeiro Prefeito José Alcebíades Gattino que governou por três períodos.

Entre outras, a Sesmaria concedida a Antonio Alves Guimarães por D. Luiz de Vasconcelos e Souza, em 1780, incluía as Fazendas do Brejo, Mangueira e Estância Velha, na Barra do Ribeiro.

Antonio era filho de Antonio Meleiro e de Maria Gomes, nascido em 1725, na Freguesia de S. Lourenço do Prado, termo de Melgaço, Arcebispado de Braga, em Portugal.

Zeferino Vieira Rodrigues F°, nascido na Barra do Ribeiro, a 06.01.1834, onde batizou-se a 20 daquele mês, era poeta popular e sobrinho do Cel. Patrício Vieira Rodrigues.

Na Revolução Farroupilha, Francisco Pedro de Abreu, o "Chico Pedro" ou "Moringue", junto com seu irmão Major Paulo José de Abreu, em 1937, organizaram o "Esquadra da Barra", com que fizeram frente aos Farrapos e, em 1840, com grandes vitórias.

Município de Dom Feliciano

Através da Lei N° 4.635, de 09.12.1963, o Governador Ildo Meneghetti cria o Município de Dom Feliciano, constituído territórios do mesmo nome e parte de Amaral Ferrador, pertencentes a Encruzilhada do Sul; parte do Distrito de Quintéria, pertencentes a S. Jerônimo e parte de Camaquã.

Suas divisas são: ao norte, começa na confluência do Arroio Ibiquara (ex-passo fundo), com o Arroio Itatecui Mirim (ex-Capivari dos Matos); A leste, começa na confluência do Arroio Itatecui Mirim com o Arroio Itatecui; Ao sul, começa na confluência do Arroio Sutil com o Arroio Tabará; a oeste, começa na confluência do Arroio Jurapilé com o Arroio dos Ladrões.

O futuro prefeito, Vice e Câmara Municipal terão seus mandatos concluídos em 3.12.1967.

Município de Cristal

Emancipou-se com a Lei 8.583, de 29.04.1988, assinada pelo Governador Pedro Simon, com território antes pertencido a Camaquã e São Lourenço, limitando-se; ao Leste, com a divisa, iniciando na intercessão da BR 116 com a estra-

da que se dirige à Pacheca; ao Sul, com parte de São Lourenço do Sul e Canguçu, e, ao Norte, com divisa em Encruzilhada do Sul e Camaquã.

Dividido pelo Rio Camaquã, esse município contém a casa que foi de Bento Gonçalves da Silva onde se realizaram inúmeros encontros históricos. O antigo Coronel de Milícias, depois oficial do Exército, graças a seu valor militar, organizou o movimento de 1835, quando deputado da Província e, recolhido a essa fazenda, o grande general, na impossibilidade da vitória, voltou pobre, após a revolução, às atividades privadas que se reiniciaram favorecidas pelo auxilio de seu amigo Major Dionísio Amaro da Silveira, que lhe emprestou 100 animais. Faleceu a 18.07.1847, no Hospital de De José Gomes de Vasconcelos Jardim, em Guaíba, onde foi sepultado. Depois removido para a Fazenda do Cristal e, posteriormente, para Rio Grande.

Município de Cerro Grande do Sul

Arthur Jenisch foi fundador da "Colônia Rio Grande" em 1908. Comprador de terras, as dividiu em lotes para vendas. Foi Subintendente e por oito anos desempenhou as funções de Juiz Distrital.

Nascido em São Jerônimo a 21.01.1856, era filho de Augusto Carlos Jenisch e de d. Maria Antonia Tavares. Em sua cidade natal, casou-se com D. Idalina Gonçalves de Abreu, tendo nove filhos: Luis, Emilio, Maria Angélica, Serafina e Celina, casada com Armando Endres, risicultor.

Esse 3° Distrito de Tapes emancipou-se com a Lei 8.619, de 12.05.1988 assinada pelo Governador Pedro Simon. É constituído por área de Tapes, ficando limitado ao Leste, com esse município, iniciando na confluência dos arroios Ribeiro e Porto Alegre; ao Sul, com o Município de Camaquã, no arroio Limeira até uma nascente; ao Oeste, também com Camaquã, no arroio Formoso até o arroio Velhaquinho; ao Norte, com propriedade particular no Município de São Jerônimo. Seu primeiro prefeito foi Eduardo Danelon.

Município de Sentinela do Sul

Em 20.03.1992, desmembra-se a Vila Vasconcelos de Tapes (antiga Dores de Camaquã) tomando o nome de Sentinela do Sul, através da Lei 9.584, assinada pelo Governador Alceu Colares, onde seu primeiro prefeito foi Luzardo Pacheco Albear.

A denominação Vila Vasconcelos foi dada em homenagem a seu líder republicano Manoel de Cunha Vasconcelos, 1° Intendente de Dores de Camaquã.

Durante o Império, foi seu líder o Cel. Patrício Vieira Rodrigues, Vereador e Comandante do Esquadrão de Cavalaria de Guarda Nacional da região, depois foi o fundador da cidade de Tapes.

Na Revolução Federalista, de 1893, os revolucionários se manifestaram ativamente em Dores, sob a chefia de Gumercindo Vitório e do Cel. Estácio

de Azambuja, obrigando o Intendente Vasconcelos a tomar varias medidas de represálias.

Durante a Revolução de 1923, Dores sofreu a ocupação de Zeca Neto a 15 de abril. Em 25 de junho sofreu novo ataque, quando o Vice-Intendente Narciso Barbosa, atacado em sua residência, reagiu com a família de 14 filhos de ambos os sexos.

Município de Arambaré

Emancipa-se com a Lei 9.603, de 20.03.1992, assinada pelo Governador Alceu Colares, constituído pelo distrito do mesmo nome, pertencente ao Município de Camaquã e parte do Município de Tapes. Seu primeiro Prefeito foi Alaor Pastoriza Ribeiro.

O Cap. Francisco Xavier de Azambuja, além de ter recebido terras em Viamão, em 1732, deu inicio à fundação de Triunfo e possuía grande fazenda em Santo Amaro. Estabeleceu nova fazenda à esquerda e foz do Arroio Velhaco (Cibilslândia); a posse da mesma só foi recebida por sua viúva Rita de Menezes em 1780, concedida por José Marcelino de Figueiredo. É a sesmaria "Capão do Meio" descrita em abril de 1912, pelo Agrimensor Francisco José Simch, medida e dividida em 1916, pelo Eng. Antão de Farias, com 171.636.800,00 m² e "Sobras" 2.820 braças e 7 palmos.

Em 1893, os "Maragatos" atacaram, na Barra do Velhaco e, diante de sua presença, a população retirou-se em barco existente no porto, ficando ao largo, até a retirada dos mesmos. A localidade tentou várias denominações como Tiradentes, Paraguassu e, por fim, Arambaré.

Município de Mariana Pimentel

Inicialmente conhecida como Potreiro Grande, teve a concessão de Sesmaria pelo Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza, em 1784, para Domingos Ribeiro da Cunha. Este era filho de Manoel Ribeiro da Cunha, nascido em Portugal, em 1728. Foi o primeiro povoador dos campos situados entre os arroios Ribeiro (ao qual deu esse nome) e Capivaras (hoje Passo Grande). Teve, em 1784, confirmada a "Sesmaria N. Sra. das Candeias".

Domingos foi batizado em Triunfo, em 1769, e casado em 1792, com Escolástica Rodrigues Barbosa de Viamão, com quem teve grande descendência.

No ano de 1892, o Comendador Eduardo Secco iniciou a colonização de Sertão Santana, com a venda e demarcação de terras para imigrantes alemães, poloneses e depois italianos.

Ato 7, de 1892, do Intendente de Porto Alegre, considerava pertencente ao 6° Distrito a Colônia Mariana Pimentel e, em 02.01.1915, Ato 118, de 02.01.1915, torna a mesma 9° Distrito de Porto Alegre.

É criado o Município de Mariana Pimentel pela Lei 9.611, de 20.03.1992, assinada pelo Governador Alceu Colares, constituído pelo distrito do mesmo nome, pertencentes a Guaíba e parte do Município de Barra do Ribeiro.

Município de Chuvisca

LEI Nº 10.637, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1995

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - É criado o Município de Chuvisco, com área que se emancipa do Município de Camaquã.

Parágrafo único – O território do novo município é assim delimitado:

ao norte: começa no arroio Sutil, no ponto de encontro deste arroio com o travessão sul da Linha IV, seguindo por este travessão, em sentido geral leste, até atingir a estrada vicinal, Guaraxaim da Serra, continua por esta estrada, em sentido geral nordeste, até o entroncamento com a RS-350 e, por esta no mesmo sentido, aproximadamente 550m até o entroncamento com um caminho vicinal que liga a RS à estrada Picada Grande, segue por este caminho, em sentido geral leste, até o entroncamento com a estrada Picada Grande, continua poe esta estrada, em sentido geral norte, até o entroncamento com a estrada Cerro dos Coqueiros, prossegue por esta estrada, em sentido geral nordeste, até o entroncamento desta com a estrada da produção, também conhecida como estrada da viúva Rocke;

ao leste: começa no entroncamento da estrada Cerro dos Coqueiros com a estrada da produção, também conhecida como estrada da viúva Rocke, segue por esta estrada, no sentido geral sudeste, até a ponte sobre o arroio Duro (ponte da Serraria), continua por este arroio, a jusante, até seu entroncamento com um caminho vicinal, nas propriedades de Ricardo Tiets e Edson Venzke, segue por este caminho, em sentido geral sul, até seu entroncamento com a estrada Chácara da Limeira e, por esta, em sentido geral sudeste, por aproximadamente 400m, até o entroncamento com a estrada da Piriquiteira, seguindo por esta, em sentido geral sudoeste, até o entroncamento com a estrada vicinal para Boa Vista, deste entroncamento segue por linha seca, de sentido geral sul, aproximadamente 200m, entre as propriedades de Abílio Jacobsen e Janguta Nunes, até a nascente de uma sanga, afluente da margem esquerda do arroio Veadinho, segue por esta, a jusante, até a confluência com o arroio Veadinho e, por este, a jusante, até seu encontro com o um caminho vicinal (estrada Amâncio) junto a confluência do arroio Veadinho com o arroio Moinho, segue por este caminho, em sentido geral sudoeste, até sem entroncamento com a RS-350, seguindo pela RS-030, em sen-

tido geral sudeste, até seu entroncamento com a estrada secundária do Protásio e, por esta, em sentido geral sul, até seu encontro com o arroio dos órfãos, seguindo por este, a jusante, até a ponte na estrada secundaria que conduz ao Cerro Jobim; ao sul: começa na ponte da estrada secundaria que conduz ao Cerro do Jobim sobre o arroio dos órfãos, segue por esta estrada, no sentido geral norte, por aproximadamente 300 m, até seu entroncamento com uma estrada vicinal de sentido norte-sul, continua por esta, em sentido geral sul, até a bifurcação com a estrada vicinal que liga a estrada Capelinha/ Santo Antonio à estrada Palmeira, continua por esta estrada vicinal, em sentido geral oeste, até a bifurcação com a estrada Palmeira, deste ponto segue por linha seca, em sentido geral noroeste, de aproximadamente 150 m, até a nascente do arroio da Divisa, continua por este, a jusante, até a sua confluência com o arroio dos Carros, segue por este, a montante, até a confluência com a sanga Balestra, afluente de sua margem direita, segue por esta, a montante, até sua nascente, junto à bifurcação de dois caminhos vicinais, continua pelo caminho vicinal, em sentido geral norte, aproximadamente 400 m, até outra bifurcação, próxima à cota de 161 m, desta bifurcação continua por um caminho vicinal, em sentido geral oeste, aproximadamente 350 m, até se defrontar com a nascente sudeste do arroio da Garça, a qual alcança por linha seca, de sentido geral noroeste, de aproximadamente 50 m, continua pelo arroio da Garça, a jusante, até sua confluência com o arroio Sutil; ao oeste: começa na confluência do arroio da Garça com o arroio Sutil, segue por este, a montante, até o ponto de encontro deste com o travessão sul da Linha IV, ponto inicial.

Art. 2° - A sede do novo município é a localidade de Chuvisca.

Art. 3° - O município será instalado em 1° de janeiro de 1997.

Antonio Brito

A FISCALIDADE NA HISTORIOGRAFIA SOBRE O BRASIL E O RIO GRANDE DO SUL - DA AMÉRICA PORTUGUESA AO PRIMEIRO REINADO

Marcia Eckert Miranda[1]

Resumo: O texto aborda a fiscalidade na historiografia dos Rio Grande do Sul, inserindo-a nos quadros da historiografia brasileira. Apesar de ter sido abordada sob duas óticas distintas - veículo de opressão ou instrumento de reprodução social, de acumulação de capital e de integração econômica – a fiscalidade tem sido trabalhada como via de perpetuação de relações, ressaltando a continuidade. Busca-se ressaltar a riqueza e as perspectivas descortinadas por essa via de análise.

Palavras-chave: Brasil. Fiscalidade. História Econômica. Historiografia. Rio Grande do Sul.

A questão fiscal não é um problema novo na historiografia. A interação entre fiscalidade e guerra já foi apontada como um processo privilegiado na análise da construção dos estados modernos europeus,[2] evidenciando não apenas o papel

[1] Membro efetivo do IHGRGS; meckertm@terra.com.br.

[2] A transformação do sistema fiscal como indutora de outras mudanças foi abordada numa perspectiva pioneira por SCHUMPETER em **"The crises of the tax state"** (In: International Economic Papers. Nova York: MacMillan, 1954. International Economic Papers, no. 4). Tomando a transformação da fiscalidade como paradigma macro-estrutural que relacionava o desenvolvimento político e fiscal, Schumpeter estabeleceu uma relação entre as necessidades de recursos e a conformação do Estado, a qual nortearia a atuação deste em relação à sociedade. A partir da abordagem de Schumpeter, ganhou impulso a Sociologia Fiscal, originando interpretações que evidenciam a relação entre a fiscalidade e o surgimento e institucionalização dos governos representativos e outras transformações nas relações entre Estado e sociedade. Segundo Mick MOORE (Revenues, state formation, and the quality of governance in developing countries. **International Political Science Review**, v. 25, n. 3, p. 297-319, 2004), a sociologia fiscal sugere que o modo como o Estado empreendeu a mudança nos mecanismos de extração de recursos fiscais e de sua administração era delimitador da evolução do próprio Estado. Ver também Jurgen G. BACKHAUS (Fiscal Sociology: what for? Disponível em www.uniefurtde/finanwissenchaft/down/valedirectory_lecture.pdf. Acesso em: 13 de setembro de 2005). Especificamente a relação entre fiscalidade e guerra no processo de construção dos estados da Europa Ocidental foi explorada pelos trabalhos de Charles TILLY (Reflections on the history of european state-making. In: TILY, Charles (Org.). **The formation of national states in Western Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1975), K. A. STANBRIDGE (England, France and theirs North American colonies: an analysis of Absolutist State Power in Europe an in the New Word. **Journal of Historical Sociology**, v. 10, n. 1, Mar. 1997. p. 25) e Samuel E. FINER (State and nation-building in Europe: the role of the military. In: TILLY(Org.). The formation..., 1975). Em seus trabalhos, a fiscalidade e as necessidades ditadas pelo preparo e manutenção da guerra assumem o papel de impulsionadoras da progressiva concentração de poderes pelo soberano. Assim, a concentração de poderes associada à construção dos estados modernos europeus foi decorrência do progressivo alargamento do controle sobre a extração de recursos, movimento esse originado nas necessidades impostas pela preparação e promoção da guerra.

que os instrumentos associados às atividades extrativas e repressivas do Estado desempenharam na centralização do poder, mas também como veículos das tensões que envolviam imposições, esforços de cooptação, cooperação e subordinação entre os diferentes setores da sociedade e o centro concentrador de poder.[3]

No Brasil, a questão fiscal foi inicialmente abordada sob a ótica de homens que ocupavam papel destacado no Estado brasileiro no final do século XIX e início do século seguinte e que buscavam sistematizar o orçamento e a situação financeira do Império, como Viveiros de Castro, autor do *Curso de história tributária do Brasil*, publicado em 1915 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Liberato Castro Carreira, autor da *História financeira e orçamentária do Império do Brasil* publicado pela primeira vez 1889 e de Amaro Cavalcanti, autor da *Resenha econômico-financeira do ex-Império do Brasil* de 1890.[4]

Na historiografia brasileira contemporânea, a questão tributária tem sido abordada sob novas perspectivas, colocando questões originais.

Entre as novas problemáticas abordadas, encontram-se aquelas relativas ao conflito em torno do orçamento e da centralização de receitas pelo governo central, discutidas na tese de doutorado de Adalton Diniz intitulada *Centralização política e apropriação da riqueza: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889)*.[5] Outra perspectiva aborda a tributação e a administração fiscal em trabalhos desenvolvidos a partir do movimento de retomada da história administrativa nas instituições arquivísticas brasileiras e que foi impulsionado pelo trabalho *Fiscais e Meirinhos* desenvolvido no Arquivo Nacional sob coordenação de Graça Salgado.[6] Essa linha foi seguida pela dissertação de Viviane Tessitore que realizou um apurado levantamento do conjunto de tributos e da organização da administração tributária da província de São Paulo, e pela dissertação de Cláudia Elisabete da Silva, que explorou a relação entre o poder público e a esfera privada em São Paulo no século XIX, relação que envolvia a arrecadação de tributos e a administração tributária.[7]

[3] COSTA, Wilma Peres. Finanças e construção do Estado: fontes para o estudo da História Tributária do Brasil do século XIX. **América Latina em la Historia Econômica**. n. 13, enero-diciembre, 2000. p. 51-65.

[4] CASTRO, Viveiros de. Curso de história tributária do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 88, 1915; CARREIRA, Liberato de Castro. História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980; CAVALCANTI, Amaro. **Resenha ecônomico-financeira do ex-Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890; COSTA, Wilma Peres. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência. In: JANCSÓ, István (Org.). **A formação do estado e da nação brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 152.

[5] DINIZ, Adalton. **Centralização política e apropriação da riqueza**: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889). São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de São Paulo.

[6] SALGADO, Graça (Org.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil Colonial. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

[7] TESSITORE, Viviane. **As fontes da riqueza pública**: tributos e administração tributária na Província de São Paulo (1832-1892). São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo; SILVA, Cláudia Elisabete. **Contratos entre poder público e particulares na São Paulo Imperial** - 1820-1889. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História). - Universidade de São Paulo.

Geralmente associada a conflitos e tensões, a historiografia brasileira tem privilegiado a questão fiscal relacionada às revoltas e resistências surgidas no passado colonial. Nesse grupo destacam-se os trabalhos de Luciano de Figueiredo e de Kenneth Maxwell; obras que também indicam o potencial e a riqueza dessa temática, enfatizando as transformações da fiscalidade no relacionamento entre diferentes setores da sociedade e o Estado, evidenciando a tensão e o conflito que a envolveram, ressaltando as dinâmicas e diferentes formas de interação entre Estado e sociedade colonial em momentos distintos.

Luciano de Figueiredo em *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa* – Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1540-1761 (1996)[8] analisou as revoltas fiscais pré-pombalinas no Rio de Janeiro (1660), Bahia (1711) e Minas Gerais (1736) enquanto reações dos colonos à pulsão extrativa da metrópole, na medida em que se tornava evidente a contradição entre a carga tributária e as condições de vida adversas na colônia. Essas revoltas, destituídas de cunho transformador ou revolucionário, eram veículo de reivindicações da população da colônia que ansiava pelo restabelecimento de velhas práticas e pela proximidade do Rei. Na raiz desses movimentos, estavam as vexações e imposições associadas à defesa, originadas em autolançamento, mas sobre as quais os colonos haviam perdido o controle a favor de contratadores e companhias monopolísticas.

Kenneth Maxwell, no livro *A devassa da devassa*: a Inconfidência Mineira: Brasil – Portugal – 1750-1808[9] enfocando a Capitania de Minas Gerais, analisou a relação entre Portugal e Brasil no período de 1750 a 1808 buscando compreender as particularidades da Independência brasileira; demonstrou que as reformas pombalinas, no aspecto fiscal e militar, revolucionavam o sistema tradicional colonial. Mesmo sem que houvesse sido alterado o caráter espoliativo do fisco metropolitano, a renovação da estrutura fazendária e de seus instrumentos viabilizou a constituição de um novo arranjo de interesses, aproximando os grandes grupos coloniais dos negócios do Reino. Com essas reformas, abriu-se a oportunidade para que a oligarquia colonial participasse da administração da justiça, do fisco e de outros setores, provocando disputas internas e pressões locais sobre as autoridades. Esses movimentos constituíram-se no horizonte de novas tensões no sistema luso-brasileiro que, em Minas Gerais, culminariam na Inconfidência Mineira (1798).

Nos trabalhos acima citados, a questão fiscal foi explorada em vários aspectos, ou seja, da administração fiscal, dos instrumentos e instituições vincula-

[8] FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa** – Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1540-1761. , São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.

[9] MAXWELL, Kenneth R. **A devassa da devassa**: a Inconfidência Mineira: Brasil – Portugal – 1750-1808. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Estudos brasileiros, 22)

das à arrecadação e da estrutura tributária; assim, o sistema de contratos régios[10], o funcionamento das juntas da fazenda e das casas de fundição, o lançamento de derrama, a introdução do sistema de quintos ou de captação, a instituição de monopólios aparecem como questões potencialmente conflitivas. Na historiografia brasileira, esses aspectos ganharam grande destaque nos trabalhos sobre a Capitania de Minas Gerais, sem, no entanto, limitar-se ao período relativo à Inconfidência Mineira.[11]

No entanto, a fiscalidade, entendida de forma ampla como o exercício do poder de extração de recursos sobre a população de um território,[12] abrangendo tributos pagos sob a forma de moeda ou produtos, além de serviços de vários tipos, tem sido pouco explorada pela historiografia brasileira. Ainda que os tributos sejam o aspecto mais visível da fiscalidade, há uma gama outros mecanismos utilizados pelo Estado para extrair recursos da sociedade, como o recrutamento, a prestação de serviços voluntários, as requisições e confisco de embarcações, colheitas, animais, etc. Assim, a fiscalidade pode tornar-se uma importante via interpretativa, permitindo ampliar a análise, tomando-a não apenas como via geradora de tensões, mas também como veículo para a construção de alianças entre o Estado e diferentes setores da sociedade.

Nesse sentido, trabalhos originais surgiram, introduzindo novas problemáticas e criticando interpretações clássicas. Dentre esses, situam-se os trabalhos de Wilma Peres Costa e de João Fragoso.

[10] Instrumento das monarquias do Antigo Regime, Portugal utilizou largamente o sistema de contratos régios nas suas possessões ultramarinas, arrendando a particulares o poder de exercício de certos direitos, seja a arrecadação de tributos, a exploração de monopólios ou a execução de algumas despesas. Os contratos de arrecadação de tributos, geralmente com duração de três anos, previam o pagamento em parcelas de um valor determinado pelo rematante ao Erário Régio, em contrapartida, o rematante podia exercer o direito de cobrar o tributo em uma determinada região, lucrando com a diferença entre o valor devido à Fazenda Real e o que fosse efetivamente arrecadado (HESPANHA, Antônio Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num Império Oceânico. In: MATTOSO, José. História de Portugal. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 325; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O estado português no Brasil: sistema administrativo e fiscal. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. **Nova história da expansão portuguesa**: o Império luso-brasileiro (1750-1822). Lisboa: Estampa, 1986. v. 8, p. 284-288).

[11] Nessa linha inserem-se os trabalhos recentes de Fernando Gaudereto LAMAS (**Os contratadores e o Império colonial português**: um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva. Niterói, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense), de Luiz Antônio Silva ARAUJO (**Contratos e tributos nas Minas Setecentista**: o estudo de um caso – João de Sousa Lisboa (1745-1765). Niterói, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense).

[12] SALAS, Luis. La fiscalidad, el estado moderno y la historiografia nobiliária: estados fiscales y nobleza castellana (siglos XVI y XVII). Tiempos Modernos, n. 8, maio/set. 2003. Disponível em: <http://www.tiemposmodernos.org/wiewarticle.php?id=32&layout=html>. Acesso em: 14 nov. 2005.

Wilma Peres Costa, no texto Do domínio à nação: *os impasses da fiscalidade no processo de Independência* (2003), ressaltou o potencial e a importância dessa perspectiva para a análise da formação do Estado no Brasil. Observando a especificidade do caso brasileiro, onde a construção do Estado foi um processo distinto do europeu, tendo por base as instituições, estruturas e ordem jurídica herdadas do passado colonial, a autora sugere a análise da fiscalidade como via para problematizar a construção do Estado como processo e não como herança do passado colonial e de continuidades, mas como veículo de tensões e conflitos, opondo o público e o privado, as províncias e o centro.[13]

Na década de 1990, a partir das pesquisas de João Fragoso,[14] a abordagem da fiscalidade ganhou impulso, associada a novas interpretações da história econômica do império luso-brasileiro e dos primeiros anos do I Reinado. Nesses trabalhos, os rematantes dos contratos de arrecadação de tributos residentes em Lisboa e no Rio de Janeiro ganharam destaque enquanto elite econômica do Império português, sendo o controle desse negócio régio um instrumento de acumulação autônoma de capital pela elite mercantil que se constituíra na colônia luso-americana. Essa abordagem corrobora a interpretação de Maria Odila Dias relativa à "interiorização da metrópole", segundo a qual, a partir de 1808, com a estruturação do Estado português no Brasil, fora resultado do "enraizamento de interesses portugueses" com a acomodação das elites coloniais a partir do Rio de Janeiro, cujos comerciantes estabeleciam as bases para seu papel destacado que exerceriam no processo de emancipação política.[15] No entanto, para Fragoso, esse processo antecederia à transmigração da Corte e fora alicerçado num movimento de acumulação endógena de capital pela elite mercantil fluminense.

A partir do trabalho de Fragoso, várias dissertações e teses defendidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense seguiram essa linha interpretava, analisando direta ou indiretamente a ação e influência dessa elite fluminense em outras regiões do Brasil, inclusive o Rio Grande do Sul.[16]

[13] COSTA, Finanças e..., 2000.

[14] FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

[15] DIAS, Maria Odila Silva. **A interiorização da metrópole** (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **1822**: dimensões. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

[16] Entre esses, além dos discutidos a seguir, foram desenvolvidas dissertações e teses nas quais a ação de contratadores e as relações entre esses e negociantes residentes na Capitania do Rio Grande de São Pedro é um aspecto abordado, ainda que sem ocupar um papel central na análise, mas como fator de reprodução de uma elite local e do estreitamento de relações com a elite mercantil sediada no Rio de Janeiro e no Reino. Entre elas podemos citar a tese de Fábio KHÜN (**Gente da Fronteira**: família e poder no sul da América portuguesa – Século XVIII. Niterói, 2006. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense) e as dissertações de Thiago Luís GIL (**Infiéis Transgressores**: os contrabandistas da fronteira – 1760-1810. Rio de Janeiro, 2002 Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro) e de Adriano Comissoli (**Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre – 1767-1808**. Niterói, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense).

Na historiografia sobre o Rio Grande do Sul, a fiscalidade também é um tema antigo.[17] Ainda que a questão fiscal tenha sido predominantemente explorada pelos trabalhos sobre a Revolução Farroupilha, recentemente novas pesquisas têm abordado a fiscalidade enquanto aspecto das relações econômicas lícitas ou não entre o Continente, outras regiões da colônia e a região platina, ou ainda, como mecanismo de integração mercantil da região ao Rio de Janeiro.

Assim, a historiografia sobre o Rio Grande do Sul pode ser dividida, quanto à abordagem da fiscalidade, em dois grupos de obras. O primeiro é formado pelos trabalhos que a discutem no âmbito da Revolução Farroupilha. Nesses, a fiscalidade é um elemento da manutenção de um determinado tipo de relação que se perpetua do passado colonial às primeiras décadas do século XIX e que, associada a outros fatores, potencializou o descontentamento dos farrapos com relação à Corte. Já o outro grupo, formado por trabalhos recentes, enfoca outros períodos históricos, especialmente o século XVIII, ressaltando a fiscalidade como aspecto dinâmico, interagindo nas relações de parentesco, nos negócios e nas relações entre estancieiros e autoridades régias. Em ambos os grupos, a maior parte desses estudos segue uma tradição interpretativa que associa a fiscalidade à continuidade de uma relação de caráter colonial entre a capitania e o centro político, seja ele Lisboa ou a "metrópole interiorizada no Rio de Janeiro".[18]

A noção da fiscalidade como veículo de opressão, expressão visível de um tratamento injusto e da desconsideração com relação a um passado de lutas da província já se encontrava claramente delineada no manifesto de Bento Gonçalves e de Domingos José de Almeida de 1838.[19] Abordagem que foi seguida por diversos historiadores que associam a preservação de uma fiscalidade colonial nas primeiras décadas pós-Independência à crise que culminou na eclosão da Revolução Farroupilha. Essa tradição teve origem na obra *História da República*

[17] Interessante observar que a questão fiscal aparece com freqüência em relatos de viajantes, funcionários régios e comerciantes que passaram ou viveram no Rio Grande do Sul no final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, como Sebastião Francisco Bettamio (Notícia particular do Continente do Rio Grande. In: Décio FREITAS. O capitalismo pastoril. Porto Alegre: EST, 1980), Domingos Alves Branco de Muniz Barreto (Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil. In: SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade**: do Rio Grande do Sul – século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional, 1984), August Saint-Hilaire (Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília. DF: Senado Federal, 2002) e Antônio José Gonçalves Chaves (**Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil**. 4. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2004).

[18] DIAS, A interiorização..., 1986.

[19] Refiro-me especificamente à Proclamação de Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida em Piratini, 29 de agosto de 1838 (MARTINS, Liana Bach; MIRANDA, Marcia Eckert (Org.). **Bento Gonçalves da Silva**: atas, propostas e resoluções da primeira legislatura da Assembléia Provincial (1835/1836). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2005. p. 327-337. (Perfis parlamentares gaúchos, 9). Projeto Memória do Parlamento, p. 327-337).

Riograndense de Joaquim Francisco de Assis Brasil publicada em 1882.[20] Partidário do sistema republicano e do federalismo, Assis Brasil enfatizou a antiguidade da idéia republicana na região, buscando demonstrar a existência de uma a relação conflituosa entre a província e o Império, o qual explorava os recursos do Rio Grande do Sul, sem atribuir-lhe o devido reconhecimento, pois "o regimen novo não era mais do que um prolongamento do velho e detestado, que as modificações tinhão sido apparentes.".[21] Os historiadores que seguiram essa idéia arrolam a indignação dos farrapos com o conjunto de tributos heterogêneo, que onerava injustamente os produtos rio-grandenses, com o orçamento discriminatório que negava o pagamento das dívidas da Guerra Cisplatina (1825-1828) e requeria recursos para o suprimento das necessidades do governo central e de outras províncias. Dentre esses historiadores, Helga Piccolo, Spencer Leitman e Fernando Henrique Cardoso destacam-se porque abordar a fiscalidade não apenas enquanto continuidade de uma relação passada, fomentadora de conflitos e divergências que desaguaram na Revolução Farroupilha, mas também por agregar outros aspectos à discussão da fiscalidade: sua inserção no processo de descolonização, sua relação com os limites estruturais da economia rio-grandense e com as dissensões que originou no interior da elite provincial.

Helga Piccolo inseriu a origem da Revolução Farroupilha no contexto das transformações decorrentes da Independência e da estruturação do Estado brasileiro, ressaltando a continuidade que marcou a história do Brasil na transição de colônia a país independente, seguindo a linha interpretativa de "interiorização da metrópole".[22] Nesta perspectiva, essa historiadora buscou as raízes do movimento rebelde na centralização e a internalização de interesses agrários e comerciais a partir do Rio de Janeiro em detrimento dos das demais províncias decorrentes do projeto joanino, perpetuando uma relação colonial, a partir de uma metrópole estabelecida no Centro-Sul do Brasil. Em três trabalhos *A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional, Da descolonização à consolidação da República: a questão do separatismo versus federação no Rio Grande do Sul, no século XIXI e O Rio Grande do Sul no processo de descolonização brasileiro.* A

[20] ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. História da república riograndense. In: BROSSARD, Paulo (Org.). **Idéias políticas de Assis Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989. Edição fac-similada. Essa obra e a História popular do Rio Grande do Sul de Alcides Lima (2. ed. Porto Alegre: Globo, 1935) foram lançadas em 1882, em comemoração ao 47° aniversário da Revolução Farroupilha pelo "Club Republicano 20 de Setembro", uma agremiação que congregava rio-grandenses que estudavam na Academia de Direito de São Paulo e que tinha entre seus objetivos o estudo da história sul-rio-grandense e da Revolução Farroupilha em particular (COSTA FRANCO, Sérgio da. **Julio de Castilhos e sua época**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade. 1988; MARTINS, Liana Bach. Bento Gonçalves e a Revolução Farroupilha: a construção do mito. In: MARTINS; MIRANDA; Bento Gonçalves..., 2005).

[21] ASSIS BRASIL, História...1989, p. 662-623.

[22] PICCOLO, Helga. A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 30-60.

Guerra dos Farrapos, Piccolo relaciona a Revolução Farroupilha ao processo de descolonização ainda não concluído.[23]

A autora afirma que, com a transferência da Corte para o Brasil em 1808, houve a "reorganização da metrópole na colônia", centrada no Rio de Janeiro, o que representou para as demais capitanias apenas "um recrudescimento dos processos de colonização portuguesa do século anterior".[24] Esse recrudescimento decorria da transformação da colônia em centro do projeto bragantino, associado a um "Estado monárquico, centralizado, ainda absolutista". Para isso, era objetivo da Coroa conter ou impedir o aparecimento de atividades contestatórias da situação colonial, ou seja, impedir que um movimento de descolonização ganhasse ímpeto, uma vez que as revoltas e movimentos sociais até então surgidos eram de caráter local ou regional. Esse "provincialismo" era até então tolerado e reforçado pela administração colonial e pela Coroa, como forma de atenuar a formação de laços entre as diversas regiões da colônia na América. Logo a fragmentação fora uma estratégia de governo na região colonial. Esse compartilhamento informal do poder entre o Estado português e as elites locais foi subvertido com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, já que o projeto bragantino buscava construir uma unidade contrapondo-se "às tendências centrífugas".[25]

Assim, a partir de 1808, com a progressiva "interiorização da metrópole", teve início um processo de centralização que implicava no fortalecimento do poder central em detrimento da autonomia dos poderes locais.[26] Nessa perspectiva, observamos que a relação metrópole x colônia teria assumido uma nova dimensão a partir de 1808, pois haveria uma inflexão na trajetória da colônia decorrente da transferência da Corte para o Rio de Janeiro. A interiorização da metrópole havia não apenas viabilizado o enraizamento de interesses na colônia, articulando a administração, interesses agrários e comerciais a partir do Centro-Sul do Brasil, mas também havia criado novas tensões nos demais territórios. Concordando com Maria Odila, que afirmava que a transferência da Corte na perspectiva das demais capitanias representava "um recrudescimento dos processos de colonização portuguesa do século anterior",[27] Helga Piccolo observa que, nessa época, teria se originado a cisão crescente de interesses entre os "senhores guerreiros" sul-rio-grandenses e o centro político, cujo poder centralizado implicava no cerceamento da autonomia até então vivenciada.

[23] PICCOLO, Helga. A Guerra ..., 1985; O Rio Grande do Sul no processo de descolonização brasileiro: a Guerra dos Farrapos. Cuadernos. AHILA, México, DF, n. 6, 1998. Disponível em: <http://www.ahila.nl/publicaciones/cuadernos.html>. Acesso em: 13 de fev. 2006; Da descolonização à consolidação da república: a questão do separatismo versus federação no Rio Grande do Sul, no século XIX. Indicadores FEE, Porto Alegre, v. 21, n. 3, 1993.

[24] PICCOLO, A Guerra ..., 1985, p. 33

[25] PICCOLO, Da descolonização..., 1993, p. 148

[26] PICCOLO, O Rio..., 1998, p. 2.

[27] DIAS, A interiorização..., 1986, p. 173.

No entanto, a Província de São Pedro também teria sido beneficiada pelo crescimento da atividade econômica decorrente da instalação da Corte no Brasil e, principalmente, pela política joanina em relação ao Prata. A interferência e posterior anexação da Banda Oriental foram em vários sentidos bem-vindas pelos estancieiros e charqueadores, eliminando a ameaça artiguista e franqueando o acesso às pastagens e ao gado daquela região.

A Independência do Brasil, sob a égide de D. Pedro I, colocou-se como uma alternativa pacífica de transição com a manutenção do *status quo*; seu significado político teria sido limitado "à autonomia política do poder colonial", sem mudanças significativas na estrutura administrativa anterior. A Constituição de 1824 também teria preservado a organização administrativa pré-existente, institucionalizando o "processo de interiorização da metrópole iniciado por D. João VI", subordinando as províncias à Corte no Rio de Janeiro.[28]

Mas, essa continuidade também estimulou divergências associadas à política financeira do Império e à centralização do poder, sendo a Confederação do Equador (1824) a primeira manifestação provincial de oposição à centralização. No Rio Grande do Sul, o desenrolar da Guerra Cisplatina, cujo comando fora entregue a militares inábeis, agravou o descontentamento, que também fora alimentado pelos conflitos entre as autoridades e representantes do governo central e os poderes locais. Esses conflitos desnudavam os limites dos meios disponíveis para que os presidentes da província fossem capazes de fazer frente aos poderes locais, mas, por outro lado, também evidenciavam o desacordo de setores da sociedade rio-grandense com as decisões emanadas do centro político e com os delegados deste.[29]

A abdicação de D. Pedro I em 1831, ainda que associada à nacionalização da Independência, não atendeu às aspirações das províncias. Mesmo com o aumento do controle local sobre a manutenção da ordem interna com a criação da Guarda Nacional (1831) e a maior ingerência sobre a justiça com a eleição de juízes de paz, cargo criado pelo Código de Processo Criminal (1832), as reformas da Regência, especialmente o Ato Adicional de 1834, teriam promovido uma descentralização incompleta ao estabelecer limites aos poderes das províncias, impedidas de legislar sobre os impostos e o comércio externo ou de elegerem seus presidentes. O Estado brasileiro mantinha-se forte e centralizado, preservando as características herdadas da estrutura do passado colonial que foram aprofundadas após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro.[30]

Da perspectiva do Rio Grande do Sul, mantinha-se a relação desigual entre o centro e a província, desigualdade que ganhava visibilidade através do sistema tributário e da nomeação do presidente da província. O sistema tributário e a relação espoliativa que não foram efetivamente transformados pela

[28] PICCOLO, A Guerra ..., 1985, p. 39.
[29] PICCOLO, A Guerra ..., 1985, p. 42-44.
[30] PICCOLO, Da descolonização..., 1993, p. 153.

Regência e preservavam suas características coloniais. Nesse contexto, a defesa da federação aparecia como uma necessidade para que fossem sanados seus problemas mais graves. A persistência da uma fiscalidade colonial era indicativa que "descolonização não se havia completado".[31] A luta armada para impor uma organização federativa decorreu da incapacidade da Regência promover as mudanças almejadas.

Assim, observa-se que, segundo Helga Piccolo, a partir de 1808, a relação colonial foi redimensionada, alicerçada na centralização do poder e no recrudescimento da exploração da metrópole agora sediada no Rio de Janeiro em relação às demais capitanias. A fiscalidade era um dos aspectos dessa relação, cujo sentido espoliativo fora preservado após 1822 e 1831.

Ainda que não tivesse por objetivo discutir as origens da Revolução Farroupilha, a relação entre esta e a fiscalidade está presente com destaque em dois trabalhos de Fernando Henrique Cardoso: *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional e Rio Grande do Sul e Santa Catarina.*[32] primeira obra tinha por objetivo a análise da constituição e desagregação da sociedade escravista no Rio Grande do Sul, enquanto que a segunda é um texto de caráter geral sobre a formação da sociedade e economia do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina na primeira metade do século XIX.[33]

No capítulo "Estrutura econômica e política da sociedade escravocrata" do livro *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Fernando Henrique analisa as relações entre a economia escravista e o sistema de poder em nível local e nacional. Partindo da afirmação de que a economia do Rio Grande do Sul tinha uma posição subsidiária em relação à economia nacional, o autor explicita os limites impostos pelas relações de produção escravistas à capacidade de concorrência do setor charqueador frente ao produto platino e as implicações dessa posição nas relações entre os diferentes setores da elite provincial e o governo central.[34]

[31] PICCOLO, A Guerra ..., 1985, p. 56.

[32] CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Ed.). **História geral da civilização brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2004. Tomo II, v. 2. Conteúdo: Dispersão e unidade. O Brasil Monárquico; Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[33] Sobre essa obra de Fernando Henrique Cardoso ver o capítulo I da tese de doutorado de Cesar Augusto Barcellos GUAZZELLI (**O horizonte da Província**: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em História Social) -Universidade Federal do Rio de Janeiro).

[34] Apesar dessa interpretação ser controversa, segundo Cardoso, esses limites são explicitados na segunda parte do capítulo IV, denominada "A Produção Escrava". O autor argumenta que a organização do trabalho na sociedade escravista envolveria custos mais elevados e uma produtividade mais baixa quando comparada com uma organização que usasse mão-de-obra livre, dada a necessidade de coerção do escravo ao trabalho, a impossibilidade da organização racional da produção com ampla divisão do trabalho e da adequação dos tempos de produção às características sazonais da matéria-prima. Concluía que a economia escravista seria uma "economia de desperdício" (CARDOSO, Capitalismo..., 1977, p. 173).

A economia da província tinha por principais atividades a pecuária e o beneficiamento da carne e de outros subprodutos destinados ao mercado nacional, por isso estava sujeita a flutuações que refletiam as variações nas condições externas de comercialização dos subprodutos da pecuária, tais como as guerras na região do Prata e a política tributária imperial. Essas variações bruscas atingiam essencialmente a camada senhorial, uma vez que a maior parte da população residia no campo, o que lhe garantia um padrão de vida relativamente estável.

Atingidos diretamente pela instabilidade do mercado do charque e incapazes de controlar as variáveis responsáveis por essas flutuações, essa camada senhorial composta de pecuaristas e charqueadores desenvolveu um "padrão de consciência social" que reconhecia e criticava a situação da economia provincial: creditavam os males da economia da província à concorrência desigual do charque platino no mercado nacional a qual era agravada por uma política tributária injusta. Ou seja, atribuía-se ao "sistema tributário herdado do período colonial" todos os entraves ao desenvolvimento da economia provincial, centrando-se as críticas aos tributos que oneravam o trânsito de gado na fronteira e aos impostos de exportação.[35]

Dada a posição subsidiária da economia provincial em relação ao setor exportador brasileiro, o protecionismo aduaneiro que os estancieiros pleiteavam não encontrava respaldo junto aos setores exportadores do restante do Império, mas era identificada pelos produtores sulistas como condição para a manutenção do setor. Assim, o poderio senhorial teria, no Rio Grande do Sul, bases precárias, pois os charqueadores e estancieiros nunca tiveram completo controle sobre o aparelho estatal.[36]

Incapazes de identificar os limites estruturais do sistema produtivo associados às relações de produção escravistas, charqueadores e pecuaristas opunham-se aos interesses do governo central e das províncias exportadoras, desenvolvendo um discurso político que agregava críticas à política tributária e aos problemas da fronteira, à oposição ao "poder absoluto" e à defesa do federalismo e da república.[37]

Essa tensão era antiga e tinha origem no período colonial. A transmigração da Corte para o Rio de Janeiro teria representado para as demais capitanias do Brasil o estreitamento dos laços com o poder central. Citado as impressões Saint Hilaire no início da década de 1820, Cardoso afirma que as antigas formas de opressão política não haviam sido alteradas, mantendo-se o sistema desigual de lançamentos de impostos.[38]

[35] CARDOSO, Capitalismo..., 1977, p. 158-159.
[36] CARDOSO, Capitalismo..., 1977, p. 156.
[37] CARDOSO, Capitalismo..., 1977, p. 163-165.
[38] CARDOSO, Rio..., 2004, p. 563.

Com a Independência, esse padrão conflituoso das relações entre o poder central e a "aristocracia de família" sulina foi mantido. A Regência não promovera modificações significativas, pois para a "aristocracia" vinculada à pecuária e à produção e exportação de charque e couro, a insatisfação com relação à falta de protecionismo para o produto nacional associava-se a queixas relativas ao sistema de dominação política expresso pela nomeação do presidente da província e da prática de derrubada de funcionários locais de postos-chave como os comandos da Guarda Nacional.

Assim, a origem da Revolução Farroupilha não pode ser entendida como um reflexo político das tensões econômicas, mas essas se destacam enquanto reivindicações de participação na deliberação da política tributária imperial. Ainda que tivesse formulado um "diagnóstico" equivocado, a aristocracia rio-grandense tinha consciência a sua incapacidade para solucionar sozinha os seus problemas.[39]

Se o descontentamento com relação o centro político, o qual era responsabilizado pela "espoliação econômica" da província, antecede à instalação da Corte, as reivindicações autonomistas também antecederam à década de 1830, alimentando facções que eram a favor ou contra o governo central. A Revolução Farroupilha foi assim um movimento que abrigou anseios autonomistas, republicanos e federalistas, mas não se pode atribuir-lhe um caráter separatista. Teria sido essencialmente uma revolta que "exprimiu uma tentativa extrema para reorientar, nos quadros da política imperial, as relações entre o Poder Central e a Província".[40]

Nesses dois trabalhos, ainda que esse seja um ponto de sua análise mais questionado e que os entraves ao crescimento econômico da província estivessem relacionados a questões mais amplas, Cardoso demonstrou que, numa conjuntura de crise econômica, o conflito em torno da fiscalidade foi potencializado, opondo a elite provincial ao centro político.

Perspectiva distinta foi desenvolvida por Spencer Leitman em "Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX".[41] Numa abordagem pioneira, Leitman empreendeu uma análise aprofundada do problema fiscal e financeiro que assolava a província à época da eclosão do movimento rebelde, articulando-o com questões da fronteira e da crise econômica da província. No entanto, ao discutir as reformas regenciais, o

[39] Segundo CARDOSO (Capitalismo..., 1977, p. 171), as causas da instabilidade e desvantagens do produto rio-grandense estavam relacionadas "à própria forma básica de constituição e organização do trabalho na sociedade escravista", algo além da percepção dos charqueadores, pois implicaria na negação das condições que garantiriam sua posição estamental.

[40] CARDOSO, Rio..., 2004, p. 573.

[41] LEITMAN, Spencer. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Sobre essa obra de Leitman, ver o capítulo I da tese de doutorado de Guazzelli (O horizonte..., 1998).

autor explora uma nova dimensão da fiscalidade, evidenciando seu papel enquanto catalisador de divergências entre setores da elite provincial. A luta em torno da questão fiscal ganha expressão como luta pelo poder na província.

Ao contrário de outros historiadores, Leitman discutiu a fundo não somente as implicações do Ato Adicional de 1834, mas também aquelas da lei orçamentária de 1832 que dividiu as fontes de receitas gerais e provinciais, os efeitos da volumosa dívida passiva da província originada da Guerra Cisplatina, da remessa de recursos para outras províncias e dos saques sobre o Tesouro Provincial para o suprimento de necessidades do governo central. Desse modo, a fiscalidade surge na busca das origens sócio-econômicas do movimento farrapo, ao lado das questões políticas na fronteira e da crise do setor pecuário. O autor demonstra que a fiscalidade era percebida de formas diferenciadas nas duas regiões da província, a Laguna, centro industrial e político, e a Campanha, a zona da pecuária. Assim, a Guerra dos Farrapos teria sido "a expressão da tensão máxima entre dois setores econômicos interdependentes".[42] O Ato Adicional de 1834, ao promover uma "descentralização heterogênea", teria tido uma "acolhida duvidosa na província", acabando por acirrar o "regionalismo latente", redefinindo posições quanto ao governo central, estimulando as cisões internas.[43]

Por dar destaque à divergência interna, Leitman trabalha a fiscalidade num corte temporal muito curto, atendo-se ao período de quinze anos que antecederam a eclosão da revolta, com destaque para os primeiros anos da Regência. No entanto, o historiador também ressalta a continuidade como fundamento do descontentamento. Afirma que a Independência havia frustrado as expectativas de mudança; a província continuava dependente do governo central no Rio de Janeiro, mantinha-se um sistema de impostos opressivo, as dívidas da Guerra Cisplatina recaiam pesadamente sobre a província e o comércio com outras regiões era deficitário. A Regência, apesar das reformas, não fora capaz de implementar "nenhuma mudança estrutural no processo administrativo", no entanto, "estava sangrando o Rio Grande do Sul com menos diplomacia do que o governo do odiado Pedro I".[44]

Isto porque as reformas regenciais, no âmbito fiscal, ganhavam no Rio Grande de São Pedro um sentido político, ou seja, enfraquecer os grupos da fronteira que competiam com outros setores da elite regional pelo controle da província.[45] Objetivavam fortalecer o poder econômico e político das elites da Laguna em detrimento dos estancieiros da fronteira. Nessa disputa, a transferência do ônus tributário aos estancieiros, viabilizaria o aumento da capacidade dos charqueadores para influir na política provincial e junto ao governo central.

[42] LEITMAN, Raízes..., 1979, p. 10.
[43] LEITMAN, Raízes..., 1979, p. 68, 123.
[44] LEITMAN, Raízes..., 1979, p. 50-51, 127.
[45] LEITMAN, Raízes..., 1979, p. 125.

Leitman, assim, sem desconsiderar a continuidade, conferiu às reformas regenciais um papel destacado, através da qual foi explorada uma dimensão interna à questão fiscal.

Os trabalhos desses autores sobre a Revolução Farroupilha colocam em evidência aspectos importantes da fiscalidade, ressaltando seu potencial conflitivo, como resultado da descolonização incompleta, como expressão da subordinação política e econômica da província com relação à Corte e às províncias exportadoras ou como potencializadora das cisões intra-elite provincial. Em todos, o conflito tem origem na permanência de uma posição desvantajosa que vem do passado, mas que ganhou novas facetas no início dos anos de 1830.

Nas últimas décadas, outras dimensões da fiscalidade têm sido exploradas em trabalhos que também se diferenciam por enfocarem o período colonial. Essas pesquisas ressaltam a fiscalidade como mecanismo de reprodução social, de acumulação de capital e de integração econômica, revelando seu potencial enquanto elemento aglutinador e base para a construção de alianças.

Uma dimensão nova foi descortinada pelos trabalhos de Hameister e Osório que consideram o Rio Grande de São Pedro enquanto região inserida em uma economia de Antigo Regime, na qual a acumulação de capital era alicerçada no controle sobre mercados imperfeitos e em redes de reciprocidade.

Na dissertação de mestrado intitulada *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes*, Martha Hameister abordou as possibilidades de acumulação pela sociedade do extremo-sul, a partir da sua integração econômica através da atividade criatória e da formação de tropas entre o final da década de 1720 à invasão espanhola à vila do Rio Grande em 1763.[46] Ao tratar dos registros, a autora buscou, a através do Registro de Curitiba e das taxas de passagens lá cobradas, desvendar as formas de acumulação criadas pela exploração desses entrepostos fiscais, evidenciando os desdobramentos de negócios associados à criação de animais na Capitania de São Pedro e ao trânsito de tropas de gado vacum, cavalar e muar para a região Sudeste da colônia. Demonstra que a arrematação do contrato de um registro, além dos lucros decorrentes da arrecadação das taxas de passagens das tropas, também permitia a percepção de outros ganhos originados da exploração do comércio local e do "mercado de crédito" criado no seu entorno. Assim conclui que as "estruturas de cobrança de fisco sobre os animais retinham parte do excedente" gerado pela atividade criatória do Continente, não apenas pela cobrança de tributos, mas também pela exploração das possibilidades surgidas do controle desse negócio como a concessão de crédito.[47]

[46] HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). , Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[47] HAMEISTER, O Continente..., 2002, fl. 154-185.

A variada gama de possibilidades de acumulação associada aos contratos régios no Rio Grande de São Pedro foi explorada pioneiramente por Helen Osório, na sua tese de doutorado intitulada *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro*, 1737-1822.[48] Nessa, a historiadora dá nova abordagem a uma série de questões consagradas pela historiografia que trata do Rio Grande do Sul colonial. A partir de uma ampla pesquisa em fontes primárias, Osório analisa a constituição da sociedade do Rio Grande do Sul, as suas estruturas produtivas e os mecanismos de sua incorporação à economia do Império português na América, tendo como marcos cronológicos os anos de 1737 e 1822.

Com relação à fiscalidade, a contribuição inovadora da abordagem de Osório inseri-se na discussão dos mecanismos de inserção mercantil e a análise da hierarquia econômica da capitania; a questão fiscal, vista através dos contratos régios, ganhou um papel destacado e uma interpretação diferenciada enquanto instrumento de integração mercantil e de extração do excedente econômico gerado na região e apropriado por negociantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro.

Inserindo seu trabalho na linha interpretativa de João Fragoso,[49] segundo o qual, na colônia, havia se desenvolvido uma acumulação endógena de capital, um mercado interno e uma elite comercial residente, Osório afirma que os termos usualmente encontrados na historiografia para qualificar a economia do Rio Grande do Sul, tais como complementar, subsidiária ou periférica, são pouco esclarecedores e enfatizam um papel passivo na relação com os centros econômicos do Império luso. Assim, buscando delinear como se dava a inserção da capitania no espaço da América portuguesa, a autora analisa o comércio com outras capitanias, a origem do capital mercantil, o controle sobre os contratos de arrecadação de tributos e de abastecimento do Exército. Sua interpretação busca demonstrar que a Capitania de São Pedro se integrava aos demais mercados do espaço colonial, os quais eram "típicos do Antigo Regime", sendo controlado por um pequeno grupo de comerciantes, identificados com os negociantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro, que atuavam tanto no segmento Atlântico como doméstico.[50]

O Rio Grande do Sul, cujo comércio era prioritariamente voltado para o mercado interno colonial, integrava-se sob o domínio do capital mercantil controlado pelo comércio de grosso trato do Rio de Janeiro. Assim, os comerciantes

[48] OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói, 1999. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade Federal Fluminense.

[49] FRAGOSO, Homens ..., 1998; FRAGOSO; FLORENTINO, O arcaísmo..., 1998; FRAGOSO, João Luís; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[50] OSÓRIO, **Estancieiros...**, 1999, fl. 33.

da capitania estavam vinculados a negociantes daquela praça, os quais, devido a uma troca não-equivalente, viabilizavam a acumulação endógena e o estabelecimento de uma rede de comércio cativo, exercendo práticas monopolistas, as quais eram viabilizadas e reiteradas pelo volume de capital que controlavam e pelo monopólio dos contratos régios e os negócios a eles associados.

A partir do levantamento das rematações dos contratos régios mais expressivos e importantes da capitania – dos registros de Viamão e Santa Vitória[51], dos dízimos reais[52], do quinto dos couros e gado em pé[53] e de munício das tropas[54] –, Osório observou que os principais contratadores eram negociantes de grosso trato estabelecidos no Rio de Janeiro, os quais teriam dominado esse negócio pelo menos desde a metade da década de 1760.[55] Com o monopólio exercido através desses contratos de arrecadação dos tributos mais importantes da capitania e do municio das tropas, esses negociantes colocavam-se numa posição privilegiada frente aos demais e ampliando seus lucros por meio de outras oportunidades de negócios que decorriam dessa posição. Desse modo, a autora conclui que o controle dos contratos régios era "uma das formas mais importantes de vinculação mercantil entre o Rio Grande e a praça do Rio de Janeiro.".[56] Somente a ocorrência de guerras poderia reduzir os lucros, mas, mesmo nesses períodos, a alta lucratividade mantinha o negócio atraente aos negociantes de grosso trato sediados no Rio de Janeiro.[57]

[51] Os registros eram postos aduaneiros situados estrategicamente no cruzamento de rios e passagens acidentadas e, no Rio Grande de São Pedro, localizavam-se no caminho das tropas de gado que partiam em direção a Sorocaba. O lucro do negócio estava principalmente relacionado à diferença entre o valor arrecadado e o valor devido pelo contratador à Fazenda Real, conforme estipulado no contrato.

[52] Contrato que concedia o direto de arrecadação dos dízimos reais, tributos que correspondiam a 10% dos produtos agrícolas, pescado e pecuária produzidos no ano, a 10% do lucro líquido de qualquer atividade comercial e a 10% dos vencimentos dos titulares de cargo ou ofício público. Como nos demais contratos, o lucro era uma função da diferença entre o valor devido à Fazenda Real e os valores efetivamente arrecadados.

[53] Contrato que concedia o direito de arrecadação do imposto de 20% do valor do couro extraído e do gado em pé vendido para fora da capitania, na razão de um em cada cinco peças de couro ou cabeças de gado.

[54] Contrato que obrigava o rematante a fornecer carne verde e farinha de mandioca às tropas de linha. O contratador lucrava com a diferença entre o valor pago por arroba de carne e por alqueire de farinha pela Fazenda Real e aquele efetivamente despendera com a aquisição e transporte dos víveres aos acampamentos ou armazéns.

[55] OSÓRIO, Estancieiros..., 1999, fl. 277. Na folha 211, a autora havia estabelecido o domínio desses comerciantes a partir de 1780, já na folha 289, a autora afirma que os contratos "desde a década de 1750 foram arrematados por negociantes do Rio de Janeiro", exceção feita ao contrato de munício quando da ocupação espanhola do Rio Grande.

[56] OSÓRIO, Estancieiros..., 1999, fl. 214.

[57] OSÓRIO, Estancieiros..., 1999, fl. 289.

Como os contratos davam origem a uma série de ramificações de negócios tais como a exportação de couros, charque, trigo e de outros produtos da capitania, além do controle sobre o comércio de importação, esse grupo restrito de comerciantes de grosso trato estabelecia redes complexas que controlavam o mercado interno colonial, redes nas quais os comerciantes do Rio Grande do Sul estavam inseridos. Dessa forma, os negociantes da capitania, identificados como a elite econômica e grupo distinto dos estancieiros, assumiram uma posição intermediária nos negócios dos mercadores de grosso trato do Rio de Janeiro, pois "não tinham o cabedal necessário para participar do mais rentável de todos os negócios, os contratos da Coroa", sendo-lhes vedado o acesso a um importante instrumento de acumulação e de influência junto ao centro de poder na colônia.[58]

O monopólio da arrematação de contratos régios por um grupo reduzido de comerciantes de grosso trato fluminenses demonstraria que estes não apenas "controlavam os negócios mais lucrativos, mas também conjunto de negócios" da capitania, sendo este um mecanismo da integração mercantil do Rio Grande do Sul.[59] Assim, na tese de Osório, através do controle dos contratos de arrecadação de tributos e do munício das tropas, a fiscalidade ganha uma nova dimensão: mecanismo de extração do excedente associado ao capital mercantil residente no âmbito da colônia e definidor da forma de inserção da região no mercado interno colonial.

Desse modo, no longo período entre 1737 a 1822, havia predominado um determinado tipo de relação, alicerçado no monopólio dos contratos régios pelos comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro. O conflito metrópole x colônia na perspectiva de uma capitania que produzia para o mercado interno fica destituído de sentido, dando lugar à integração da região à dinâmica da acumulação endógena de capital, passando o Rio de Janeiro a exercer, no sentido econômico, a função de "metrópole interiorizada" muito antes de 1808.

Ao ressaltar outros aspectos da fiscalidade, Hameister e Osório ampliam as perspectivas de análise relacionando-as às especificidades do extremo sul da colônia – a criação de animais e a economia voltada para o mercado interno colonial – e sua inserção no império português. A questão fiscal, nesse cenário, não é apenas conflito, mas também mecanismo de integração e de associação de interesses.

As várias dimensões ressaltadas pelas obras acima citadas descortinam o potencial interpretativo da fiscalidade na historiografia sobre o Rio Grande do Sul, especialmente por ser essa uma região de fronteira onde a guerra era cotidiana. Entre 1737 e 1831, os períodos de paz foram poucos, mas também marcados pela instabilidade e violência, assim, preservar as condições para promover a guerra e para obter êxito nela eram imposições de uma realidade específica, na

[58] OSÓRIO, Estancieiros..., 1999, fl. 288.
[59] OSÓRIO, Estancieiros..., 1999, fl. 33.

qual disponibilidade de recursos era um imperativo; logo, as relações entre o Estado e a sociedade dessa porção da colônia eram pautadas por outras premências que deveriam ser atendidas não apenas pela arrecadação de tributos. Ou seja, nesse território, a interação entre fiscalidade e guerra apresenta-se como uma perspectiva rica de análise, que permite explorar outros aspectos da relação entre o Estado e a sociedade.

Não só fomentadora de conflitos, mas também de cooperação e instrumento de integração, a fiscalidade assumiu no Rio Grande de São Pedro uma lógica multifacetada, numa relação que era balizada não só por interesses econômicos ou da centralização do poder, mas que envolvia uma negociação cotidiana entre o Estado e os "senhores guerreiros", para quem a guerra era a origem de prestígio, poder e autonomia. Nessa relação, a fiscalidade serve de elo de ligação de interesses que se originam em diferentes espaços, entre setores da elite provincial, entre esses e aqueles associados à metrópole européia e, posteriormente, à Corte no Rio de Janeiro.

Apesar da guerra ser um tema muito presente na historiografia sobre Rio Grande de São Pedro, a interação entre guerra e fiscalidade constitui-se numa perspectiva ainda pouco explorada, mas rica, que pode ajudar a compreender a forma específica como a crise do Antigo Regime se manifestou nessa região e balizou sua inserção no processo de constituição do Estado brasileiro. Assim, na tese *A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*,[60] buscando abordar outras dimensões além da extração de tributos, como o recrutamento, a formação de forças privadas, as requisições, etc., as transformações da fiscalidade foram tomadas como indicadores das mudanças nos padrões de relacionamento entre os estancieiros, charqueadores e comerciantes rio-grandeses e o Estado, evidenciando a constituição de alianças e conflitos, continuidades e rupturas.

Dentre outros aspectos, a trajetória dos contratos régios é indicativa dessas transformações, nas quais a interação entre a guerra, a fiscalidade e os interesses do Estado evidenciam a existência de uma lógica própria, decorrente da especificidade da região e que apresenta uma perspectiva distinta daquela da "interiorização da metrópole".[61]

[60] MIRANDA, Marcia Eckert. **A Estalagem e o Império**: crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)., Campinas, 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada - História Econômica) - Universidade Estadual de Campinas.

[61] As observações que seguem têm por base o levantamento de vinte e três contratos dos registros (Curitiba, Santa Vitória, Viamão), abrangendo o período de 1752 a 1833; vinte e nove contratos do munício das tropas, de 1754 a 1829; onze contratos do quinto dos couros e do gado em pé, do período de 1784 a 1824, vinte e três contratos dos dízimos reais e oitenta e seis contratos de ramistas dos dízimos, ambos de 1747 a 1824. As fontes utilizadas foram principalmente os Registros Gerais da Fazenda Real e a correspondência da Junta da Fazenda da Capitania, ambos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e correspondência da Junta da Fazenda com o Real Erário que se encontra no Arquivo Nacional (cf. MIRANDA, 2006).

Nos primeiros anos de ocupação do território do Rio Grande de São Pedro, de 1737 a 1777, quando a fronteira era motivo de disputas acirradas e a posse do território era incerta, a pecuária e a guerra haviam criado boas oportunidades de investimentos para negociantes de várias localidades, sem no entanto abalar os interesses locais, ainda que a relação entre contribuintes e os arrematantes de contratos régios não fosse pacífica. A fronteira incerta e litigiosa criava as condições para a convergência de interesses. Para os estancieiros, o domínio régio era a garantia de acesso às pastagens e ao gado; para a Coroa a ocupação sistemática do território assegurava uma importante fonte de abastecimento e a constituição de um obstáculo à invasão de capitanias mais ricas, como Minas Gerais. Nessa fase, os contratos dos dízimos e do municio das tropas eram dominados por estancieiros/negociantes residentes na Capitania; monopólio que viabilizava a mobilização dos recursos necessários ao esforço de guerra. Concluída a expulsão dos espanhóis do território colonial luso e estabelecida a paz ainda que frágil, abriu-se um período entre 1784 e a primeira metade do século XIX de domínio inconteste dos contratos régios da Capitania de São Pedro por comerciantes não-residentes, predominantemente sediados na praça do Rio de Janeiro.

No entanto, a instalação da Corte lusa no Rio de Janeiro em 1808 fomentou novas disputas no espaço colonial, novas tensões que foram ampliadas pelas reformas com vistas à reorganização das tropas, à intervenção no Prata e à reforma fiscal com o aumento do número de tributos e ampliação dos negócios entre a Coroa e o setor privado.[62] Nesse novo quadro, o controle de recursos estratégicos (homens, animais, alimentos, armas) e uma nova conjuntura de conflito na região platina a partir da década de 1810 viabilizaram novamente a inserção de setores da elite da capitania nos negócios do Estado e na administração local, redefinindo posições, estabelecendo novos laços. Assim, as relações entre o centro político no Rio de Janeiro e as elites sul-rio-grandenses também se modificaram, sendo os contratos régios utilizados como instrumento de cooptação. Nessa conjuntura, os contratos dos dízimos e do munício das tropas foram novamente monopolizados por comerciantes residentes na capitania. A inserção de setores da elite da capitania nesses negócios tornou possível a aproximação entre a Coroa e os detentores dos recursos indispensáveis para a mobilização militar e a manutenção da política expansionista lusa em relação à Banda Oriental e alicerçou o apoio necessário numa região crivada de idéias liberais, onde a penetração de projetos de reformas sociais e estruturais era uma possibilidade.[63]

[62] OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF/ÍCONE, 1999, p. 63-80.

[63] A partir da Revolução de Maio, a preocupação com o desenrolar do movimento emancipacionista no Prata e com a influência das idéias liberais na Capitania do Rio Grande tornou-se constante. O movimento de Artigas e a instabilidade política do Prata fomentaram a ação portuguesa, que firmando sua presença, objetivava preservar a monarquia, as estruturas sociais e econômicas da América portuguesa (GUAZZELLI, O horizonte..., 1998, fL. 89-109; PICCOLO, A Guerra ..., 1985, p. 34-35).

Essa trajetória dos contratos régios nos leva a reexaminar a idéia de "interiorização da metrópole", com a estruturação do Estado português no Brasil e o "enraizamento de interesses portugueses" com a acomodação das elites coloniais a partir do Rio de Janeiro, cujos comerciantes estabeleciam as bases para seu papel destacado no processo de emancipação política (DIAS, 1986, p. 165; PICCOLO, 1985, p. 33). Por outro lado, também explicita que o monopólio dos comerciantes fluminenses sobre os negócios da capitania foi restrito ao período de paz, demonstrando os limites desse instrumento enquanto mecanismo determinante da forma de integração econômica da capitania no espaço colonial e da posição de intermediários assumida pelos negociantes residentes no Rio Grande de São Pedro frente aos mercadores de grosso trato do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, esse movimento também evidencia que a associação de interesses em torno das intervenções militares portuguesas na Banda Oriental (1811 e 1816). Para a Coroa, a aliança com os estancieiros-militares e comerciantes era a garantia da mobilização de homens e outros recursos necessários para o êxito na campanha. Para os estancieiros e os comerciantes sul-rio-grandenses as intervenções representavam a ampliação das oportunidades de ganhos, explorando os "negócios" que a mobilização militar criava (não apenas os contratos, mas também o acesso às terras, ao comércio e contrabando de gado). Fatos que teriam contribuído para sedimentar o comprometimento desses setores com a política joanina; forjando alianças e interesses comuns que pautariam a adesão às Cortes num primeiro momento e, em 1822, à Independência com continuidade dinástica.

Através desse retrospecto, buscamos demonstrar que a fiscalidade, em suas diversas facetas – veículo de tensão, geradora de conflitos, instrumento de cooptação de apoio e de conciliação de interesses –, mostra-se uma perspectiva rica para pensarmos a crise do Antigo Regime português e a construção do Estado brasileiro, e principalmente, da inserção do Rio Grande do Sul nesses processos, dando lugar a novos problemas e novas interpretações.